

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA CLEDILMA FERREIRA DA SILVA COSTA

**A EDUCAÇÃO NO MÉDIO SERTÃO ALAGOANO: A ESCOLARIZAÇÃO EM
SANTANA DO IPANEMA E AS IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR LOCAL**

MACEIÓ/AL
2011

MARIA CLEDILMA FERREIRA DA SILVA COSTA

**A EDUCAÇÃO NO MÉDIO SERTÃO ALAGOANO: A ESCOLARIZAÇÃO EM
SANTANA DO IPANEMA E AS IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR LOCAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas – Mestrado em Educação Brasileira – linha de pesquisa História e Política da Educação, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa.

MACEIÓ/AL
2011

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- C837a Costa, Maria Cledilma Ferreira da Silva.
A educação no médio sertão alagoano : a escolarização em Santana do Ipanema e as implicações da formação docente na educação escolar local / Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa. – 2011.
125 f. : il., fots, grafs.
- Orientador: Elcio de Gusmão Verçosa.
Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2011.
- Bibliografia: f. 117-119.
Apêndices: f. 120-125.
1. Educação. 2. Professores – Formação. 3. Escolarização – Santana do Ipanema (AL). I. Título.

CDU: 371.133(813.5)

Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Educação no Médio Sertão Alagoano: a escolarização em Santana do Ipanema e as implicações da formação docente na educação escolar local.

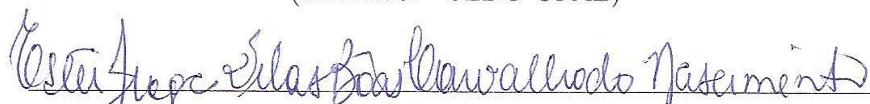
MARIA CLEDILMA FERREIRA DA SILVA COSTA

Dissertação submetida à banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 18 de março de 2011.

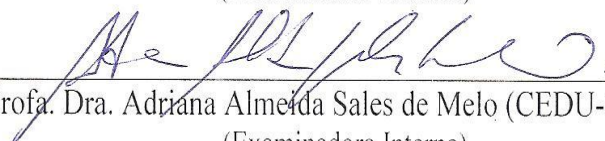
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa
(orientador - CEDU-UFAL)



Prof. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (UNIT/SE)
(Examinadora Externa)



Prof. Dra. Adriana Almeida Sales de Melo (CEDU-UFAL)
(Examinadora Interna)

AGRADECIMENTOS

Ao Pai criador de todas as coisas que, na sua bondade infinita, me concedeu o dom da vida.

Aos meus pais, José e Cleonida, sábios e guerreiros, cada um a sua maneira, por me ensinar a trilhar os difíceis caminhos da vida.

Aos meus 08 (oito) irmãos: Cledijane, Wilson, Vilma, Wilton, Cristina, Weldes, Welison e Crislaine (segundo a ordem cronológica de nascimento), por acreditarem que a “irmã mais velha” conseguiria vencer mais um desafio.

Ao meu esposo Jailson, companheiro leal e paciente em todas as horas, pelo apoio e permanente incentivo.

Aos meus filhos Jardel e Jordana que, apesar de ainda serem crianças, respeitaram minhas ausências. Eles que me concederam o maior dos títulos - o de ser Mãe -, são a razão maior de minha luta pela qualificação profissional.

Ao Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa, orientador deste trabalho, grande historiador alagoano, admirável educador, generoso mestre que, com competência, me orientou, apoiou e encorajou em todos os momentos.

Aos santanenses Clerisvaldo Braga Chagas, Maria do Socorro Ricardo, Luiz Nogueira, Djalma de Melo Carvalho, Fábio Soares Campos, Manoel Augusto, Ismael Gomes, *Bugica* e *Vanda* colaboradores desta pesquisa.

Aos funcionários, professores e estudantes das Escolas Mileno Ferreira da Silva e Aloísio Ernande Brandão, pelo pronto atendimento durante a realização da pesquisa.

Aos colegas professores da UNEAL, em especial às Professoras Socorro Barbosa, Divanir Maria e Galba Tereza, pela colaboração, solidariedade e incentivo nos árduos momentos de pesquisa e escrita.

À FAPEAL, pelo apoio para a oferta do Mestrado interinstitucional.

À UFAL, por meio da direção do CEDU e seu PPGE, bem como à Reitoria da UNEAL (na pessoa do Professor Doutor Dacio Rocha Brito), pela realização do convênio interinstitucional das duas IES para a realização do curso de Mestrado que concluo com esta dissertação.

Aos anônimos, construtores do município de Santana do Ipanema que, mesmo silenciados e esquecidos, deixaram marcas visíveis em cada capítulo dessa história.

RESUMO

Este trabalho aborda, de um modo geral, o processo de institucionalização da educação escolar no município sertanejo de Santana do Ipanema/AL, a partir de sua emancipação político-administrativa no século XIX. Neste sentido, buscando inicialmente apreender a ótica da sociedade santanense, foram analisados textos e crônicas de escritores conterrâneos, além de imagens e espaços que compõem o cenário histórico e cultural do município, bem como os elementos que influenciaram a educação escolar ou nela interferiram. O meu intento final, na verdade, foi compreender como, a partir do nascedouro da educação escolar em Santana do Ipanema, desenvolveram-se as políticas de formação de professores para a região, da criação da Escola Normal local até a implantação do curso de formação docente em nível superior – Pedagogia, por meio da Escola Superior do Sertão/ESSER, primeiro integrante da FUNESA e, hoje, oficialmente denominada de CAMPUS II da UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas e quais os limites e possibilidades dessas iniciativas no desenvolvimento da escolarização da região.

Palavras-chave: Santana do Ipanema. Escolarização. Formação de professores.

ABSTRACT

This paper addresses, in general, the institutionalization process of schooling in the municipality of Santana do Ipanema/AL backcountry, from their political-administrative emancipation in the nineteenth century. In this sense, seeking initially to grasp the perspective of society Santanense were analyzed texts and chronicles of fellow writers, as well as images and spaces that make up the historic and cultural city, as well as the factors that influenced school education, or interfere in it. My final attempt, in fact, was to understand how, from the birthplace of school education in Santana do Ipanema, developed policies for the training of teachers for the region, the creation of the Normal School site until the implementation of the training course teaching in higher education - education, through the Wilderness School / ESSER, the first member of FUNESA is, today, officially called the UNEAL CAMPUS II - University of Alagoas and what the limits and possibilities of these initiatives in the development of schooling region.

Key-words: Santana do Ipanema. Education. Teacher training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 - Situação geopolítica da cidade de Santana do Ipanema	18
Ilustração 02 - Coronel José Lucena Maranhão em foto oficial e à paisana	40
Ilustração 03 - Registro fotográfico de 28 de julho de 1938, na escadaria da Prefeitura Municipal de Piranhas/AL	40
Ilustração 04 - Cangaceiros em registro fotográfico datado de 1939	41
Ilustração 05 - Registro fotográfico do cangaceiro Barreira, datado de 1939	42
Ilustração 06 - Fragmento do Jornal Noite Ilustrada, de 09 de agosto de 1938	43
Ilustração 07 - O mesmo cenário da Igreja Nossa Senhora da Assunção/2010	43
Ilustração 08 - Feira livre na Praça João Pessoa, atual Manoel Rodrigues da Rocha, em 1940	45
Ilustração 09 - Matriz de Santana do Ipanema em dois registros fotográficos (1958 e 2010)	46
Ilustração 10 - A forma corriqueira de abastecimento d'água em Santana do Ipanema até fins de 1960	46
Ilustração 11 - O monumento ao Jegue, localizado na Praça das Coordenadas	48
Ilustração 12 - Adeildo Nepomuceno Marques, em dois momentos: no primeiro, à porta de sua residência e no segundo, como monumento	49
Ilustração 13 - Estudantes no pátio do Grupo Escolar Padre Francisco Correia em data comemorativa	51
Ilustração 14 - Imagem das professoras do Grupo Escolar Padre Francisco Correia, em 1961. A partir da esquerda: Adersina, Helena, Marinita, Maria do Carmo, Carmem, Maria das Dores e Antonieta	51
Ilustração 15 - Registro fotográfico de professoras do Grupo Escolar Padre Francisco Correia, em sala de aula, 1970	52
Ilustração 16 - Foto da cerimônia de conclusão do 4º ano primário no Grupo Escolar Pe. Francisco Correia, no ano de 1971	52
Ilustração 17 - Estudantes e professora, em data comemorativa, no pátio do Grupo Escolar Pe. Francisco Correia	53
Ilustração 18 - Ginásio Santana, em registro fotográfico na década de 50	57

Ilustração 19 - Primeira turma do Ginásio Santana, década de 1950	59
Ilustração 20 - Ginásio Santana, ano de 1963	60
Ilustração 21 - Turma do Ginásio Santana, década de 1960	61
Ilustração 22 - Alunas do Ginásio Santana, década de 1960	61
Ilustração 23 - Alunas do Ginásio Santana em desfile cívico, década de 60	62
Ilustração 24 - Dr. Deraldo de Souza Campos, Secretário de Estado da Educação e Cultura no período de 31/01/1961 a 11/02/1966	74
Ilustração 25 - Mileno Ferreira da Silva, primeiro diretor do Colégio Deraldo Campos, em foto oficial no ano de 1946 e à paisana	75
Ilustração 26 - Normalistas em festa de formatura	78
Ilustração 27 - Turma de alunos do, então, denominado Colégio Estadual Deraldo Campos, ano de 1966	78
Ilustração 28 - Convite da solenidade de formatura da turma 1971	79
Ilustração 29 - Convite da solenidade de formatura da turma 1975	80
Ilustração 30 - Normalistas do Colégio Estadual Prof. Deraldo Campos, turma de 1971 em pose oficial	81
Ilustração 31 - Formandas do Curso de Habilitação para o Magistério do Colégio Estadual Deraldo Campos, em 1975	81
Ilustração 32 - Mapa de Alagoas com localização de Escolas Normais por Coordenadoria/2009	86
Ilustração 33 - Professor Aloísio Ernande Brandão	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - ALAGOAS: população estudantil 2007 (em mil)	15
Tabela 2 - IDEBs registrados em Alagoas (nos anos de 2005 e 2007) e projetados pelo MEC até 2021	16
Tabela 3 - IDEB registrados em Santana do Ipanema (nos anos de 2005 e 2007) e projetados pelo MEC até 2021	17
Tabela 4 - IDEB de Delmiro Gouveia (2005 e 2007) e projetados pelo MEC até 2021	20
Tabela 5 - IDEB de Pão de Açúcar (2005 e 2007) e projetados pelo MEC até 2021	20
Tabela 6 - Evolução dos matriculados, em Santana do Ipanema (de 1999 a 2009)	21

LISTA DE ABREVIATURAS

CASAL	Companhia de Abastecimento e Saneamento do Estado de Alagoas
CEDU	Centro de Educação
CE	Coordenadoria de Ensino
CENEC	Campanha Nacional de Educandários da Comunidade
CENEG	Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos
CF	Constituição Federal
CHAMA	Curso de Habilitação para o Magistério
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Conselho Pleno
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IESVI	Instituto de Educação e Cultura Vale do Ipanema
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ESSER	Escola Superior de Ciências Humanas, Físicas e Biológicas do Sertão
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FADURPE	Fundação Apolônio Sales de Desenvolvimento Educacional
FAPEAL	Fundação de Amparo e Pesquisa de Alagoas
FFPA	Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca
FUNESA	Fundação Universidade Estadual de Alagoas
HAPRONT	Habilitação de Professores Não-Titulados
HEM	Habilitação Específica para o Magistério
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDV	Programa de demissão Voluntária
PGP	Programa Especial para Graduação de Professores
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PANORAMA SÓCIO-EDUCACIONAL SANTANENSE E SEU DIÁLOGO COM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ALAGOANA E BRASILEIRA	29
1.1 Origens do Município de Santana do Ipanema	29
1.2 O áspero caminho do ensino antigo em Alagoas	32
1.3 As marcas do cangaço em Santana do Ipanema	38
1.4 O Grupo Escolar Padre Francisco Correia	49
1.5 Nas ribanceiras do Ipanema o ensino secundário é implantado	54
1.6 Os anos dourados do Ginásio Santana	56
2 AS PEDRAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES À BEIRA DO IPANEMA: (re) construção histórica do Curso Normal	65
2.1 As vicissitudes das políticas de formação dos professores no Brasil e em Alagoas	65
2.2 Implantação do Curso Normal em Santana do Ipanema	72
2.3 Colégio Estadual Deraldo Campos	75
2.4 Os projetos HAPRONT e CHAMA: formação de nível médio para professores em serviço	83
2.5 A nova LDB e a formação de professores em nível médio	84
3 AS CIRCUNSTÂNCIAS DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA EM SANTANA DO IPANEMA	93
3.1 O significado do ensino superior para a região	93
3.2 O percurso do curso de Pedagogia rumo à consolidação: resultado obtido no PROVÃO e o concurso público	98
3.3 Mapeamento do perfil dos discentes do Curso de Pedagogia em dois tempos distintos: 1996 e 2009	105
3.4 O lugar ocupado pela formação docente na melhoria dos indicadores de escolarização	111
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE	120

INTRODUÇÃO

A proposta primeira para esta dissertação nasceu do fato de minha formação e também minha atuação profissional estarem totalmente envolvidas com a docência. Com residência firmada no interior do Estado alagoano, conclui o antigo 2º grau, em curso de Habilitação para o Magistério e imediatamente iniciei o exercício da docência.

Na verdade, aquela formação inicial – que de acordo com os seus princípios me habilitaria profissionalmente para o exercício da docência na educação infantil e nas séries iniciais do 1º grau – não me sustentava teórica e metodologicamente para enfrentar as incertezas da prática docente. E mesmo no processo de formação inicial e, posteriormente, no exercício profissional, sentia a necessidade de continuidade desta formação, mas que viesse a ser em um nível mais aprofundado. Esperei três anos até ingressar no ensino superior, passando a fazer o curso de Pedagogia, oferecido pela Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca/FFPA, no ano de 1997.

Sendo este um curso de oferta matutina, já era olhado de forma atravessada pelas outras licenciaturas da IES, cujo funcionamento era no turno noturno. O que se questionava era a oferta de um curso com grande demanda para a região em horário incompatível para a maioria dos trabalhadores da educação. Na verdade, a condição de implantação do curso em turno diurno já era reflexo da frágil condição estrutural da IES que ainda hoje - 40 anos após sua fundação - continua compartilhando suas dependências institucionais, em Arapiraca, com a Escola de Educação Básica Costa Rêgo, também pertencente à rede estadual de ensino.

Outra questão a envolver o curso que fiz em nível de graduação era sua origem, pois não nascera na FFPA, situada na sede da então FUNESA, em Arapiraca, e sim como uma extensão da unidade acadêmica denominada Escola Superior de Ciências Humanas, Físicas e Biológicas do Sertão/ESSER em Santana do Ipanema, que também pertencia à FUNESA.

A implantação do Curso de Pedagogia de Arapiraca, originariamente existente na ESSER, parece traduzir uma expressão da força e da influência política sertaneja, pois tanto a criação da IES, quanto do Curso de Pedagogia em Santana

do Ipanema, não por acaso, coincidem com a presença, na chefia do Poder Executivo Estadual, do conterrâneo santanense Geraldo Bulhões¹.

Quando retornei à FUNESA – por meio de concurso público de provas e títulos, realizado em 2003 - agora não mais como discente, mas na condição de professora de ensino superior no curso de Pedagogia da ESSER e, estando inserida no contexto de formação de outros docentes, e já tendo exercido a profissão em todos os níveis de educação básica, me despertou, já àquela altura, o interesse em aprofundar estudos acerca de outros alunos egressos daquela licenciatura, tentando compreender, no campo profissional, quais os efeitos da atuação, no médio sertão alagoano, de um curso de formação de professores em nível superior.

Essa inquietação inicial ainda mais se intensificou pela necessidade maior que passei a sentir de compreender a atuação do Curso de Pedagogia, oferecido pela, agora, Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL no sertão alagoano, especificamente em Santana do Ipanema, pois, embora fosse esta cidade a sede de um município considerado de grande importância histórica, política, econômica, social e educacional para a região em que se encontra, com sede de uma Coordenadoria de Ensino do Estado e, inclusive, com um Curso de Pedagogia avaliado, pelo antigo Provão, como o 6º melhor do país², ainda assim, possuía – como ainda mantém - os indicadores considerados insatisfatórios de qualidade educacional no nível básico verificados pelos repetidos censos.

Esta é uma inquietação compartilhada com outros colegas professores e constantemente inquirida pela comunidade acadêmica. Ao tentar ingressar no Mestrado em Educação Brasileira, fruto do Convênio UNEAL/UFAL/FAPEAL, comecei a despertar para o papel de pesquisadora enquanto uma problematizadora das ações da prática a partir da teoria e, especialmente durante a disciplina “Educação, História e Cultura”, no PPGE/CEDU/UFAL, ministrada pelo Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa – orientador deste trabalho – passei a compreender que, antes de estudar os egressos deste curso, era fundamental entender por que, como

¹ Geraldo Bulhões Barros, neto do Major Ormindio Mendes Barros, nasceu em Santana do Ipanema, em 19 de fevereiro de 1938. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas em 1963, foi deputado federal de 1971 a 1991 e governador de Alagoas no período de 1991 a 1995.

² Não estou aqui fazendo a defesa do Provão como o modelo avaliativo a ser seguido, mas é impossível desprezar esse instrumento por meio do qual todos os cursos superiores do sistema federal foram avaliados até sua transformação no ENADE, cujos resultados hoje têm grande peso para ranquear oficialmente cursos e IES de todo o país.

e em que contexto ele nasce e se desenvolve. Isso, prá mim, foi revelador, o que me fez dar uma reviravolta no meu projeto de pesquisa original.

De fato, a cultura e a história de um povo são elementos capazes de desvelar a razão de determinadas ações e condições do presente. Assim, só era possível entender os impactos do Curso de Pedagogia, ofertado em Santana do Ipanema, pela UNEAL nos indicadores de qualidade educacional, se antes compreendesse como ele surge no contexto sertanejo alagoano, como se desenvolve e a que necessidades ele busca responder. Isso representa, na verdade, o nascedouro de um novo objeto de estudo, cujo escopo final significa uma tentativa de explicar, numa perspectiva sociohistórica, quais os elementos que ajudam a perceber como o município de Santana do Ipanema, reconhecidamente uma liderança na mesoregião alagoana em que se situa, servindo inclusive como centro educacional, pode apresentar índices educacionais em descompasso com as médias do Estado, que por sua vez, já apresenta os piores indicadores nacionais.

Pretendo assim, rastrear a trajetória da educação escolarizada em Santana do Ipanema, em suas diversas fases, em interface com a história da educação, tanto do Brasil, quanto de Alagoas. Para isto, a dissertação, que passou a ser intitulada **“A Educação no Médio Sertão Alagoano: a escolarização em Santana do Ipanema e as implicações da formação docente na educação escolar local”** sustenta, de saída, a idéia de que os aspectos culturais, políticos e também econômicos, influenciaram/interferiram de forma marcante no processo de implantação da escolarização na região do médio sertão de Alagoas – particularmente de Santana do Ipanema, - que é o município foco deste estudo.

Assim, pensei ser possível, desde que me aprofundei em autores da história da educação, entender o atraso vivenciado nos níveis de escolarização santanense, como decorrentes de uma história marcada por fenômenos de mais longa duração, que plasmaram os valores locais, como o cangaço³, o coronelismo⁴, as oligarquias⁵,

³ O cangaço tem sua origem nos problemas sociais do nordeste brasileiro que vem à tona no início do século XIX. Inicialmente era a denominação atribuída aos homens que andavam armados e em bandos, percorrendo o sertão nordestino, atacando povoados e fazendas, com os mais diversos fins que não cabem serem discutidos detidamente neste texto.

⁴ Coronelismo significa aqui um sistema de poder político baseado na figura do detentor de grande poder político e econômico, cujo nome de coronel é “[...] originário da Guarda Nacional como derivação da patente de coronel, que passará a representar sinônimo de poder local” (ARAÚJO, 2007, p. 97), passando o termo, ainda segundo Araújo, “[...] a ser usado para expressar o poder político dos grandes proprietários de terras que dominaram a cena política brasileira até finais dos

a miséria, o analfabetismo e a pobreza. Esses fenômenos, quando olhados com mais cuidado, de fato se apresentam como recorrentes, apesar de, aqui e ali, usarem uma nova roupagem, disfarçando, entre outros fenômenos, as determinações subjacentes à ação e aos resultados da escola pública.

O desempenho da escola pública a que me refiro pode ser facilmente observado, não apenas pelo número de analfabetos ou sub-escolarizados, exibidos pelos dados censitários, mas, também, no contingente de jovens fora do ensino superior ou que, mesmo tendo concluído o ensino médio, estão desempregados.

Neste contexto, o Estado de Alagoas, ocupando o primeiro lugar em número de analfabetos no Brasil, além da pior colocação quando se trata de pobreza e mortalidade infantil, mesmo tendo melhorado seus índices, não conseguiu ainda, ascender do último lugar.

A tabela abaixo apresenta dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios referentes à população estudantil de Alagoas em 2007 que corroboram o que acabo de afirmar:

Tabela 1 - ALAGOAS: população estudantil 2007 (em mil)

IDADE anos	4/5	6/14	15/17	18/24	25 e +
POP. (2.880)	113	589	184	417	1.557
EST. (1.045)	78	561	143	156	106
2007 -%	69,3	95,2	77,8	37,4	6,7
2008	73,3 (5/6)	94,3	76,8	37,1	6,6
BRASIL	70,1	97,0	82,1	30,9	5,5

Fonte: PNAD (2008)

Evidenciam-se no Estado alagoano índices de 62,6% de jovens entre 18 e 24 anos fora dos sistemas escolares. Muitos desses jovens encontram-se inseridos no mercado de trabalho formal e informal local, realizando atividades que, mesmo

anos trinta do século passado” e que, no caso alagoano, permanece vivo, mesmo que decadente ou transfigurado, até os anos presentes.

⁵Em Alagoas, a permanência do governo nas mãos de um pequeno grupo de pessoas de determinada família ou grupo econômico, com os interesses políticos e econômicos do grupo que está no poder prevalecendo sobre os da maioria, consagrou-se como regime de governo e faz parte estruturante da história social e política alagoana, e não simples sobrevivência pontual de tempos passados, segundo nos informa a leitura feita por Verçosa (2004).

em caráter precário, auxiliam na renda para o sustento próprio e familiar. Os baixos indicadores de qualidade educacional no Estado são decorrentes, como já assinalado, de diferentes motivos, tanto de origem histórica, política e cultural, a exemplo da desvalorização da educação formalizada, educação infantil aquém da demanda, ensino fundamental e médio deficientes, quanto estrutural, como a inexistência de escolas em tempo integral, ausência de unidade de ensino superior pública e/ou privada na região, transportes e vias de acessos deficitários, somados à distância dos grandes centros urbanos, onde está implantada a maioria das IES públicas e também privadas.

Quando os “sobreviventes” da escola pública superam as dificuldades de acesso ao ensino e alcançam níveis mais elevados de escolarização, ainda pairam sobre os discentes dúvidas quanto a sua inserção no mercado de trabalho, que vem se tornando cada vez mais competitivo e exigente. De acordo com dados do IDEB, registrados nos anos de 2005 e 2007, no Estado de Alagoas, observamos a seguinte situação:

Tabela 2 - IDEBs registrados em Alagoas (nos anos de 2005 e 2007) e projetados pelo MEC até 2021

Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2,9	3,3	2,9	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,5	2,7	2,5	2,7	2,9	3,3	3,7	4,0	4,2	4,5
Ensino Médio	2,8	2,6	2,8	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6

Fonte: Saeb e Censo Escolar

Mesmo tendo alcançado, no ano de 2007 as metas projetadas para o Estado em 2009, ainda assim possuímos um dos menores IDEBs nacionais. Chama também a atenção a projeção para 2021, quando se esperam índices de 5,2, 4,5 e 4,6 para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e para o ensino médio, respectivamente. Se levarmos em conta que a escala do IDEB vai de 0 a 10, o Estado alagoano alcançando toda a projeção não chegará ao indicador 6, meta do governo nacional. É um dado desalentador, pois nos antecipa que, por maior investimento que haja na estrutura escolar e/ou na formação de professores, Alagoas não chegará a um indicador plausível. É como se, mesmo concentrando todos os esforços possíveis e necessários, já estivéssemos com a situação plenamente definida, não havendo muito a ser feito e mesmo operacionalizando os meios disponíveis, o sucesso educacional não fará parte de nossa história.

No contexto alagoano, o município de Santana do Ipanema vai apresentar dados ainda mais críticos, conforme tabela abaixo.

Tabela 3 - IDEB registrados em Santana do Ipanema (nos anos de 2005 e 2007) e projetados pelo MEC até 2021

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2009	2011	2011	2013	2013	2015	2021
	5	7	7	9	1	3	5	7	9	1
Anos Iniciais	2,1	2,4	2,2	2,7	3,1	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6
Anos Finais	2,0	2,2	2,1	2,3	2,6	3,1	3,5	3,7	4,0	4,3

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

As crianças que deveriam estar na educação infantil e não têm o acesso devido às creches e tampouco às pré-escolas necessárias, bem como os estudantes do ensino fundamental que, mesmo tendo acesso garantido na quase totalidade de matrículas, não têm a mesma garantia de permanência com sucesso a uma escola de qualidade, sendo levados à evasão, desistência e reprovação, são a expressão da exclusão do saber letrado no município de Santana do Ipanema que, há décadas, conta com uma Escola Normal e um curso de Pedagogia público e gratuito.

De acordo com o Professor Clerisvaldo Braga Chagas⁶, Santana do Ipanema teve liderança regional, sobretudo pela posição geográfica, funcionando desde cedo como a porta de entrada do sertão alagoano, representando um entreposto entre Pão de Açúcar – porto fluvial exportador e importador do início do século XX, às margens do São Francisco – e o alto sertão, tornando-se, por isso, freguesia, vila e cidade, tendo como base econômica a agricultura, a agropecuária e o comércio.



Ilustração 01 - Situação geopolítica da cidade de Santana do Ipanema

Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.arsal.al.gov.br/servicos>

Somado a isso, nos primórdios de sua organização administrativa faziam parte do seu território os atuais municípios de Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Ouro Branco, Olho d'Água das Flores, Olivença, Poço das Trincheiras e Senador Rui Palmeira.

Assim, na década de 1940, Santana era considerada o maior município alagoano, porque além de englobar a extensão de terra dos atuais oito municípios já citados, possuía uma população de aproximadamente 60 mil habitantes, conforme

⁶ Escritor, cronista e historiador santanense, foi aluno do Ginásio Santana e também exerceu ali a docência nas disciplinas de Ciências e Geografia.

veiculou a revista *O Cruzeiro* – Edição Extraordinária, datada de 30 de setembro de 1940⁷.

O Professor Clerivaldo Chagas relata ainda que, outro indicador importante era o fato de Santana dispor de energia elétrica de Paulo Afonso desde muito cedo, benefício que outros municípios da região não possuíam. Segundo Melo (1973), tratando desse importante serviço, foi o "Coronel José Lucena Maranhão quem construiu o prédio destinado a Empresa de LUZ Elétrica movida a motor DIESEL (p.68 a 70)". Nas palavras do Professor e cronista Fabio Soares Campos⁸ na gestão do

Dr. Hélio Cabral de Vasconcelos - santanense que administrou Santana do Ipanema no período entre 1956 e 1960 -, a energia chegou de Paulo Afonso-BA fornecida pela CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) à CEAL (Companhia Energética de Alagoas).

Para compor o cenário de desenvolvimento santanense, ainda podemos citar o abastecimento d'água do rio São Francisco: segundo Fábio Campos,

[...] é no governo de Adeildo Nepomuceno (1966-1970) que se verificara o abastecimento d'água da cidade de Santana do Ipanema, vindo do Rio São Francisco sob os auspícios da CASAL (Companhia de Abastecimento e Saneamento do Estado de Alagoas).

O asfalto da BR-316, ligando Santana do Ipanema a Palmeira dos Índios – foi iniciado em 1981 e concluído no final do ano de 1982, tendo sido entregue a população no início de 1983, enquanto a construção do Hospital Regional Dr. Arsênio Moreira, como a placa de inauguração revela, foi “instalado, equipado e inaugurado na Gestão do Governo do Estado de Alagoas, Prof. Afrânio Salgado Lages - S. do Ipanema-AL, 16 - 01 -1971”.

Diante destes dados, é possível afirmar que essa estrutura de estrada pavimentada, a água, a energia elétrica e o serviço hospitalar podem ter contribuído para acelerar o ritmo de crescimento do município santanense.

Aliado a tudo isto, a produção do algodão, que representou, no Brasil, por muito tempo, o único produto agrícola considerado matéria-prima para a indústria

⁷ Matéria intitulada ST. ANNA DE IPANEMA (p. 71)

⁸ Nascido em Santana do Ipanema, cursou o antigo primário no Grupo Escolar Pe. Francisco Correia e concluiu o curso ginasial no Ginásio Santana. Professor desde 1986. Concluiu o Curso de Zootecnia na 1ª Turma formada pela ESSER, em 2000. Tendo assumido a Secretária Municipal de Cultura em Senador Rui Palmeira – AL, exerceria a docência na Escola Estadual Mileno Ferreira da Silva desde 2001, tendo sido aluno do Curso de Ciências Biológicas no Campus II/UNEAL, além de colunista do Portal Maltanet.

têxtil – a mais florescente do Nordeste, por décadas - era a grande riqueza santanense.

Em entrevista concedida para este estudo, o Professor Clerisvaldo Chagas afirma que

O próprio município possuía máquinas de beneficiamento do produto, facilitando sua comercialização. Além disso, tinha importância o cultivo de feijão, milho e mandioca, sendo os dois primeiros colhidos no meio do ano. A venda desses produtos representava o sustento das famílias em suas necessidades básicas. No fim do ano, restava apenas a safra de algodão e sua venda servia para complementar a renda familiar, proporcionando as aquisições que não aconteceram em julho – quando milho e feijão foram colhidos - e suprimindo os gastos com as festas de final de ano, casamentos, batizados, gastos no comércio e compra de animais para criação.

Apesar de ser um município que sempre exerceu liderança no sertão alagoano, porém, Santana do Ipanema não conseguiu, até hoje, alcançar expressivo sucesso no desenvolvimento da educação escolarizada de seus munícipes, ficando inclusive em posição inferior a vizinhos municípios sertanejos, como Delmiro Gouveia e Pão de Açúcar, como se pode verificar nos dados apresentados a seguir:

Tabela 4 - IDEB de Delmiro Gouveia (2005 e 2007) e projetados pelo MEC até 2021

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,1	2,8	3,1	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Anos Finais	2,3	2,7	2,3	2,5	2,8	3,3	3,7	3,9	4,2	4,5

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

Tabela 5 - IDEB de Pão de Açúcar (2005 e 2007) e projetados pelo MEC até 2021

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos	2,3	2,3	2,4	2,7	3,0	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5

Iniciais										
Anos Finais	-	2,4	-	2,6	2,8	3,2	3,6	3,8	4,1	4,4

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

Ao tempo em que os indicadores de qualidade do MEC/INEP exibidos acima não se mostram otimistas em suas metas para os anos iniciais e finais do ensino fundamental nos municípios do sertão alagoano, é imperioso reconhecer que, em Santana do Ipanema, ainda que apresentando limites, os números dos estudantes matriculados nas diversas etapas e modalidades da educação básica vêm apresentando um crescimento revelador no acesso a um direito historicamente destinado aos mais aquinhoados financeiramente.

A tabela abaixo demonstra a evolução do número de matriculados, em Santana do Ipanema, com base no Censo Escolar, entre os anos de 1999 e 2009.

Tabela 6 - Evolução dos matriculados, em Santana do Ipanema (de 1999 a 2009)

	1999	2009
Creche	0	163
Pré-Escola	675	1.221
Classes de Alfabetização	18	0
Ensino Fundamental	12.797	10.496
Ensino Médio	1.411	2.644
Educação Profissional	0	0
Educação Especial	0	106
Educação de Jovens e Adultos	354	1.777
TOTAL	15.255	16.407

Fonte: MEC/INEP (2009)

Nesse contexto, importa destacar a valorização profissional dos docentes – ainda que nos termos do FUNDEF/FUNDEB⁹ - como um importante mecanismo para a melhoria da qualidade no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Em termos estruturais, porém, temos escolas funcionando em espaços improvisados, com mobiliário inadequado - pelo seu estado físico ou por sua inexistência – salas, além de lotadas, sem ventilação, tendo como principal recurso tecnológico o uso de quadro de giz e do próprio giz e com um tempo escolar reduzido a meio período.

Se adentrarmos a zona rural do município, esta situação será ainda mais agravada pela oferta, quase sempre, minguada da merenda escolar e de classes multisseriadas. Diante desta realidade educacional, vivenciada no “sertão quente de canícula causticante”¹⁰ resta buscar os elementos que podem levar a entender as interfaces da educação no município santanense.

Na análise dos dados acima é impossível desprezar o contexto social, cultural, político e econômico, dos quais o fenômeno da educação escolar emerge. E foi com base nesses elementos iniciais, que busquei respostas aos seguintes questionamentos que coloquei como guias de minha pesquisa:

–Por que em Santana do Ipanema ainda há um atraso tão grande quando se faz referência à educação escolarizada?

–Como a história e a cultura santanenses influem/interferem nos processos educativos, a ponto de, mesmo dispondo de escolas de formação de professores, terem-se ainda indicadores tão expressivos de exclusão, via evasão, repetência ou subescolarização?

Sem ter a veleidade de pensar que é possível dar conta integralmente destas interrogações, mas querendo trazer novos elementos que auxiliem essa análise, fui buscar na História Nova - que tem como base filosófica a idéia de que a realidade é constituída social e culturalmente – o fundamento do instrumental teórico-metodológico que considero propenso a trazer à tona as pistas que me levassem a compreender estas questões.

⁹ Se considerarmos que antes do FUNDEF os valores pagos aos professores do município não ultrapassavam os R\$ 30,00, a adoção do salário mínimo sob o regime novo de remuneração já representaria, para a débil economia sertaneja, um aumento significativo, ainda que num montante incompatível com a escolaridade dos profissionais do ensino.

¹⁰ Expressão cunhada pelo escritor santanense Djalma de Melo Carvalho.

Para analisar as questões e empreender a minha caminhada adotei, pois, a metodologia que tem origem na escola francesa à qual já me reportei e que é conhecida, também como dos *Analles*¹¹. É que essa escola dirige seu foco para a história das mentalidades, da cultura material e da imaginação social (BURKE, 2005, p. 11), em oposição à história tradicional do tipo puramente narrativo. Os novos historiadores, além dos documentos e das versões oficiais do acontecido, preocupam-se com as falas das pessoas comuns e consideram as variadas evidências - visuais, orais, estatísticas e materiais - como tipos de fonte histórica e, assim, conseguem captar também o que vem da base da sociedade – o que vem de baixo, como dizem alguns estudiosos – tanto quanto o que vem de outros níveis da estrutura social.

Como abordagem metodológica, assentei-me, assim, na perspectiva sociohistórica, pois, no levantamento de aspectos subjetivos da educação santanense, busquei interpretar, numa perspectiva histórica e cultural, as diferentes nuances de um mesmo caso, considerando sempre de onde vem o olhar e entendendo que os fenômenos sociais, culturais e educativos têm também caráter subjetivo e complexo, requerendo uma metodologia de investigação que respeite a sua natureza. Trata-se, como anunciado, de um estudo acerca da escolarização no sertão alagoano, com foco no caso de Santana do Ipanema/AL – com uma atenção especial na ação docente plasmada por uma formação específica para o mister de ensinar, frente aos resultados oficiais dessa escolarização.

Para isso enfatizei como fonte de estudo desta pesquisa, a (re)significação das imagens e da história oral de homens e mulheres santanenses. Nesse sentido,

¹¹ Segundo Burke (1991, p. 10), da produção intelectual, no campo da historiografia, no século XX, uma importante parcela do que existe de mais inovador, notável e significativo, origina-se da França, ainda que *La nouvelle histoire*, como é freqüentemente chamada, seja pelo menos tão conhecida como francesa e, segundo Le Goff, tão controversa quanto *La nouvelle cuisine*. Uma boa parte dessa nova história é produto de um pequeno grupo de associado à revista *Annales*, criada em 1929. Embora esse grupo seja chamado geralmente de a “Escola dos *Analles*”, por se enfatizar o que possuem em comum, seus membros, muitas vezes, negam sua existência ao realçarem as diferentes contribuições individuais no interior do grupo.

A revista, cujo nome original era *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, e que tem hoje mais de sessenta anos, foi fundada para promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações. As idéias diretrizes da revista, que criou e excitou o entusiasmo em muitos leitores, na França e no exterior, podem ser sumariadas brevemente. Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social e tantas outras (BURKE, 1991, p. 10).

o objeto de investigação apresentado precisou ter caráter interdisciplinar, pois envolve múltiplas áreas do conhecimento como História, Antropologia, Sociologia, Filosofia e Educação.

Este estudo teve sua origem, evidentemente, na pesquisa bibliográfica, fazendo uso de referências teóricas e historiográficas nacionais e locais, de análise documental, bem como de outros recursos disponíveis em revistas eletrônicas e *sites* especializados.

Para fins de coleta de dados considerei como documentos os registros fotográficos em diferentes tempos, as crônicas e as obras de escritores santanenses e utilizei como instrumentos de coleta entrevista semiestruturada com anônimos, com historiadores e com os “herdeiros” de instituições comunitárias e privadas do município, a fim de localizar e compreender – por meio das imagens, dos textos e das memórias - as características culturais, políticas, econômicas e educacionais próprias dessa sociedade.

Como hipótese deste estudo, elegi a cultura do povo santanense como um elemento que influenciou e/ou interferiu nos processos educativos desde a instrução das primeiras letras até a implantação da formação de professores em nível superior. A reflexão acerca dos elementos apresentados se deu a partir da retomada da situação cultural, política e econômica da população santanense, sob o argumento de que os resultados de qualidade de ensino assim como os processos educativos estão intimamente condicionados às influências/interferências destes elementos. Dessa forma, considero o tema escolhido de grande importância pelo seu ineditismo e pela sua relevância como contribuição histórica para futuras pesquisas acerca da educação no Estado de Alagoas, especificamente no sertão.

Mesmo correndo o risco de não limitar o estudo a um período específico na história da educação santanense e, assim, perder em profundidade, optei pelo estudo de longa duração por considerar que o texto ganha qualidade enquanto referência de base, até hoje inexistente, na medida em que tenta constituir a arqueologia dos processos de escolarização santanense. Se, no limite de tempo de que disponho, não conseguir alcançar nenhum dos dois elementos – profundidade ou referências de ancoragem - até porque esgotar o estudo dessa temática não é o intuito deste trabalho, espero alcançar, ao menos, o intento de abrir picadas para

quem, interessado no tema mais geral, possa contribuir para pensar ações mais efetivas para o ensino na região.

Na direção em que me proponho avançar, reporto-me ao Estado de Alagoas, caracterizado por uma cultura autoritária e senhorial, com altos índices de analfabetismo, miséria e desemprego, ocupando o penúltimo lugar no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do Brasil. Faço isso na certeza de que a educação exerce função importante enquanto arma de luta em favor do acesso aos demais bens produzidos pela sociedade contemporânea. Como a presença do direito à educação escolar nos textos legais não garante acesso automático e efetivo aos mais altos níveis de escolarização, como comprovam os dados acima exibidos, e como inexistem ainda estudos sociohistóricos nessa perspectiva sobre a região, estou certa de que este trabalho pode representar o necessário estudo histórico – ainda que preliminar – que falta para compreender melhor o que ocorre com a educação santanense.

Paulo Freire (2000, p. 67) nos leva a assim pensar quando afirma não ser possível refazer este país – e, conseqüentemente, o Estado de Alagoas e seus domínios, eu acrescentaria – democratizando-o, humanizando-o, tornando-lo sério, enquanto tivermos adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade pode mudar para melhor, propiciando às nossas crianças e aos nossos jovens acesso aos bens culturais produzidos pela sociedade. Nesse sentido compreendo que por meio da educação os cidadãos podem tomar consciência dos problemas sociais vivenciados, suas origens e de mecanismos de combate às causas negativas que o poder instituído exerce sobre os menos favorecidos. Cabe à sociedade buscar a consolidação dos direitos constitucionais garantidos na legislação, o que só será possível a partir da luta organizada pela mobilização social.

A postura dos gestores do Estado frente ao empenho na escolarização dos menos aquinhoados nunca foi o carro-chefe de suas administrações e quase sempre se deu de forma mais aleatória do que prioritária, apesar dos discursos veiculados dizerem o oposto. Para a oligarquia alagoana, detentora do poder, não ter em suas terras pessoas escolarizadas jamais foi um grande problema no passado, pois se buscava e comprava-se isso nos centros de irradiação cultural,

primeiro em Portugal, e depois em Olinda e Recife, mas também em Salvador, Rio de Janeiro e até São Paulo, dependendo da época – refiro-me à condição de formar seus filhos como “doutores”. Trata-se na verdade de algo que integra o *ethos* do povo alagoano, pois, seguindo Verçosa (2006, p. 22), resolvi pensar e levar meu estudo sabendo que

[...] uma vez que esta História [de Alagoas] nos revela o predomínio e a permanência das elites oligárquicas alagoanas, foi inevitável que o seu *ethos* viesse a exigir minha especial atenção, até porque a História parece nos mostrar que, pelo menos em Alagoas, ele se constituiu sempre como modelo a ser admirado por todas as demais camadas e, em alguma medida, seguido em todas as instâncias da vida social.

Segundo entendi, essas questões foram suficientes para avançar na reflexão acerca da escolarização no médio sertão alagoano, especificamente em Santana do Ipanema.

No processo de exposição do meu estudo, no primeiro capítulo tratei do panorama socioeducacional santanense, a partir de um diálogo entre a história da educação nacional e a especificamente alagoana com a história do próprio município. O intuito deste capítulo foi apresentar alguns condicionantes para o início dos processos educacionais no município. A discussão envolveu os traços recorrentes de uma região de tradição oligárquica, onde apadrinhamentos, violência e poder de mando aparecem constantemente como pano de fundo de sua história. Como a base é a História Nova, fiz uso de fontes históricas também visuais e as estatísticas.

O capítulo seguinte representa uma tentativa de (re)construção histórica do curso normal em Santana do Ipanema, tendo como cenário o descompasso com a formação de professores em Alagoas e no Brasil. Para isso, apresento o percurso de implantação da formação de professores, no município santanense, como atendimento a uma demanda existente há muito tempo e que, mesmo chegando tardiamente e pela via privada, iria representar para a região um grande avanço educacional, ainda que não se manifestasse como elemento central para a democratização do acesso e a imediata ampliação dos níveis mais altos de escolarização. Nesse contexto, trato da escolaridade dos professores da educação básica de Alagoas, a partir de dados do Educacenso de 2009, levantando o nível de formação destes docentes e da sua relevância - ou não – para a democratização do ensino em Santana do Ipanema.

Por último, no terceiro capítulo, analiso a implantação do ensino superior em Santana do Ipanema, por meio da Escola Superior do Sertão/ESSER, tendo como foco o curso de Pedagogia e o que ele tem representado para o povo santanense em termos da melhoria dos níveis de escolarização, já que esse curso representou, como segue representando, o lócus por excelência de formação dos educadores de profissão. Para isso trouxe como fonte de pesquisa dois anônimos, na verdade trabalhadores que ajudaram a erguer as paredes do ensino superior no sertão e que, mesmo analfabetos, prestaram seus serviços na IES já em funcionamento por mais de 14 anos até serem demitidos em massa por força de ordem judicial. Trato ainda o Curso de Pedagogia como um divisor de águas no sertão do Estado. Primeiro pelo posicionamento estratégico, já que a única universidade do Estado – a UFAL - até então, localizada apenas na capital, pela distância já excluía parcela significativa daqueles que almejavam o acesso ao ensino superior. E, em segunda, pela relevância social em atender a parte da demanda de formação em nível superior de docentes de uma região historicamente alijada de processos educativos avançados. A partir de um mapeamento do perfil dos discentes do Curso de Pedagogia, realizo um confronto entre suas características em dois momentos distintos, na primeira turma – em 1996 -, no momento de implantação do curso e na turma de 2009, considerando o curso como consolidado na região.

Inspirada no livro **O Aparecimento da Escola Moderna: uma história ilustrada** de Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2006)¹², trago ainda, imagens históricas e culturais de Santana do Ipanema e de sua educação escolarizada. Mesmo não analisando detidamente imagem por imagem, optei por trazê-las no transcórper do texto, pois, com base na História Nova, as figuras são documentos e têm forte poder ilustrativo ou explicativo e oferecem ao leitor a possibilidade de visualizar algumas marcas deixadas pela história, sem que isso o distraia durante a leitura; pelo contrário, as imagens podem remetê-lo a documentos que, se jogados para o porão ou no quarto de despejo, como costumam ser geralmente considerados, pelos leitores, os apêndices ou anexos dos textos terminam por ser vistos apenas pelos mais cuidadosos ou curiosos.

¹² Maria Lucia Spedo Hilsdorf é professora e pesquisadora do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação (EDF) da Faculdade de Educação da USP, onde fez mestrado e doutorado em Filosofia e História da Educação, sendo hoje uma referência nacional na área de História da Educação.

Assim, a dissertação intitulada **“A Educação no Médio Sertão Alagoano: a escolarização em Santana do Ipanema e as implicações da formação docente na educação escolar local”** pretende ser uma contribuição para a compreensão acerca dos processos de implantação da escolarização no sertão de Alagoas, uma vez que inaugura a abertura de uma encruzilhada de possibilidades para futuros estudos sobre a história da educação da região sertaneja. Nesse sentido, mesmo sabendo que este texto não preenche totalmente a lacuna de pesquisas sobre a educação em Santana do Ipanema – até porque busca focar-se numa questão específica -, penso que ele ao menos traz um despertar para a importância do papel exercido pelo contexto histórico e social da população santanense e sua influência/interferência na educação escolarizada, enquanto põe em discussão o lugar ocupado pela formação docente na melhoria – em quantidade e qualidade - dos indicadores de escolarização.

1 PANORAMA SÓCIO-EDUCACIONAL SANTANENSE E SEU DIÁLOGO COM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E ALAGOANA

1.1 Origens do Município de Santana do Ipanema

O município de Santana do Ipanema está cravado na região conhecida como Médio Sertão Alagoano, ocupando uma extensão territorial de 438 km². De acordo com o censo do IBGE, em 2010 a população era de 44. 949 habitantes. É considerada um dos três municípios mais importantes do sertão de Alagoas, ao lado de Pão de Açúcar e Delmiro Gouveia. Distante 207,3 km da capital alagoana, faz divisa, ao norte, com o Estado de Pernambuco. A origem do seu nome está em um rio temporário, de águas escuras, denominado originariamente de *Panema*, que banha a sede do município.

Marroquim (1922, p. 25), buscando a etimologia do termo indígena que define o rio, diz que o nome é *ipab-né-ima*, que em português quer dizer “*lagoa insípida*”. Ele nasce no Estado de Pernambuco e deságua no Rio São Francisco, abaixo da Villa de Belo Monte, recebendo em Alagoas os afluentes Dois Riachos, Gravatá, Camuxinga e Tapera.

O rio Ipanema viu, pois, nascer em suas margens, o povoamento da região castigada pela seca, do que viria ser o Estado de Alagoas.

Segundo Melo (1976, p. 19),

A Ribeira do Panema remonta ao século XVII. Fazia parte do chamado ‘Sertão de Fora’, e seu desbravamento se origina da expansão dos currais pernambucanos, pela parte sul da Capitania de Duarte Coelho. Sabe-se que, por volta de 1611, a região semi-árida do atual Estado de Alagoas foi ocupada pelos desbravadores pernambucanos, que se fixaram na área conhecida pelo nome de Jaciobá, atualmente cidade de Pão de Açúcar.

O Dicionário Aurélio, define o substantivo feminino *ribeira* como: 1. *O terreno banhado por um rio.* 2. *Lugar à beira do rio.* 3. *Curso de água abundante, menos largo e profundo que um rio.* Conta a história tradicional que os primeiros habitantes daquela região escolheram a margem direita do rio e ali construíram suas moradias. Essas definições de ribeira bem caracterizam a região e seus primeiros moradores que, tendo adicionado este vocábulo ao nome do rio, deu origem a primeira denominação daquele lugarejo: *Ribeira do Panema*.

A historiografia tradicional conta que, no final do século XVIII, a então Ribeira do Panema se constituía apenas em um arraial habitado por índios e por

mestiços. O ano de 1787 vai marcar a construção da primeira Capela, na fazenda de Martinho Rodrigues Gaia¹³ que só foi possível graças à influência na região do Padre Francisco José Correia de Albuquerque, um intelectual vindo de Pernambuco e o primeiro missionário católico a chegar nestas terras. Em 1900, uma grande reforma transformou esta capela na Igreja de Nossa Senhora Santa Ana, em virtude do empenho de algumas devotas encarregadas do recolhimento das doações com esse fim.

Para o Cônego Theotônio Ribeiro, *apud* Melo (1976, p. 24),

[...] depois de 1771, a região conhecida como Ribeira do Panema, e tendo em vista haver sido construída uma ermida por ele (Padre Francisco José Correia de Albuquerque) na fazenda de Martinho Rodrigues Gaia sob a invocação de Nossa Senhora Santana, nada mais lógico e natural que o povoado se passasse a chamar, doravante, SANTA ANA DA RIBEIRA DO PANEMA;

Rendidas as homenagens à padroeira Santa Ana, a Lei N^o. 09, de 24 de fevereiro de 1836, criaria a Freguesia¹⁴ denominada Santana da Ribeira do Panema, que teve o Padre Francisco José Correia de Albuquerque nomeado como seu primeiro pároco.

O povoado, até o ano de 1835, pertencia à Comarca de Penedo; depois passou a integrar a de Traipu, às margens do Rio São Francisco. Pela Resolução n^o. 681, de 24 de abril de 1875, a Vila de Santana da Ribeira do Panema fora desmembrada de Traipu, voltando à jurisdição de Penedo até 07 de junho de 1876. No ano seguinte, 1877, a Vila voltou à jurisdição de Traipu, recém-criada. Pela Lei n^o. 866, de 13 de maio de 1882, foi desmembrada de Traipu e incorporada à jurisdição de Pão de Açúcar (MELO, 1976, p. 26).

Mediante a Resolução n^o. 681 de 24 de abril de 1875, a Freguesia de Santana da Ribeira do Panema é elevada à categoria de Vila, tornando-se sede de município. Em 1921, pela Lei n^o. 893 de 31 de maio, é declarada cidade¹⁵. Durante o período da oligarquia dos Malta, compreendido entre os anos de 1900 a 1912,

¹³ A historiografia tradicional de Santana do Ipanema conta que Martinho Rodrigues foi fundador e um dos primeiros moradores da cidade que hoje se chama Santana do Ipanema.

¹⁴ Ser freguesia, até o período imperial, representava para qualquer povoado o acesso a um degrau de prestígio no contexto administrativo, considerando-se que nesses tempos o Estado e a Igreja eram unidos, valendo como documentos civis a certidão de batismo, de casamento, as condições para o próprio sepultamento digno, além da assistência religiosa por meio de um pároco fixo. A condição de vila ou cidade, por seu turno, representava condição política prestigiosa, com câmara e governo local. Já a comarca, também de valor significativo, representava ponto de referência jurídica, cujo titular era um juiz togado, em contraposição à vila ou cidade, que somente tinha um juiz de fora, com poderes limitados para dirimir os conflitos.

¹⁵ A distinção entre Vila e Cidade data do período republicano, sendo esta um centro urbano política e administrativamente pleno, enquanto ser vila vai corresponder a ser o povoado da colônia e no Império.

Santana do Ipanema, na condição de Vila, é desmembrada de Pão de Açúcar e incorporada à Comarca de Mata Grande, que era reduto daquela família de senhores. Em 04 de junho de 1920, pela Lei nº. 1.846, é criada a Comarca de Santana do Ipanema.

Sobre o ser Comarca, segundo Verçosa (2006, p. 57), referindo-se a Atalaia,

A condição de Comarca traz para a região, além do prestígio de uma autoridade judicial, uma certa ordem legal antes inexistente e uma gama de novos cargos públicos, tais como Corregedor, Comandante Militar, Juizes Ordinários, Camaristas, Capitães-Mores etc.

Não há qualquer registro do nome do primeiro Intendente¹⁶ da vila, pois o primeiro registro só foi feito a partir de 1892. É possível que essa omissão de registro seja resultado da inexperiência administrativa vivenciada à época. Desse modo, sabemos que, no período compreendido entre 1892 a 1894, assumiu como primeiro Intendente da vila o Coronel Leopoldo Augusto Wanderley. Dos anos de 1895 até 1914, o cargo de Intendente foi ocupado pelo Coronel Luiz Gonzaga de Souza Góes. São quase duas décadas à frente do executivo municipal.

É importante se dizer que na condição de sede de município, Santana do Ipanema irá usufruir o direito de cobrar impostos municipais e também nomear funcionários, tendo a obrigação de mensalmente prestar contas ao Conselho Municipal¹⁷. Sua autonomia político-administrativa, como assinalado anteriormente, ocorre ainda no período do Brasil Imperial – 1875 -, sendo considerado, portanto, um dos mais antigos municípios da província alagoana. As famílias tradicionais do município serão representadas, nessas alturas, pelos Abreu, Alcântara, Areias, Azevedo, Barbosa, Barros, Bulhões, Chagas, Gaia, Gomes, Martins, Melo, Nepomuceno, Noya e Wanderley.

Pelo que se percebe, a Igreja Católica em Santana do Ipanema vai ter um papel de enorme influência política, inaugurada com o Padre Francisco Correia, que encerra sua administração paroquial nos idos de 1842. Em sucessão ao Padre Francisco Correia, assume a paróquia, em 1898, o Padre Manoel Capitulino de Carvalho. Natural de Piaçabuçu, o referido padre, não limita sua atuação apenas em cuidar do espírito dos fiéis, já que exerce também grande influência política, não

¹⁶ O intendente corresponderia, em termos gerais, ao que hoje conhecemos como prefeito.

¹⁷ Este conselho corresponderia ao que hoje chamamos de Câmara Municipal.

apenas em Santana, mas em todo o Estado, assumindo inclusive o cargo de Governador.

Nessa direção, reporto-me a Melo (1976, p. 51) que, ao fazer referência ao Padre Manoel Capitulino, diz:

[...] Tornou-se estimado e respeitado devido as suas qualidades de homem correto em todos os sentidos. Como político assumira a liderança do Município, tendo sido reeleito Senador em quatro legislaturas e Presidente do Senado. No Governo de Fernandes Lima, chegou a substituí-lo por seis meses, tendo em vista ele haver licenciado para tratamento de saúde no Rio de Janeiro.¹⁸

Em mensagem, apresentada ao Congresso Legislativo (1921), o Rev. Manoel Capitulino de Carvalho, na condição de Governador do Estado, fazendo referência à instrução pública, vai afirmar que esta se estende na zona rural menos favorecida pela distancia e dificuldade de transporte. Ressalta ainda a necessidade de reforma radical na instrução pública, começando pelo cuidado na escolha dos profissionais, até a adaptação das obras e a necessidade de material didático para as escolas públicas. O reverendo-governador demonstra, em sua mensagem, preocupação com o futuro da instrução pública e chega a citar um sábio da antiguidade – cujo nome não declina - que teria dito: qual for a educação da juventude, tal será a cidade ou Estado. O pároco santanense, mesmo vivendo na capital alagoana, a uma distância de mais de 200 km de Santana, vai conseguir fazer-se presente enquanto liderança atuante, tanto na fé, quanto na política da região.

A sucessão do Padre Manoel Capitulino de Carvalho na paróquia de Senhora Santana dar-se-á através da assunção, em 16 de janeiro de 1919, do Padre José Bulhões que, na década de 1920, resolve fundar o Instituto São Tomás de Aquino. É a igreja católica promovendo diretamente a educação escolar no município.

1.2 O áspero caminho do ensino antigo em Alagoas

A primeira forma de estruturação da educação pública no Brasil, diretamente assumida pelo poder público, será inaugurada pelas ordenações pombalinas e terá

¹⁸ Vale assinalar que a referência ao senado nesta citação restringe-se ao âmbito estadual – ao Senado Estadual – que, juntamente com a Câmara dos Deputados, integrava o Poder Legislativo Estadual, que era bicameral, formando o Congresso Legislativo, e assim permaneceria até 1930.

início, de fato, pelas mãos do Príncipe Dom João VI, regente do reino português, após a vinda da família real para o Brasil, em 1808. O alvo de ação, porém, seria o ensino superior, sendo que não existirá a preocupação, e tampouco haverá algum esforço na criação de escolas primárias públicas durante toda a presença da Família Real em terras brasileiras, restringindo-se essas às aulas régias. Assim, também em Alagoas, mesmo depois de sua emancipação política e administrativa de Pernambuco, em 1817, pelo que se sabe, não haveria, por cerca de duas décadas, preocupação com o ensino primário público, mas apenas alguma prioridade para o ensino secundário.

Como parte de um conjunto de medidas que constituem a Reforma Pombalina, o Alvará de 28 de junho de 1759 constitui-se em um instrumento de lei que iria oficializar o ensino público, tanto em Portugal quanto nas Colônias. Como a expulsão dos jesuítas do Brasil, enquanto provedores educacionais, em 1759, pouco impacto teria em Alagoas, já que, no seu território, não se tem notícia de colégios mantidos pelos filhos de Santo Inácio¹⁹, o Estado português custaria a assumir aqui sua responsabilidade com a educação.

De acordo com Verçosa,

o que deve ter vigorado até o início do século XVIII, numa sociedade eminentemente rural e claramente hierarquizada [como a alagoana], como meio de acesso aos rudimentos da cultura letrada, parece ter sido o ensinamento ministrado pelos preceptores, freqüentemente os padres-capelães, em sua maioria membros das famílias abastadas. Aprendizado de maior monta só se receberia através do deslocamento para os centros maiores, com o ensino superior restrito à MetrÓpole. Pela inexistência de qualquer instituição formalmente mantida pelos jesuítas em território alagoano, sua expulsão, em 1759, parece não ter tido grandes repercussões na região (VERÇOSA, 1999, p. 57)

Assim, somente a Constituição Imperial, outorgada²⁰ em 24 de março de 1824, garantiria, no Art. 179, § 32, a instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Cabe ressaltar que a lei também delegava às Províncias a sua promoção. Essa prescrição, porém, será mais legal que real. Dessa forma, é possível afirmar que a Constituição Imperial - mesmo centralizadora - ao afirmar a gratuidade da instrução

¹⁹ A existência, às margens do São Francisco, de um estabelecimento de instrução jesuíta – no povoado que hoje se chama Porto Real do Colégio – teria sido, segundo nos informam todos os historiadores que tratam da matéria, uma escola de primeiras letras, decorrente da presença, ali, da sede de uma fazenda de gado da Companhia de Jesus. Como, segundo as regras da Companhia, onde estivessem os padres assentados, ali deveria haver uma escola de primeiras letras, a afirmação é mais uma dedução do que resultado de documentos que atestem o feito.

²⁰ Essa constituição foi promulgada por Dom Pedro I, após dissolver o Congresso e constituir comissão para concluí-la do modo que melhor lhe convinha.

primária, consegue ser mais avançada no quesito educação escolarizada do que a Constituição Republicana, aprovada em 1891.

Para Cury (1997, p. 10), a lei aprovada em 15 de outubro de 1827 foi a primeira Lei Nacional que se destinava à educação primária, pois regulava tanto o salário dos professores quanto o currículo das escolas primárias do Império, bem como a sua gratuidade. Mesmo que a Constituição Imperial não tenha feito qualquer menção às mulheres, chama-nos a atenção o fato da Lei aprovada em 1827, inovar quando prevê “escolas de meninas” e a existência da Ilustração da “Mestra”, conforme podemos observar nos artigos de 11 a 14.

Art. 11. Haverão (sic) escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado à instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

Art. 13. As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

Art. 14. Os provimentos dos Professores e Mestres serão vitalícios; mas os Presidentes em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas, os poderão suspender e só por sentenças serão demitidos, provendo interinamente quem substitua.

Mesmo assim, após a criação da capitania de Alagoas, em 1817, se a instrução pública iria ter algum impulso, este seria direcionamento para o ensino secundário que alcançava, apenas, os mais aquinhoados social e economicamente. Mesmo depois de criada a Província, por conta da Independência, já sob os ditames da Emenda Constitucional que transferia as responsabilidades com o ensino primário e secundário para as províncias, a regulamentação do funcionamento das escolas das primeiras letras nas Alagoas apenas dar-se-ia no ano de 1836, com o atraso de aproximadamente vinte anos desde sua emancipação político-administrativa.

Na freguesia de Santana da Ribeira do Panema, até esta data, não há qualquer indício de instrução escolar mantida pelo poder público, o que me permite deduzir que a implantação das aulas régias pela Reforma Pombalina, bem como a ação Juanina e a Constituição Imperial seriam, para a antiga população santanense, simples registros históricos, políticos e administrativos que não representariam nenhuma mudança cotidiana.

Em relatório, datado de 09 de maio de 1839, o Presidente da Província de Alagoas, Agostinho da Silva Neves, apresenta o mapa das escolas públicas de Instrução Primária da Província, onde a Povoação de Santa Anna – como era denominada -, pertencente à Comarca de Penedo, registra já uma escola para alunos do sexo masculino. No entanto, o mapa não registra o número de alunos que frequentavam esta escola à época e, em observação, credita a ausência destes dados aos próprios professores que não teriam encaminhado o número de alunos destas aulas.

Nas primeiras décadas do Século XX, segundo Marroquim (1922, p. 162),

Sant'Anna do Ipanema [...] é dos municípios do Estado um dos mais afastados da capital, de mais difíceis communicações. A estação de estrada de ferro mais próxima é Quebrangulo (Victoria) distante da sede 23 ou 24 léguas, e o porto mais visinho Pão de Assucar, a 12 léguas²¹.

Na verdade, a essa altura não havia ainda quem quisesse ensinar o que sabia em um lugar distante de tudo e pouco tinha a oferecer. Assim, vai existir, pelo que se sabe, uma grande indiferença em relação à questão do ensino institucionalizado em Santana, por décadas a fio, dando pistas de que numa sociedade de atividade eminentemente agrícola, a instrução escolar era praticamente desnecessária.

Inúmeros fatores vão influenciar para que se tenha a ausência da infância santanense no processo de escolarização pública nos primórdios da cidade, a exemplo do envolvimento infantil nos processos da agricultura de subsistência, como o plantio de feijão, milho e algodão, juntamente com o manejo pecuarista. Fica claro que, para um contexto econômico sustentado pela agropecuária de subsistência, a instrução não contribuiria como forma de desenvolvimento para a sociedade santanense. A instrução – ao menos num grau que ultrapasse o simples tomar notas e realizar operações aritméticas simples – conllustração-se como um fator desnecessário para os meios de produção vigentes. A instrução não ocupava ali um lugar social de grande valor prático durante décadas.

É necessário considerar que, via de regra, a elite alagoana, sempre que sentiu necessidade, teve onde colocar seus filhos e a elite sertaneja não fugia à regra. Então, um questionamento vai nascer: escola para quem?

²¹ Aqui, como antes e para frente, é respeitada a forma de escrita da época em que o documento foi produzido.

O ensino das primeiras letras em Santana do Ipanema – que era o que cabia a quase todo mundo - se dará, em fins do Século XIX, inícios do Século XX, nas chamadas escolas isoladas, geralmente instaladas em espaços improvisados na casa dos próprios professores e receberão a denominação de escolas, geralmente com o nome do mestre. Esse professor era constituído por meio de alguém reconhecido ou nomeado pelos órgãos governamentais responsáveis pela instrução, mantinham vínculo com o Estado e recebiam uma pequena quantia para o pagamento do aluguel da escola pública que, era, na verdade, a classe multisseriada que funcionava na sala de sua própria casa – e que será logo denominada de casa-escola.

Mas, nem todas as escolas eram pequenas e públicas. Existiam também outros locais para a instrução dos menores. Na verdade, uma rede de escolarização particular, também chamada de doméstica, chegava a atender um número superior aos que eram atendidos na escola pública. Podemos citar, como pioneiras, a Escola do Professor Eneas Araújo, a Escola da Professora Maria Joaquina de Araújo, a Escola da Professora Adélia Guimarães, a Escola da Professora Josefa Leite, a Escola da Professora Enerstina Wanderlei e a Escola do Professor José Limeira Filho, conhecido como Zezinho Limeira. Afinal, segundo Cury (2007, p. 571),

As primeiras letras serão mais primeiras nas famílias do que nas escolas. As distâncias, as dificuldades, os preconceitos farão dos lares senhoriais o espaço em que os filhos das elites iniciar-se-ão na leitura e na escrita. Essa realidade será incorporada a toda a legislação existente no país, mesmo quando a educação escolar se torna obrigatória com a Constituição de 1934.

O Ato Adicional de 1834, que faz drásticas modificações na Constituição Imperial de 1824, iria, como já assinalado, descentralizar o ensino, ou, dizendo de outra forma, seria omissivo em relação ao ensino primário e secundário, isentando o poder central da responsabilidade antes estabelecida com esses níveis de ensino, delegando às Províncias a responsabilidade pela regulamentação e pela promoção da educação primária e secundária, sendo o ensino superior incumbência do Poder Central. Somente o Município Neutro²² teria o Poder Imperial como responsável pelos ensinos primário e secundário.

Mesmo com a diversidade da situação financeira das Províncias do Império, a maioria portadora de grande escassez de recursos, algumas chegariam a investir

²² Assim se denominava o município do Rio de Janeiro, onde se encontrava instalado o Governo Imperial. Seria o Distrito Federal de hoje.

em instrução mais de 25% de suas finanças, não obtendo, porém, resultados significantes. Não é demais dizer que em determinadas Províncias $\frac{1}{4}$ de pouco era quase nada. Considerando os recursos minguados das Províncias mais pobres, o ensino primário ficaria praticamente abandonado contando com a existência de poucas escolas, enquanto o ensino secundário, de caráter propedêutico, acabaria ficando à mercê da iniciativa privada, se configurando numa espécie de trampolim de acesso ao ensino superior. Desse modo, o ensino secundário vai se resumir em cursos preparatórios para o exame de admissão que tornavam intransponíveis as portas do ensino superior para a maioria dos estudantes, pois sem frequentar o ensino primário e o secundário, nas consideradas boas escolas, não se obteria sucesso no exame.

Como a existência de escolas primárias era rara e as secundárias estavam nas mãos de entidades particulares, o exame de admissão estava a serviço daqueles jovens cidadãos oriundos de famílias financeiramente mais aquinhoadas, que proveriam uma “boa” instrução tanto primária quanto secundária.

A constituição republicana de 1891 vai inclusive isentar o governo central da obrigação com a educação primária, delegando aos Estados e Municípios a responsabilidade pela organização e manutenção deste nível de ensino.

Em Alagoas, o governo municipal – tal qual em outros Estados - é totalmente alheio ao ensino primário, não havendo até o ano de 1889, ao menos em Santana do Ipanema, qualquer registro de escola provida pelo município. Segundo Costa (2001, p.29), em 1889, proclamada a República, o ensino primário era dado em 251 escolas distribuídas por todo o Estado, com 9.872 alunos matriculados, registrando-se uma frequência de 8.694. Havia ainda o ensino primário particular; mas, segundo registros, não havia uma só escola municipal.

Enquanto no Estado de São Paulo, a primeira estrutura arquitetônica de grupo escolar havia sido implantada em 1893, em Alagoas, dez anos passados dessa data – em 1903, portanto²³,

[...] Não havia uma só escola instalada em prédio próprio; todas funcionavam em casas comuns, de aluguel desprovidas dos requisitos elementares de higiene. O mobiliário, em algumas era antiqüíssimo, em

²³ Convém assinalar que o único prédio construído especialmente para funcionar um grupo escolar, na Praça Deodoro, em Maceió – aquele prédio onde hoje funciona a Academia Alagoana de Letras – e para o que concorreram, na penúltima década do Império, quase que exclusivamente as contribuições privadas, logo depois que foi organizado o Legislativo Estadual, com a proclamação da República, foi apropriado pelo Governo para o funcionamento do Senado Estadual, somente sendo devolvido para fins escolares após a chamada Revolução de 1930.

outras era o próprio mobiliário modestíssimo do professor; em muitas, 'caixas vazias de querosene', e havia escolas em que os alunos se sentavam no próprio solo, 'como se viu até o ano passado (1904) num dos grupos escolares da capital'. (COSTA, 2001, p.30)

De acordo com Verçosa (2006, p.99), no período que vai da proclamação da República até a Revolução de 1930 – na chamada República Velha,

Se a desorganização dos serviços públicos em todo o país vai reforçar o poder dos coronéis, em Alagoas, onde o Estado enquanto prestador de serviços vinha, há muito, sendo um grande ausente para a maioria da população, a presença do coronel vai se mostrar com grande vigor. Exercendo extra-oficialmente as funções do Estado, ele vai ter sua ascendência preservada.

Essa condição de abandono e de omissão do Estado, no provimento dos serviços públicos à população, ao tempo em que alimenta o poder do coronelismo, cria, particularmente em Alagoas, uma condição de atrelamento de votos à “prestação de serviços”, dentre os quais se incluirá a educação.

1.3 As marcas do cangaço em Santana do Ipanema

Um elemento de extrema relevância no povoamento da zona urbana de Santana do Ipanema se dará por meio do êxodo rural causado, entre outros motivos, pelo temor das visitas de Virgulino Ferreira da Silva e seu bando aos proprietários de terra do sertão alagoano. O “rei do Cangaço”, como ficou conhecido Lampião, costumava amedrontar os fazendeiros e pais de família sertanejos com um procedimento frequentemente violento, sendo os sitiados afrontados por estes ou, então, pela polícia, cujas “volantes”, ao passar em busca dos cangaceiros, cometiam, às mais das vezes, atos tão ou mais cruéis do que aqueles a quem perseguiam em nome da lei.

A história de Lampião é cercada de mitos, indo desde a condição de bandido sanguinário, a herói capaz de desafiar as oligarquias locais, não sendo isso objeto de discussão neste trabalho, interessando, apenas, o fato de sua atuação na região sertaneja e que a reação a ela acarretaria para os proprietários e trabalhadores rurais e suas famílias a necessidade de se deslocar para a cidade em busca da segurança inexistente nas fazendas em que residiam.

Num contexto de grande violência, a frequente atuação do “Rei do Cangaço” e de seu bando no sertão alagoano motivou a instalação de uma base militar em

Santana do Ipanema, com volantes policial-militares ali se aquartelando e dali partindo, como o objetivo da sua captura. Ao que parece, os cangaceiros se constituíam em uma grande ameaça ao poder dos coronéis, sendo capazes de disputar o poder de vida e morte dos conterrâneos nordestinos. Arrisco-me em afirmar que, como o poder estatal se fazia ausente, tanto os coronéis quanto os cangaceiros lutavam entre si para assumir sua função, ditando suas próprias regras e punindo seus traidores. É, pois, num contexto de miséria, violência do cangaço e injustiças sociais que a Ilustração do coiteiro²⁴ irá se constituir como a de um traidor.

Nas palavras de Melo (1976, p. 56),

O Governo de Alagoas para poder combater o célebre grupo de Lampião, fez instalar em nossa cidade de Santana do Ipanema um Batalhão de Polícia Militar sob as ordens do Major José Lucena de Albuquerque Maranhão que, como é sabido, poderia fazer e desfazer, conforme as circunstâncias.

Assim, a implantação do Quartel do 2º Regimento da Polícia Militar de Alagoas, em Santana do Ipanema, vai representar a influência do Comandante José Lucena de Albuquerque Maranhão que chega a ser conhecido como “Rei do Sertão”, tamanho o poder de suas ações no Estado e de suas relações com os Estados vizinhos da Bahia, Ceará, Pernambuco e Sergipe. A implantação desse quartel, ao tempo em que funcionou como sede de caça ao “rei do cangaço”, acabou representando uma segurança para essa população amedrontada pela ação de Lampião. Com isso, o núcleo urbano de Santana somente tornou-se maior e mais populoso, sobretudo nos anos de 30 do Século XX.

²⁴ Os coiteiros eram fazendeiros ou sitiantes que firmavam acordos tanto com os cangaceiros quanto com as volantes buscando a proteção contra as formas de violência comuns quando uma dessas representações da “justiça” os atacava. Para não sofrer tais represálias, o coiteiro fornecia pousada, alimentação, armamento e preciosas informações acerca do paradeiro dos rivais, algo correspondente ao que acontece com as milícias na atualidade. Neste ambiente extremamente propício para as revoltas sociais, a Ilustração do Comandante Lucena exercerá um dos papéis mais influentes de empenho no combate ao cangaço.



Ilustração 02 - Coronel José Lucena Maranhão em foto oficial e à paisana.

Acervo: José Peixoto Noya (Zeneto)

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=314

Em Sergipe, na grota de Angicos, às margens do São Francisco, aconteceu, enfim, a emboscada que resultou na chacina de Virgulino e seu bando. O mês de julho do ano de 1938 torna Santana do Ipanema palco da chegada, do Município de Piranhas, das 11 cabeças dos cangaceiros do bando de Lampião. Estas, banhadas por formol, ficaram expostas ao público nas escadas da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, no Bairro Monumento.



Ilustração 03 - Registro fotográfico de 28 de julho de 1938, na escadaria da Prefeitura Municipal de Piranhas/AL

Acervo: João Neto Félix Mendes/Darras Noya/Maltanet

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=79

Existe uma controvérsia acerca do registro fotográfico da mórbida cena de exposição do resultado da decapitação de Lampião e seu bando. De acordo com o

relato de um santanense e estudioso do cangaço, Professor Marcelo Fausto, a exposição das cabeças, em Santana do Ipanema, deu-se com estas acondicionadas em latas de querosene, pois as mesmas já vinham de Piranhas – onde de fato foram expostas e fotografadas, conforme a Ilustração 03 – chegando a Santana já em estado de putrefação, revelado pelo odor insuportável que era exalado.

Em Santana do Ipanema, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, inaugurada no dia 1º. de janeiro de 1900, com dimensões de um oratório e instalada à frente do comando de caça ao bando de Lampião, tem na exposição das cabeças de Lampião e seu bando, justamente nesta igreja, um significado simbólico para a época. Representava não só uma vitória, não só um troféu resultado das investidas pela captura dos cangaceiros, mas um elemento de coibição a quem se opusesse ao poder dos coronéis sertanejos.



Ilustração 04 – Cangaceiros em registro fotográfico datado de 1939.

Acervo: Professor Marcelo André Fausto de Souza

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=891



Ilustração 05 - Registro fotográfico do cangaceiro Barreira, datado de 1939.

Acervo: Professor Marcelo André Fausto de Souza

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=978

Nas Ilustrações 04 e 05, temos o registro do que se seguiu após a captura de Lampião, que segundo o Prof. Marcelo Fausto foram

Cangaceiros que se entregaram a polícia alagoana, no quartel de Santana do Ipanema, onde é hoje o Ginásio Santana e segundo relato, o Cangaceiro Barreira que, para poder se entregar a polícia de Santana e garantir sua vida, teve que entregar outro cangaceiro (o da cabeça cortada, ainda não identificado), respectivamente.

Neste período da Ditadura Civil de Getúlio Vargas – estávamos sob o Estado Novo -, tanto Governadores quanto Prefeitos não passavam pelo crivo de eleições: eles simplesmente eram nomeados e destituídos, quando fosse mais conveniente, na qualidade de “interventores”.

A população, por sua vez, observava com muita indiferença todo esse movimento político local. Foi em meio a essa indiferença que, vindo de Palmeira dos Índios, chega a Santana do Ipanema o Sr. Pedro Gaia - nomeado prefeito - denominado Intendente – para posse justamente em 28 de julho de 1938, quando chega a notícia de morte de Lampião e seu bando. A posse do Intendente Pedro Gaia em Santana do Ipanema deixaria, assim, de ser um acontecimento até considerado rotineiro para os políticos locais, para ganhar dimensão colossal em todo o país, conforme publicação jornalística da época, intitulada *Jornal Noite Ilustrada*.



Ilustração 06 - Fragmento do Jornal Noite Ilustrada, de 09 de agosto de 1938.
Fonte: Acervo pessoal do Professor Marcelo André Fausto de Souza.

No recorte do jornal, é possível identificar a igreja de Nossa Senhora da Assunção e a multidão aglomerada diante do fato histórico ocorrido em 30 de julho de 1938 e que representava o desfecho de uma história onde não se sabe ao certo se por vezes, heróis e bandidos não trocavam de papéis.



Ilustração 07 - O mesmo cenário da Igreja Nossa Senhora da Assunção, em 2010.
Fonte: fotografia de abril de 2010, para este trabalho, por Israel Gomes.

Voltando à discussão especificamente educacional, é possível dizer que os primeiros 30 anos de República, não representam em Alagoas, frente ao período imperial, um avanço especialmente significativo no atendimento de escola primária para as pessoas em idade escolar (VERÇOSA, 2004). Quando a Revolução de 1930 chega a Alagoas, encontra, assim, o setor educacional ofertando o ensino público de forma extremamente restritiva, como nos dizem Costa (1931) e Moacyr (1939). Fora a predominância das escolas isoladas ou casas-escola, como quiser, em todo o Estado somavam-se apenas 10 grupos escolares, sendo que cinco estavam concentrados na capital e os outros tantos distribuídos pelo interior, além do Liceu Alagoano e da Escola Normal, também na sede administrativa e política do Estado e

de um Liceu na cidade de Penedo, bastante restrito quanto ao corpo docente e quanto à oferta de vagas, logo vindo a ser extinto, segundo nos conta Verçosa (2004).

Enquanto isso, a chegada de novos moradores na cidade de Santana, oriundos da zona rural, era considerada bastante volumosa e a grande questão era de que forma Santana do Ipanema teria se preparado para receber esses novos moradores. A recente demanda iria criar a necessidade de assistência em vários setores, a exemplo de moradia, saúde, segurança e principalmente de escolarização, serviços escassos e, na maioria das vezes, inexistentes, numa sociedade com comércio enfraquecido, um povo sofredor e terras abandonadas. Padecendo de injustiças sociais, de miséria e de analfabetismo, a realidade de violência gerada pelo cangaço ou, paradoxalmente, pela reação a este, acabaria fazendo com que as condições objetivas para que a educação institucionalizada se tornasse uma necessidade, ao menos na sede do município.

No final da década de 1940, o Coronel Lucena, primeiro prefeito eleito pelo povo em Santana do Ipanema, tamanho o seu prestígio no sertão alagoano, após a eliminação de Lampião, votado para um mandato de dois anos, de 1948 a 1950, logo renunciara ao cargo e se candidataria a Deputado Estadual, sendo facilmente eleito²⁵.

Durante as décadas de 1950 e 1960 e o início da década de 1970, em Santana do Ipanema, as pessoas não costumavam sair da cidade para participar de eventos intermunicipais, tendo como principal ponto de encontro as festividades alusivas à padroeira Senhora Santana. O evento anual, sempre mexeu com a rotina dos santanenses, inclusive com a economia. Todo o excedente do resultado da safra de feijão era reservado para a compra de roupas, calçados e até de um novo mobiliário ou para a pintura da casa. As melhores roupas de cama e mesa realçavam a decoração das casas que recebiam visitantes – pessoas comuns e autoridades - de várias cidades alagoanas e até de outros Estados. Além das tradicionais novenas, a programação também incluía a Festa da Juventude, caracterizada pela realização de grandes shows na praça central da cidade e que

²⁵ De acordo com as informações do Dr. Luiz Nogueira Barros, o Coronel Lucena chegou até a ser Prefeito da Capital alagoana, vindo a falecer pouco tempo depois de sua posse. Foi homenageado pela Prefeitura de Maceió, no governo de Sandoval Cajú, com a construção de seu túmulo. O final da vida do homem que “encarnava o mito da coragem” não representou o poder que exerceu em Alagoas e até nos Estados vizinhos, vindo a falecer humilde e sem riquezas.

acabaria se transformando em um importante elemento de democratização, onde as diferenças sociais e econômicas eram amenizadas e os menos favorecidos se divertiam em pé de igualdade com os mais abastados. É possível afirmar que a Festa da Juventude ainda hoje se apresenta como um forte elemento de movimentação econômica e de (re)encontros culturais do povo sertanejo.

Em registro fotográfico datado da década de 1940, chama a atenção à feira-livre, rotineiramente instalada nas imediações da Matriz, ponto de encontro de fazendeiros, comerciantes, donas-de-casa, jovens, compadres/comadres. Um evento social, semanal, capaz de alterar a rotina tanto dos santanenses quanto dos munícipes circunvizinhos.



Ilustração 08 - Feira livre na Praça João Pessoa, atual Manoel Rodrigues da Rocha, em 1940.
Acervo: João Neto Félix Mendes/Darras Noya/Maltanet
Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=75

Mesmo com o passar dos anos e a chegada do asfalto substituindo o antigo calçamento, a presença de barracas continua sendo uma constante nas proximidades do templo católico. A diversidade de produtos se mistura e possibilita tanto a compra como a venda de produtos da região e também de outros estados. Ao que parece, a permanência dessa feira-livre, serve de cenário e inspiração para as histórias da terra de Sant`Ana.



Ilustração 09 - Matriz de Santana do Ipanema em dois registros fotográficos, (1958 e 2010).
Fonte: Galeria de Golbery Lessa e Israel Gomes, respectivamente.

As imagens da Matriz de Senhora Santana, em dois tempos distintos, revelam-nos que, ao longo das décadas, não aconteceram grandes mudanças em relação ao lugar que a feira-livre ocupa na vida cultural da população santanense. O que nos leva a afirmar que como evento social e econômico ainda exerce importante influência no cotidiano sertanejo.

Na imagem abaixo, temos o registro de uma cena cotidiana que também marcou a vida de homens e mulheres do sertão alagoano, fazendo parte de uma interminável e dolorosa rotina diária.

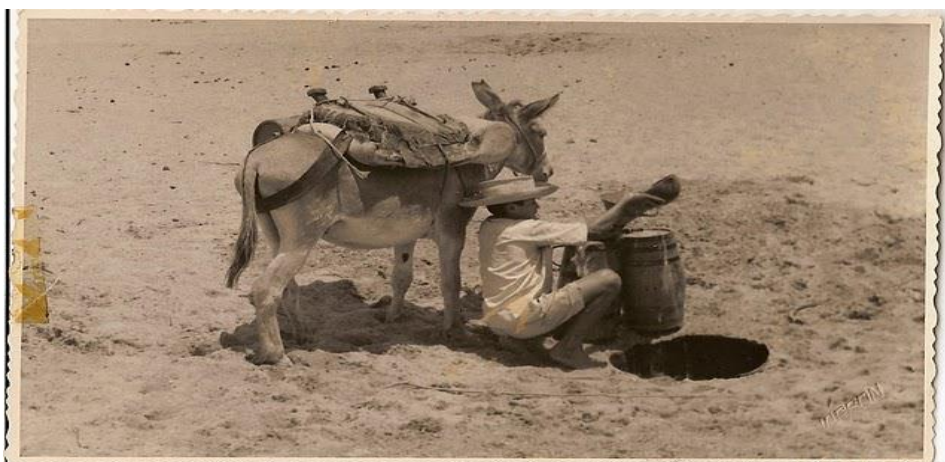


Ilustração 10 - A forma corriqueira de abastecimento d'água em Santana do Ipanema até fins de 1960.

Fonte: Galeria de Golbery Lessa.

Essa imagem, resultado de registro fotográfico no Rio Ipanema, nos revela a simplicidade e a dureza da vida cotidiana do homem sertanejo/santanense, em busca de um líquido escasso no leito do rio seco.

Até o final da década de 1960, os santanenses ainda tinham como principal meio de abastecimento d'água para todas as necessidades domésticas e também comerciais, a utilização de jumentos. Cotidianamente, o homem sertanejo/santanense, numa interminável e dolorosa rotina, buscava o abastecimento do líquido escasso no leito do rio seco e aquele animal quadrúpede era seu fiel servidor.

Se levarmos em conta que, no final da década de 1960, Santana do Ipanema já gozava de emancipação político-administrativa há quase um século, poderemos afirmar que a água canalizada chega com atraso. Se compararmos com o sertanejo Município de Delmiro Gouveia que, no início da década de 1920, já dispunha de água canalizada, o atraso nesta questão é de aproximadamente meio século.

Um fato inusitado, em relação a essa questão e de repercussão nacional, aconteceu na gestão do Prefeito Adeildo Nepomuceno Marques²⁶. Em reconhecimento aos “serviços prestados”, o prefeito concede uma homenagem àqueles que, por meio de sua força de trabalho, abasteceram de água o município durante toda a sua história, através de um monumento, erguido em tamanho natural, em praça pública, na entrada da cidade, representado pelas figuras de um jumento e seu suposto tangedor, nomeado de “Candinho”²⁷.

²⁶ Adeildo Nepomuceno Marques, nascido em 23 de abril de 1918, ex-deputado e ex-prefeito por três mandatos, era considerado uma das maiores lideranças da região sertaneja de sua época. Segundo Melo (1976, p. 70), o jornalista da revista ‘O Cruzeiro’, Tobias Granja, em um de seus artigos, dissera que aquele líder político poderia ser tido como ‘Getúlio do Sertão’. A liderança popular exercida pelo político santanense, porém, chegou ao fim com seu assassinato, em sua própria residência, na Fazenda Coqueiro, na noite de 28 de janeiro de 1978. Em uma de suas administrações (1966 a 1970), foram construídos oito grupos escolares, todos na zona rural.

²⁷ Em sua crônica “A Vitória do Jegue”, o escritor santanense Djalma Carvalho afirma que para efeito de asfaltamento, o novo traçado da BR 316 eliminou a Praça das Coordenadas construída à entrada da cidade pelo prefeito Hélio Cabral (1956-1960). Com isso, a estátua do jumento teve que ser removida de lá para o início dos canteiros da mesma rodovia, em frente ao prédio da AABB local.



Ilustração 11 - O monumento²⁸ ao Jegue, localizado na Praça das Coordenadas.

Acervo: Professor Marcelo André Fausto de Souza

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/

A inauguração do polêmico monumento aconteceu em 03 de março de 1969, como um dos eventos comemorativos à inauguração do sistema de água canalizada. O monumento erguido, ao tempo em que, homenageava àqueles que dedicaram seus esforços ao abastecimento de água da cidade, também significava a petrificação de uma condição de atraso que, em tese, chegaria ao fim. Segundo testemunhas da época, no discurso de inauguração do monumento, o Prefeito Adeildo Nepomuceno sentenciava que “a partir daquele momento, o jumento estaria aposentado”. Repetindo o feito, a força política de Adeildo Nepomuceno também seria homenageada com um monumento²⁹ de tamanho natural erguido no canteiro central da Av. Dr. Arsênio Moreira Silva, localizada no centro da cidade e uma das ruas principais, como marco a significar o fim da falta de água.

²⁸ Obra de João Lisboa, natural de Pão de Açúcar/AL.

²⁹ Na administração de Genival Wanderley Tenório, foi prestada uma homenagem de agradecimento do povo santanense ao líder político e popular Adeildo Nepomuceno Marques.



Ilustração 12 - Adeildo Nepomuceno Marques, em dois momentos: no primeiro, à porta de sua residência e no segundo, como monumento.
Fonte: Melo (1976) e Ismael Gomes, respectivamente.

Na verdade, o moderno meio de abastecimento do precioso líquido não iria representar o fim da indústria da seca e tampouco da condição de miserabilidade vivenciada pela maioria da população santanense e, por extensão, do sertão alagoano. É que o conforto trazido pelo jorro de água nas torneiras não foi um privilégio para todos os moradores de Santana do Ipanema.

Se atentarmos para a compreensão de que o processo de desenvolvimento santanense ainda não atingiu a fase da industrialização, predominando ainda formas econômicas arcaicas, poderemos afirmar que a escola também tem servido para a conservação das diferenças entre as classes sociais e apenas à transmissão de valores culturais.

1.4 O Grupo Escolar Padre Francisco Correia

O governo do 6º Interventor Municipal, Joaquim Ferreira da Silva, que coincide com o do governador Osman Loureiro de Farias no executivo estadual, marca a história da educação santanense pública com a inauguração do primeiro grupo escolar. Através do decreto de nº. 2.225, de 30 de dezembro de 1936, Osman Loureiro determina a criação do Grupo Escolar, sendo agrupadas as cadeiras

isoladas de 1º e 2º ano para o sexo masculino, a do sexo feminino e a cadeira mista existentes na sede do município.

O primeiro grupo escolar de Santana do Ipanema, pelo seu nome, renderia homenagens a um dos primeiros fundadores do município, com o nome do Padre Francisco José Correia, por meio do decreto nº 2.294 de 16 de Novembro de 1937.

Localizado no Bairro Monumento, o prédio teve sua inauguração e início de atividades escolares em fevereiro de 1938, inaugurando também a institucionalização da educação pública escolarizada graduada no município e a vinda das primeiras normalistas da capital para a região sertaneja. Os antigos registros escolares confirmam a primeira direção escolar a cargo de Dona Leopoldina Lima e o seu primeiro corpo docente, formado exclusivamente por mulheres: Professoras Durvalina Cardoso Pontes, Hilda de Carvalho, Maria José Carroscosa, Marinita Peixoto Noya e Iracema Salgueiro Silva.

Documentos institucionais, disponibilizados pela Secretaria Escolar para este trabalho, nos revelam que o referido grupo escolar iniciou seu funcionamento com a oferta de ensino, assim distribuída: 38 alunos no pré-primário, 55 alunos no 1º ano masculino, 14 alunos no 2º ano, 8 alunos no 3º ano e 5 alunos no 4º ano. Estamos vivendo uma realidade pós Revolução de 1930, quando a normatização do ensino é levada para o âmbito do Governo Federal, com recursos financeiros fluindo da Fazenda Nacional para a criação dos Grupos Escolares – este a representação da educação moderna e de massas, com classes seriadas e até mistas, regidas por professoras normalistas.



Ilustração 13 – estudantes no pátio do Grupo Escolar Padre Francisco Correia em data comemorativa.

Acervo: João Neto Félix Mendes

Fonte: <http://www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=729>



Ilustração 14 - Imagem das professoras do Grupo Escolar Padre Francisco Correia, em 1961. A partir da esquerda: Adersina, Helena, Marinita, Maria do Carmo, Carmem, Maria das Dores e Antonieta.

Acervo: José Peixoto Noya

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=105



Ilustração 15 - Registro fotográfico de professoras do Grupo Escolar Padre Francisco Correia, em sala de aula, 1970.

Acervo: José Peixoto Noya

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriade fotos/foto.php?id=634



Ilustração 16 - Foto da cerimônia de conclusão do 4º ano primário no Grupo Escolar Pe. Francisco Correia, no ano de 1971.

Acervo: José Carlos Nascimento

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriade fotos/foto.php?id=582



Ilustração 17 - Estudantes e professora, em data comemorativa, no pátio do Grupo Escolar Pe. Francisco Correia.

Acervo: José Peixoto Noya

Fonte: <http://www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=512>

Assim, não é por acaso que o governo estadual de Osman Loureiro é reconhecidamente o que mais investiu na construção de prédios especiais – os conhecidos grupos escolares - com a função de ministrar educação escolarizada.

Segundo Verçosa (2006, p.132-133),

Sob seu governo, de fato, o sistema primário de Educação vai conhecer um certo desenvolvimento, graças sobretudo à ajuda federal que, a partir do movimento de 30, assumirá finalmente seu papel de suplência no desenvolvimento da rede escolar de Estados pouco desenvolvidos como Alagoas. Data desse período a construção de uma rede de prédios próprios para a educação estadual na capital e no interior, com uma significativa ampliação da oferta e melhoria da qualidade do ensino na rede elementar mantida pelo Estado.

Até então, além das escolas particulares funcionando na casa de fazendeiros, o que existia no município eram as escolas isoladas. A construção desta obra arquitetônica e sua organização pedagógica vão significar, na verdade, uma modificação na organização fundamental do ensino primário, carregando o significado de referência de melhoria de qualidade da instrução pública ofertada pelo Estado. Mesmo não atendendo a todos os santanenses, a nova estrutura escolar representava na verdade um avanço para a região e trazia consigo o simbolismo do ideal republicano.

Segundo Bencostta (2005, p. 69),

No Brasil, este modelo de Grupo Escolar foi implantado pela primeira vez no estado de São Paulo, no ano de 1893. Esse tipo de instituição previa uma organização administrativo-pedagógica que estabelecia modificações profundas e precisas na didática, no currículo e na distribuição espacial de seus edifícios.

Por esta escola passaram milhares de anônimos que não obtiveram o mesmo êxito que seus conterrâneos ocupantes de cargos de mando no Estado e destaque nacional, sem contar aqueles que foram excluídos antes mesmo de terem acesso aos bancos escolares, seja pela dificuldade de ingresso, pelos escassos recursos econômicos, ou mesmo pela distância de suas moradias, o que os excluía do processo de escolarização pela impossibilidade de acesso. Apesar de marcar uma nova fase da educação santanense, o grupo escolar não vai dar conta de instruir o grande número de crianças em idade escolar moradoras da cidade.

Segundo o Professor Clerisvaldo Chagas, no ano de 2010, a atual Escola Estadual Padre Francisco Correia completou 72 anos em meio a uma situação de precariedade. Situada na mesma avenida, a estrutura do prédio escolar representa o atraso da educação do Estado alagoano, enquanto uma luxuosa praça ostenta a dinâmica do capitalismo moderno.

1.5 Nas ribanceiras do Ipanema o ensino secundário é implantado

No Brasil, o ensino secundário foi concebido enquanto formação básica para as elites, sendo o período compreendido entre os anos de 30 a 50 do século XX, o cenário de suas maiores transformações, oriundas tanto da democratização de seu acesso, quanto nas alterações de sua natureza curricular. Então, a maior questão posta ao ensino secundário dizia respeito a sua função formativa. Isto porque o período de industrialização vivenciado na época, pelo país, vai gerar uma grande demanda de profissionais formados, com as habilidades técnicas necessárias ao desenvolvimento do setor industrial. A esse nível de ensino será delegada a formação da indispensável mão-de-obra, relegando a último plano a condição do ensino secundário enquanto preparo para os cursos superiores. Por isso podemos afirmar que o ensino secundário, tendo como principal objetivo a educação da elite, conseguiu reforçar ainda mais a distinção entre as classes sociais.

A criação do Liceu de Maceió – depois Liceu Alagoano - nasce ainda durante o período imperial, remontando ao ano de 1849, fruto de uma política destinada à educação das populações urbanas. Sua atuação inicial se deu através da concentração das cadeiras avulsas então existentes. Assim, a exemplo do que já acontecia na capital, porém, os filhos da classe privilegiada de Santana do Ipanema tinham como destino certo, além de Maceió, os grandes centros culturais como Recife, Salvador e até o Rio de Janeiro. Isso me permite refletir acerca da importância estratégica de implantação de um colégio no município, que mesmo de natureza privada, é criado para atender a uma demanda existente – refiro-me ao Colégio Santanense.

O empreendedorismo do Professor Flávio de Aquino Melo, representado pela fundação do Colégio Santanense, em 11 de julho de 1934, representará um importante feito para o acesso a níveis mais elevados de escolarização. Trata-se de uma instituição de ensino particular, instalado na antiga Rua Nova – Rua Benedito de Melo - de número 281, com prédio construído especificamente para esse fim. Inicia suas atividades com o acesso a novas fases de escolarização - o Ensino Ginásial e o Curso Comercial -, atendendo aos trabalhadores do comércio, que dispunham apenas do turno noturno para sua qualificação, o que para a época era uma novidade.

De acordo com Melo (1976, p. 64), as matrículas no Colégio Santanense superavam as matrículas do Grupo Escolar Padre Francisco Correia de Albuquerque, demonstrando assim a preferência dos pais pelo ensino ofertado no colégio particular, além de provocar disputas entre os alunos dos diferentes estabelecimentos de ensino. Esta preferência é ameaçada com a inexistência na cidade de professores que atendessem às expectativas de seu fundador. Será com a colaboração de seu irmão, Floro de Araújo Melo, vindo da capital alagoana, que as atividades letivas terão início no ano de 1937. A seguir, trechos de panfleto que veiculava as informações do Colégio Santanense:

[...] O Diretor deste estabelecimento de ensino avisa às Exmas. Famílias Santanenses que, no dia 12 do corrente (segunda-feira), reiniciará as aulas dos vários cursos do referido Educandário. Adotará o 'Curso Especial de Admissão' (1º Ano Secundário), no intuito de facilitar a ampliação de conhecimentos aos concluintes do 4º ano primário (admissão). Também preparará candidatos para o Exame de Admissão aos Colégios da Capital.'[...] 'Não se aceitam alunos para a carta de A-B-C, vulgarmente conhecida. Santana do Ipanema, 7 de fevereiro de 1940. O Diretor, Floro de Araujo Melo.'

O Grupo Escolar Padre Francisco Correia e o Colégio Santanense irão coexistir durante dois anos, quando em 1940 as atividades do segundo serão extintas. Santana ficará mais de dez anos sem o ensino ginasial de 5ª a 8ª série, até a fundação, em 1950, do Ginásio Santana, nascido à luz da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos/CENEG, depois Campanha Nacional dos Educandários da Comunidade/CENEC.

Funcionando como um ritual de passagem do curso primário para o curso secundário, o exame de admissão não era apenas motivo de grande temor para as crianças oriundas do ensino primário que desejavam ascender em sua escolaridade ainda no final dos anos de 1960. Era um evento que mobilizava, além do candidato, todos os seus familiares, algo que remete aos concorridíssimos vestibulares atuais. Podemos afirmar que com uma oferta reduzida de ensino secundário, os exames de admissão – que só terão fim com a aprovação da Lei Nº. 5.692/71, regulamentadora dos ensinos de 1º e 2º graus - podem ser definidos como uma barreira intransponível para a maioria dos egressos dos cursos primários

1.6 Os anos dourados do Ginásio Santana

Em Alagoas, a sociedade civil que manterá a nova escola, será organizada através da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos/CENEG, trazida para Alagoas pelo Padre Teófanos Augusto de Araújo Barros, que agirá como verdadeiro pioneiro. A CENEG vai ter seu início, em Alagoas, na década de 1940, logo após sua criação no Estado de Pernambuco, estendendo-se até meados dos anos 1960. Esta periodicidade compreende também a linha temporal em que o nível de educação que vai além do ensino primário é visto de camarote pelo ausente Estado alagoano.

Segundo Verçosa (2006, p.152),

Através da mobilização dos profissionais com formação superior, como advogados, médicos, agrônomos e padres, que residiam nessas regiões desassistidas por força de seu trabalho e se dispunham assim a assumir as aulas, a Campanha mantinha as escolas criadas com doações e verbas captadas junto aos poderes públicos.

O que vai existir é o que poderemos chamar de um privatismo comunitário³⁰, sustentado pelo pagamento simbólico de matrícula e de mensalidade, além do trabalho de voluntariado daqueles/as cidadãos/as que apresentam “dons” que outros alagoanos poderiam ter adquirido se também tivessem tido acesso aos bancos escolares dos centros desenvolvidos. Segundo Araújo (2010, p. 335), embora o progresso tenha feito desmembrar das terras de Santana do Ipanema outros municípios, todos eles continuaram por muito tempo sob a égide da educação ministrada nas salas de aula do antigo Ginásio Santana.



Ilustração 18 - Ginásio Santana, em registro fotográfico na década de 50.

Acervo: João Neto Félix Mendes/Darras Noya/Maltanet

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=56

Assim, a educação secundária, em Santana do Ipanema, vai ter seu (re)início em 20 de junho do ano de 1949, por meio do espírito de empreendedorismo educacional do Padre Teófanos que, sob a égide da CENEG, vai implantar as atividades educacionais do Ginásio Santana. Sobre o fato, Araújo (2010, p. 335) revela que

³⁰ Assim, é por meio da CENEG, que serão fundadas, no Estado alagoano, as primeiras escolas secundárias, ditas comunitárias. Com o passar do tempo, porém, a CENEG terá sua nomenclatura modificada para Campanha Nacional de Educandários da Comunidade – CNEC. A educação direcionada às crianças e aos jovens das classes populares através da presença da Campanha acaba servindo como meio de ascensão política, social e econômica para seus herdeiros, transformando-se em um canal de aplicação de recursos públicos pela via privada, criando uma verdadeira geração de políticos – inclusive um Senador eleito nas últimas eleições em primeiro lugar - vindos da Campanha.

Lideranças da cidade se reuniram no salão nobre da Prefeitura Municipal para fundar o Diretório Municipal da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, elegendo sua primeira diretoria: Presidente: João da Silva Yoyô Filho, Vice-Presidente: Alberto Nepomuceno Agra, Secretário Geral: Padre Fernando Medeiros, Tesoureira: Maria Monteiro Wanderley, Conselho Fiscal: Cel. José Lucena Albuquerque Maranhão, Helio Lopes e Alberto Nepomuceno Agra.

O seu primeiro ano de funcionamento se deu nas dependências do Grupo Escolar Padre Francisco Correia, passando, posteriormente a funcionar no antigo prédio do Quartel de Polícia, onde permanece na atualidade³¹. O nome da escola foi uma homenagem à padroeira da comunidade onde se instalou.

Nessa direção, em uma de suas inúmeras crônicas³² publicadas, o Professor Clerisvaldo Chagas traz à tona suas memórias sobre o Ginásio Santana, ao nos dizer que

Como segunda escola do estado da futura Rede Cenequista, em Santana do Ipanema funcionou o Ginásio Santana. Pelo menos por duas décadas, o Estabelecimento teve como mestres pessoas de outras áreas de trabalho. Esses profissionais atuavam como colaboradores sociais para a juventude estudiosa e nada recebiam em troca. A remuneração era apenas o reconhecimento costumeiro de final de ano. Assim, desfilaram pelo casarão: bancários, médicos, padres, juízes, contabilistas, comerciantes... Sempre cheios de boa vontade.

Datado de 11 de fevereiro de 1950, em Santana do Ipanema a criação da nova escola seria obra, de fato, do Padre Fernando Medeiros, com o aval do Padre Teófanés. Cabe ressaltar que a administração da referida sociedade ficaria a cargo do primeiro presidente e diretor João Silva Yoyô Filho.

Primeiros Docentes	Alberto Nepomuceno Agra, João Yoyô Filho, Maria Monteiro Wanderley, Mileno Ferreira da Silva, Narair Janor.
Primeiros Gestores	João Yoyô Filho (Diretor), Manoel de Aquino Melo (Inspetor Federal) e Melânia Oliveira (Secretária).
Primeiros Alunos	Aloísio Ernande Brandão, Antonieta Santana, Arnóbio Chagas, Cleusa Pires, Emanuel Moraes, Eraldo

³¹ De localização privilegiada – praça central da cidade – o prédio foi o que serviu como sede de caça à Lampião pela Polícia Militar, sob o comando do Coronel Lucena.

³² As crônicas de autoria de Clerisvaldo Chagas são publicadas em <http://clerisvaldobchagas.blogspot.com>.

	<p>Bulhões, Francisco Ferreira Barros, Henaldo Bulhões, José Lemos Brandão, José Melo Dias, José Oliveira Farias, José Severino Tenório, José Viana, Lourdes Santana, Margarida Falcão, Margarida Granja, Maria da Glória Dias, Maria Elza Marques, Maria Olivete Wanderley, Nícia Queiroz, Nilton Vieira de Melo, Raquel Freire, Socorro Granja, Terezinha Granja, Terezinha Oliveira Barros, Terezinha Silva Pereira, Terezinha Simões, Zuleide Nepomuceno.</p>
--	---

Quadro 1 - Primeiros docentes, gestores e alunos do Ginásio Santana em 1950.

O elenco³³ descrito no quadro 1, diz respeito à primeira composição do Ginásio Santana - docentes, gestores e alunos -, quando de sua aula inaugural em 15 de março de 1950.



Ilustração 19 - Primeira turma do Ginásio Santana, década de 1950.

Acervo: Erinha

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=769

Sequenciando a direção dos caminhos do Ginásio Santana, de acordo com Araújo (2010, p. 337), podemos citar Alberto Nepomuceno Agra (1951 a 1955), Mileno Ferreira da Silva (1956 a 1961), Padre José Araújo (1961), Eraldo Bulhões

³³ Construído a partir de Araújo (2010, p. 337).

Barros (1962 a 1964), José Pinto de Araújo (1965 a 1968), Francisco Pinheiro Tavares (1968 a 1971), Adelson Isaac de Miranda (1971 a 1976), Zélia Silva de Araújo (1976 e 1983 a 1997), Valter Barbosa Guimarães (1976 a 1983), Roberval Menezes Dias (1984 a 2000) e Roseli Brandão Wanderley (2001 a atualidade).

A importância deste estabelecimento de ensino, não apenas para Santana do Ipanema, mas para toda a região sertaneja, é reafirmada com a criação de um curso para a formação de professores. Refiro-me ao Curso Normal Rural Padre José Bulhões, implantado em 07 de março de 1960, nas dependências do Ginásio Santana³⁴.



Ilustração 20 - Ginásio Santana, ano de 1963.

Acervo: João Neto Félix Mendes/Darras Noya/Zé Neto/Maltanet

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=131

³⁴ Sobre este assunto tratarei de forma mais aprofundada no próximo capítulo.



Ilustração 21 - Turma do Ginásio Santana, década de 1960.

Acervo: Luiz Antonio de Farias

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=555



Ilustração 22 - Alunas do Ginásio Santana, década de 1960.

Acervo: Lúcia Nobre

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=741



Ilustração 23 - Alunas do Ginásio Santana em desfile cívico, década de 60.

Acervo: Marinalva Oliveira

Disponível em: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=970

Ainda segundo Araújo (2010, p. 338), o compositor santanense Remi Bastos, criou, em homenagem aos 50 anos da instituição escolar onde estudou, o Hino do Ginásio Santana, do qual seguem transcritas duas estrofes:

Salve o Ginásio Santana
 No seu jubileu de ouro
 Cinquenta anos
 De qualidade e tradição
 Educando no Sertão

Salve o Ginásio Santana
 Nesta data memorável
 Exaltemos nosso educandário
 No esplendor do seu cinquentenário

No passado ano de 2010, o Ginásio Santana, sob a direção do Sr. José Pinto de Araújo, seria pois, uma instituição sexagenária.

A democratização da educação vai se dar, assim, paulatinamente, pela via privada, permitindo a preparação de boa parte das crianças e jovens da cidade para a ocupação dos cargos administrativos públicos e privados. Em Santana do Ipanema, a exemplo do que já acontecia na capital do Estado, é possível perceber nas falas dos mais antigos moradores, que os jovens mais afortunados tinham nas capitais dos Estados de Pernambuco, Bahia, Paraíba, São Paulo e também no

Colégio Pedro II³⁵ no Rio de Janeiro, o destino mais provável para sua constituição enquanto futuro membro do quadro administrativo do município e até do Estado. Alguns nomes como os dos Bulhões, dos Malta e dos Azevedo, mesmo tendo aprendido as primeiras letras no município de origem, tinham como destino educacional a capital alagoana que já apresentava sinais de avanço na oferta de educação escolarizada, principalmente no Liceu Alagoano, depois na Escola Moreira e Silva, da rede pública, ou no Colégio Diocesano (depois Marista de Maceió) e Colégio Guido de Fontgalland, dentre outros, na rede privada de ensino. E para que os filhos recebessem o certificado do ensino secundário e posteriormente o diploma de ensino superior – geralmente de “doutor em direito”, com todas as benesses que eles representavam -, os pais das famílias mais abastadas não mediam esforços, chegando a investir grande parte de suas posses e evidentemente, aguardando usufruir das possíveis conquistas. Mas é bom que se diga que esse sentimento não representa a possibilidade de toda a população santanense, mas apenas de uma pequena elite sertaneja.

O Professor Clerisvaldo Chagas revela, em entrevista exclusiva para este trabalho, que em relação ao ensino secundário e precisamente à implantação do Ginásio Santana,

Não houve uma luta geral da sociedade – santanense – correndo atrás de um sonho. Havia sim um acomodamento como um todo. A implantação do Ginásio Santana foi fruto de um grupo pequeno da elite que enxergava longe. Nos primeiros anos não havia planos de futuro de ninguém. Estudava-se quase como obrigação de marchar além do primário, com raras exceções. Note-se que na época a cidade nada tinha a oferecer que despertasse a vontade ferrenha de estudar.

Nesta mesma discussão, tentando compreender como a implantação do Ginásio Santana se configurou no cenário educacional de Santana do Ipanema, já que inevitavelmente trazia possibilidades de ascensão social para os que tivessem acesso a um nível mais elevado de escolarização, e quando questionamos acerca das expectativas veiculadas pelos pais, mestres e alunos da época, a escritora santanense Maria do Socorro Ricardo, em entrevista, relata que

³⁵ Segundo Cury (1997, p. 11), “[...] o surgimento do Colégio Pedro II em 1837 acabou sendo uma espécie de paradigma no nível secundário para os bons colégios estaduais, para as escolas particulares que queriam se equiparar a ele. O Colégio Pedro II começa naquilo que hoje seria de 5ª a 8ª séries e só, muito recentemente, na década de 70, é que ele vai ter, nos seus quadros, o primeiro ciclo, de 1ª a 4ª séries”.

Evidentemente com a chegada do Ginásio Santana, frequentado por santanenses e estudantes de regiões circunvizinhas, os alunos do ginásio sentiam a grandiosidade do feito, o avanço de possibilidades cognitivas, o futuro sólido em outro nível de escolarização, esperança deles alcançarem outra etapa do ensino e, finalmente, ingressar na graduação, eles sentiam, porém não vivenciaram efetivamente. Pois se eles tivessem vivenciado a grandiosidade do feito – Ginásio Santana – teriam brigado com unhas e dentes, à época, para implantação incontinenti de uma Universidade em Santana do Ipanema, além de cursos técnicos em todas as áreas, como lutaram e venceram outros municípios da federação.

Analisando os depoimentos apresentados, chama atenção a confluência das falas no que se refere à ausência de compreensão, principalmente pelos jovens discentes, da dimensão de desenvolvimento que o município poderia alcançar se as possibilidades de acesso aos elevados níveis de escolarização fosse uma realidade municipal. Assim, enquanto o Brasil vivenciava a euforia do período desenvolvimentista, a grande maioria dos santanenses parecia estar alheia ao desenvolvimento econômico e social por que passavam o sudeste e o sul do país.

2 AS PEDRAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES À BEIRA DO IPANEMA: (re)construção histórica do Curso Normal

Em terras brasileiras, nem mesmo a instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, no início do Século XIX, e sua permanência por mais de uma década, iria provocar a preocupação oficial com a formação de professores. Apesar de atualmente haver um direcionamento de ações para a formação de professores, tanto inicial, quanto continuada, sabemos que os esforços de preparação dos professores foram antecidos pela preocupação – nem sempre permanente - com a seleção dos mesmos, descuidando-se as autoridades da coexistência de seleção e preparação.

2.1 As vicissitudes das políticas de formação dos professores no Brasil e em Alagoas

Será por meio da descentralização forçada pela Emenda à Constituição de 1834 que, através das Províncias – responsáveis pela instrução primária e secundária - serão instituídas as primeiras escolas para formar professores. É possível assim, afirmar que, desde o seu nascedouro, essas escolas – chamadas de escolas normais ou, simplesmente, de cursos normais, como foi o modo como a formação teve início em Alagoas – comporiam por muito tempo os sistemas provinciais de instrução pública geral, o que implica a inexistência de políticas do governo central exclusivas para a formação dos professores para a instrução primária. Ao tempo em que as Províncias eram as responsáveis pela formação dos professores para a instrução primária, assumiam também ônus e bônus, a depender de sua situação econômica.

Assim, as Províncias em situação financeira privilegiada, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo, avançavam visivelmente, tanto na manutenção dos ensinos primário e secundário, quanto na formação dos quadros de docentes de que necessitava, ao tempo em que as Províncias com finanças apertadas, como era o caso das Alagoas, amargavam todo o atraso propiciado por quem não tinha como manter nem as escolas primárias, tampouco a formação de seus mestres.

Desse modo, com a primazia quase que exclusiva de Niterói, que se antecipa na preocupação com a formação docente, nas primeiras escolas normais brasileiras o preparo profissional dos professores foi por um bom tempo resumido ao domínio do Método Mútuo, de acordo com a Lei de 15 de outubro de 1827.

Hilsdorf (2003, p. 44), se referindo a este método, nos esclarece afirmando que

[...] Os procedimentos metodológicos do ensino mútuo utilizavam a oralização, a escrita em caixas de areia e os silabários impressos em quadro murais (cartazes) para as atividades de ensino-aprendizagem em grupo, diminuindo as despesas com livros, papel e tinta, materiais reservados aos alunos mais adiantados.

Esta formação tinha, pois, caráter exclusivamente prático, isto é, não havia qualquer tratamento teórico para a preparação docente. Pode-se dizer que neste período a formação dos mestres se dava por meio vocacional, ou seja, no dia-a-dia do trabalho de ensinar. Assim, a vida útil dessa escola normal é curta e, 14 anos após sua criação, chega ao fim. E essa condição de fragilidade institucional não foi um privilégio apenas da escola normal pioneira: as escolas normais criadas em outras províncias também iriam vivenciar grande instabilidade, resultando em permanentes criações e extinções.

Apesar de já existirem várias cadeiras de instrução primária em Alagoas, até o início da década de 60 do século XIX, a Província não possuía qualquer curso que habilite os mestres. Segundo relatórios de inspetores da instrução pública no período provincial— como Titara e Tomás Espíndola, por exemplo - estas cadeiras eram ocupadas por indicação e apadrinhamento, o que possibilitava frequentemente ao magistério o acesso de pessoas com pouquíssima escolarização, dando-me respaldo para afirmar que a competência pedagógica do mestre não era o principal requisito levado em consideração para a assunção de cadeira primária pública nas Alagoas nos primórdios de nossa educação escolar.

Na verdade, a própria instrução pública primária não era tão necessária, pois as elites alagoanas já tinham acesso à instrução oferecida pela via privada, tanto em seus latifúndios, quanto em escolas privadas ou de outras províncias do império brasileiro. Os pais de família, donos de grandes latifúndios, mantinham em suas propriedades escola particular para seus filhos e protegidos.

Vilela (1982) enfatiza a grande distância existente entre a ideia, a criação e a instalação de um Curso Normal em Alagoas. Estas etapas percorridas possibilitaram

a abertura de suas portas para a preparação de professores para a instrução primária no seio do Liceu Alagoano³⁶.

Com um atraso de três décadas em relação ao primeiro criado no Rio de Janeiro, o único curso para formação de professores na Província das Alagoas foi instituído pelo Poder Público Provincial através da Resolução nº. 424 de 18 de junho de 1864, que, em seu artigo 19, determinava:

[...] O Governo estabelecerá na capital uma escola normal de instrução primária em que se ensinarão, um curso de dois anos, o desenho linear e todas as matérias exigidas na presente lei para o ensino primário, além dos diversos métodos e processos de ensino, sua aplicação e vantagens comparativas.

§ 1º A aritmética, geometria prática, gramática nacional e análise dos clássicos da língua portuguesa e as noções gerais de geografia e de história do Brasil serão ensinadas pelos respectivos lentes do Liceu, pelo que não poderão ter aumento de ordenado nem de gratificação. Todas as demais matérias serão ensinadas pelo professor da Escola Normal.

§2º O professor da Escola Normal será de livre nomeação do Governo e perceberá o ordenado de um conto e quinhentos mil réis anuais.

§3º A escola estará sob a imediata inspeção do Governo e do inspetor dos estudos.

§4º O Governo fornecerá ao professor, além da casa apropriada, na qual deverá funcionar também o Liceu, para melhor comodidade dos lentes e do ensino, todos os instrumentos, livros, modelos e mais objetos que foram precisos para os exercícios.

§5º O professor desta escola organizará um regulamento em que especificará o programa do ensino, a polícia e economia das escolas, os castigos e a duração dos exercícios e o submeterá à aprovação da congregação do Liceu, da qual deverá ser membro, e esta aprovação será levada ao conhecimento do Governo por intermédio do inspetor os estudos.

§6º A classificação das matérias da escola normal deverá ser feita pelo seu professor, aprovada pela congregação do Liceu.

§7º Ninguém poderá matricular-se na Escola Normal não sendo maior de 16 anos e não mostrando-se, em exame, instruído na leitura e na escrita.

§8º A aprovação plena obtida pelos alunos da Escola Normal no fim do curso, dá-lhes a preferência rigorosa, havendo igualdade de exame no concurso, para todos os empregos públicos provinciais, e muito principalmente para o professorando, provando, em todos os casos, a sua moralidade por atestação do professor da Escola Normal, da câmara municipal e do inspetor dos estudos.

§9º Enquanto não se estabelecer a Escola Normal, só se dará provimento provisório aos professores da instrução primária, e com dos terços dos vencimentos marcados na presente lei.

§10º Os professores que, segundo a determinação da presidência, ou voluntariamente, quiserem freqüentar a Escola Normal, poderão fazê-lo percebendo os seus vencimentos, deixando substitutos aprovados em exame e pagos à sua custa³⁷.

³⁶ É preciso não perder de vista que a formação de nossos professores primários começou por um Curso Normal no seio do Liceu, na cidade de Maceió, e não de uma Escola específica para tal fim. Na verdade, a formação era feita com o maior número de cadeiras aproveitadas do currículo em vigor no Liceu.

³⁷ Aqui a legislação encontra-se com a grafia atualizada por não ter sido transladada diretamente do documento original.

Entretanto o curso normal – e não uma escola, como dá a entender a lei - criado em Maceió, não significaria sua imediata instalação, pois seu funcionamento só teria início cinco anos após sua oficialização, sob o governo do Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Passando a funcionar como um anexo ao Liceu de Maceió, o Curso Normal, tinha duração de dois anos, para a formação de professores da instrução primária. Era um curso que acabava acontecendo praticamente em conjunto com o curso secundário e propedêutico do Liceu, com exceção apenas da cadeira de Pedagogia.

Desse modo, o grupo de profissionais formadores dos mestres era composto pelos mesmos bacharéis que lecionavam no Liceu, com exceção de apenas um professor de Pedagogia nomeado especificamente para o curso normal. O local de seu funcionamento inicial irá influir decisivamente no perfil de professores em formação. Como nos Estados de São Paulo, Bahia e Pernambuco, o primeiro Curso Normal, em terras alagoanas, foi destinado aos indivíduos do sexo masculino.

Segundo Verçosa (2001, p. 167)

É importante assinalar que, nessa época, o magistério, era uma ocupação masculina, o que facilitava a freqüência dos candidatos ao novo curso normal, já que o liceu era uma escola aberta apenas aos rapazes. Se, por um lado, isso simplificava o funcionamento do curso, por outro, praticamente o despia de seu caráter formativo específico além de deixá-lo quase vazio de estudantes nas primeiras décadas de sua existência.

Devido ao desinteresse da população estudantil pela docência, desmotivados pelos salários reduzidos e pelo pouco prestígio à época, o curso normal se esvaziaria a ponto de ser extinto. Na verdade, uma sociedade economicamente agrária e ainda escravocrata não poderia enxergar necessidade de formação para os professores das primeiras letras para o povo. Com base em Tanuri (2000, p. 65), pode-se, pois, dizer que, nos primeiros 50 anos do Império, as poucas escolas normais do Brasil – o curso das Alagoas, inclusive - foram pautadas nos moldes das escolas primárias, não indo, portanto, além de ensaios rudimentares e mal sucedidos para o ensino da leitura, da escrita e da aritmética.

De acordo com Moacyr (1939), pelo regulamento de 1885, o Curso Normal desenvolvido pelo poder público em Maceió passou a ser misto, com a duração de dois anos.

1º Ano	2º Ano
língua nacional (gramática, leitura expressiva e comentada de texto de obras clássicas); desenho e caligrafia; ginástica; pedagogia geral; noções de higiene;	aritmética e metrologia; geometria plana e taquimetria; geografia, principalmente do Brasil e da província; pedagogia e métodos de ensino; legislação escolar.

Quadro 02 – Programa do Curso Normal

Neste ano de 1885, a frequência foi de 49 estudantes no 1º ano, e apenas dois no 2º ano. Segundo Moacyr, oito eram do sexo masculino no 1º ano e dois do 2º. A aprovação nas matérias do 1º ano foi de quatro alunos e 29 alunas (aqui as mulheres já se faziam presentes), e nas do 2º ano ninguém obteve aprovação.

Moacyr (1930) nos revela ainda que, em 1888,

Das instituições auxiliares do ensino só temos o ‘Instituto dos professores primários’, estabelecido por iniciativa do professorado e entregue aos poucos recursos de seus membros. Ponto de partida para a educação do professorado o Instituto deve ser uma escola superior de pedagogia e um poderoso elemento para a direção da instrução pública.

No relatório, datado de 1º de agosto de 1889, o então Presidente da Província de Alagoas, Dr. Mánoel Victor Fernandes de Barros, passa o poder para o Dr. Manoel Messias de Gusmão Lira e afirma que, nessa data, em Alagoas, “[...] há um curso normal para preparo dos candidatos ao magistério. É mixto, e actualmente freqüentado por 58 alumnos”.

A condição de dependência do curso normal das Alagoas do Liceu, tanto nas questões estruturais, quanto em relação a seus profissionais, só será interrompida a partir de 1912 – já em plena república, portanto -, quando é criada a Escola Normal do Estado de Alagoas, tendo a mudança de suas instalações para um prédio alugado em 1913, adquirido pelo Poder Público somente em 1924, sob a administração de Osman Loureiro.

É importante se registrar que, no Brasil, a década de 1920 propiciaria o surgimento de uma categoria profissional inexistente, ao menos no nível secundário:

refiro-me à dos profissionais da educação, que toma corpo na ação e no grito dos chamados *Pioneiros da Educação Nova*. Estes profissionais buscavam transformar o ensino por meio de uma atuação mais concreta, apoiados no ideário da Escola Nova de John Dewey, cujo maior articulador no Brasil foi Anísio Teixeira.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação iria se configurar na materialização de um dos maiores movimentos educacionais até então e por décadas existentes no país. Trazia a premissa de uma educação pública, gratuita, mista, laica e obrigatória. Isto quer dizer que o Estado deveria se responsabilizar pelo dever de educar o povo, responsabilidade esta que era, a princípio, atribuída à família.

De acordo com Marroquim (1922), em mensagem enviada à Assembléia Legislativa, no ano de 1922, o então governador do estado alagoano, Dr. José Fernandes de Barros Lima, lamentando a calamitosa situação educacional do Estado, chega a afirmar que os esforços financeiros empreendidos em favor da instrução pública não tinham correspondido ao êxito esperado e apresenta a carência de professoras, principalmente no interior, gerada pelas precárias condições do magistério, como um dos maiores problemas vivenciados. Falando das professoras que se formavam na Escola Normal, afirma o Governador:

Diplomadas essas senhoras, pleiteam suas nomeações para qualquer cadeira vaga no interior, tomam posse, mas pedem logo licença para regressarem ao seio de suas famílias, e outras, sem a licença mesmo, abandonam as cadeiras que lhes foram confiadas, contando com a complacência dos fiscaes do ensino para os attestados graciosos, permanecendo e crescendo a população escolar do interior, sobretudo das localidades mais remotas, em completa ignorância (*apud* MARROQUIM, 1922, p. 61).

Além desta precariedade para o exercício das professoras no interior alagoano, outros fatores agravam a debilitada condição docente, a exemplo da inexistência de prédios escolares e, quando existentes, de penoso acesso. As professoras, mandadas às pequenas cidades como condição legal para iniciar a carreira de professora pública, tinham, muitas vezes, nas residências das autoridades locais seus pontos de hospedagem, quando não ficavam no hotel por acaso existente na localidade para onde eram nomeadas ou na casa de alguém que lhe alugava um quarto.

O município de Santana do Ipanema também vivenciaria essa situação, principalmente a partir da criação dos primeiros grupos escolares, tendo suas professoras vindas da capital. A ocupação das cadeiras de magistério santanense

pelas normalistas, recém-formadas, era carregada de dificuldades de toda ordem. Para se ter uma idéia da dimensão dos transtornos causados às famílias pela vinda das filhas formadas na capital e encaminhadas para o sertão, conta-se que o pai de uma das professoras chegou a forjar a própria morte para poder ter sua filha, a professora Leocádia, de volta à capital. Este fato na verdade ilustra a tamanha dificuldade de locomoção do sertão à capital e vice-versa, obrigando um pai, desesperado pela ausência de sua única filha, a tramar o seu próprio funeral.

Sob os influxos da política de Getúlio Vargas no plano federal, com o apoio financeiro dado às unidades da República, o Decreto de nº. 2.229/1937 cria, em Alagoas, a partir da junção da Escola Normal de Maceió e de sua Escola de Aplicação, o Instituto de Educação, passando a funcionar num prédio novo, construído para tal fim, que é o prédio onde funciona hoje a Secretaria de Estado da Educação, na região central de Maceió.

Para Verçosa (2001, p. 173),

Em 1938, manifestando preocupação com a presença ainda esmagadora, nas escolas rurais, de professores semi-analfabetos, o governo iria criar um curso de férias, junto à Escola de Aplicação do Instituto de Educação. Seria nesse ano, também, que os cursos de Penedo, de Viçosa e do Asilo Bom Conselho seriam transformados em Normais Rurais, ou seja, de quatro anos, não mais de nível secundário, mas feitos em seguida ao curso primário.

Na década seguinte, no plano federal, a Lei Orgânica do Ensino Normal é instituída por meio do Decreto-lei nº. 8.530, de 02 de janeiro de 1946, subdividindo o ensino normal em 1º e 2º ciclos. O primeiro, com duração de quatro anos, funcionaria nas chamadas Escolas Normais Regionais. Como requisito para este ciclo era exigido o término do curso primário e formaria o regente de ensino primário. Em nível mais especializado de formação, o 2º ciclo, com três anos de duração, funcionaria nos estabelecimentos denominados Escolas Normais. Como curso profissionalizante, a idéia que se tinha era de terminalidade, o que não significou maior atenção às disciplinas próprias da formação para o magistério.

Ao que parece, em Alagoas - a exemplo das políticas nacionais de formação de professores - as ações de formação dos professores primários em nível mais ampliado, para dar conta do crescimento vegetativo da população, se dariam, na maior parte, de maneira emergencial e localizada, primando inclusive pela precarização do que já era deplorável. Entre as décadas de 1950 e 1960, o

número de municípios alagoanos tem um crescimento de mais de 86%, passando de 37 para 69. Este crescimento no número de municípios com autonomia político-administrativa vai gerar também uma demanda social por educação e a necessidade de se expandir o ensino. Mas o sertão alagoano, considerado de difícil acesso, não só pela distância, mas principalmente pelas péssimas condições de estradas e pela aridez da região, continuava a ter como grande dificuldade a falta de professores habilitados para o exercício da docência. E Santana do Ipanema, inserida nesse contexto, só teria um curso destinado à preparação de seus mestres a partir da década de 1960, mais de 80 anos depois de, na condição de Vila, ter sua autonomia político-administrativa decretada. É possível que este fato nos ajude a compreender a presença do alto número de analfabetos e dos baixos indicadores educacionais vivenciados pelo município.

2.2 Implantação do Curso Normal em Santana do Ipanema

Alagoas, segundo Costa (1931) e Verçosa (2004), carregou em sua história educacional, por décadas, o marco do apadrinhamento e do filhotismo como meios de ocupação das cadeiras de ensino primário, trazendo consigo o ônus da nomeação de professores muitas vezes praticamente analfabetos. Já em meados do Século XX, contando com apenas uma Escola Normal instalada na capital, o volume de normalistas que se negavam a ocupar as cadeiras de ensino primário no interior só aumentava.

Nos princípios dos anos de 1960, Santana do Ipanema, na condição de importante município da região sertaneja, ainda não possuía um curso que habilitasse seus professores primários. O sertão alagoano carecia de um lócus para a formação das professoras que ocupariam as cadeiras do ensino primário, visando eliminar ou, dito de outra forma, minimizar o analfabetismo e principalmente, melhorar a qualidade do ensino. Representava, também, a criação de oportunidades para que fossem as/os santanenses mais bem escolarizados e, assim pudessem sonhar com a conclusão do curso secundário e profissionalizante.

Segundo Costa (2001, p. 43),

O Decreto nº. 1.429, de 1º de Dezembro de 1930, criou o Curso Rural, anexo a cada um dos grupos escolares do interior. O fim desse curso foi justamente evitar a continuação de nomeações de pessoas analfabetas para o professorado extranumerário.

Até o final da década de 1950, porém, o Curso Normal Rural, mais próximo de Santana do Ipanema, era o ofertado na Cidade de Palmeira dos Índios, a uma distância de 72 km e tinha natureza privada. Refiro-me à Escola Normal Rural Cristo Redentor, criada em 1944, por iniciativa do Monsenhor Francisco Macedo e mantida pelas Irmãs do Amor Divino, congregação de freiras católicas que atendia à formação das moças palmeirenses que, em sua maioria, tinham dificuldade de continuar seus estudos na capital. Os estudantes do município santanense e os advindos das localidades circunvizinhas não encontravam no curso ofertado, no município vizinho, o atendimento à expressiva necessidade de formação de quadro de professores que se fazia necessário para o volume de classes em funcionamento.

Com o atraso de 30 anos, desde a criação do Curso Normal Rural, em 1930, o primeiro curso de formação de professores de Santana do Ipanema é criado, finalmente em 07 de março de 1960, nas dependências do Ginásio Santana, com a denominação de Curso Normal Rural Padre José Bulhões. É na verdade, o marco da criação de curso dedicado a preparação de professores para o exercício da docência no município e no sertão.

A implantação desse curso normal rural terá importância estratégica, no campo sociopolítico, na medida em que iniciará a formação do quadro de professores habilitados necessário às demandas de Santana e entorno, suprimindo uma carência que vinha se arrastando a décadas. Mas o Curso Normal Rural em Santana do Ipanema não seria o objeto de desejo escolar dos jovens secundaristas das camadas sociais santanenses mais bem postas. Eles não viam no exercício da docência nenhum atrativo que merecesse a dedicação de seus estudos e assim, continuavam seguindo caminho aos centros de irradiação cultural, em Palmeira dos Índios e, quando possível, na capital do Estado e em Recife, buscando o sonho de se tornar “doutor” ou “doutora”.

Para os “herdeiros” do comando santanense, a implantação do Ginásio Santana, na década de 1950, ofertando primeiro o curso ginásial e o curso secundário de contabilidade, e no início da década de 1960, o curso Normal Rural, não teria grande significado em termos pessoais, pois os filhos dos coronéis há muito tempo já tinham onde estudar e galgar todos os privilégios que o diploma pudesse conceder. E o colégio em Santana do Ipanema, que mesmo sendo

comunitário, demandava o pagamento de taxas de matrícula e mensalidades, ainda que de início simbólicas, será, paradoxalmente, a via de democratização de acesso das classes média baixa e populares a níveis de escolarização para além do ensino primário.

Um importante evento para a educação santanense será a instalação, em 1963, da 6ª. Inspeção Regional de Ensino da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas³⁸, assumindo, como primeira inspetora, a Professora Maria do Carmo Nepomuceno. A ocupação do cargo se deu sob a forma de designação do Governador General Luiz Cavalcante, mediante indicação do Secretário de Educação do Estado, Dr. Deraldo Campos.



Ilustração 24 - Dr. Deraldo de Souza Campos, Secretário de Estado da Educação e Cultura no período de 31/01/1961 a 11/02/1966.

Fonte: www.educacao.al.gov.br/institucional/galeria-de-ex-secretarios

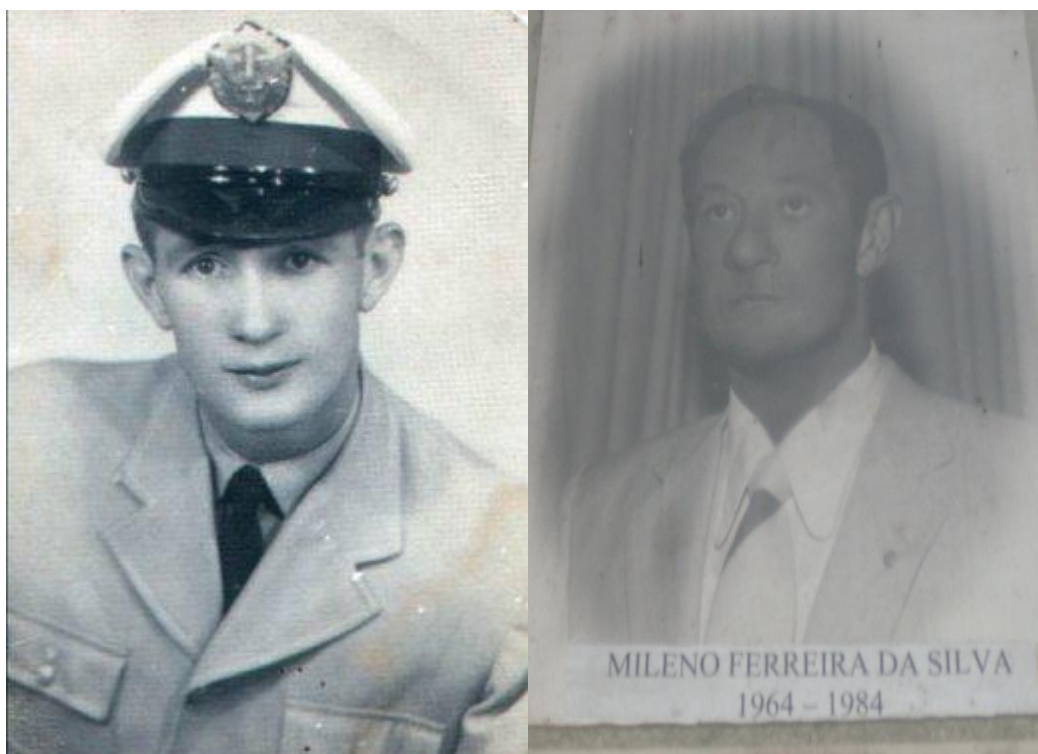
Da sua criação até os dias atuais, pelo modo como o cargo de chefe da Inspeção na região tem se dado, confirma o relato do Professor Clerivaldo Chagas, para este trabalho, quando diz que “as indicações seguiam e seguem critérios políticos: pedidos diretos ou indiretos, principalmente a deputados aliados do

³⁸ Atualmente, a antiga inspetoria é denominada de 6ª. CE (Coordenadoria de Ensino) e atua sobre as escolas do sistema estadual de ensino nos municípios de Santana do Ipanema, Poço das Trincheiras, Ouro Branco, Maravilha, Dois Riachos, Carneiros, Senador Rui Palmeira, Olivença e Olho d'Água das Flores.

governo que têm a Educação sobre controle (sua fatia pelo apoio). É o ‘pelo amor de Deus me bote lá’”.

2.3 Colégio Estadual Deraldo Campos

Seria, pois, sob a égide do Governador Luiz Cavalcante, segundo o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva, que, através da Lei Nº 2.655 de 24 de janeiro de 1964, iria ser criado o Colégio Normal de Santana. Inaugurado, em 26 de março do mesmo ano, era inicialmente destinado exclusivamente à formação de professores. Por meio da Lei de Nº. 3.032 de 22 de Outubro de 1969, porém, teria seu nome mudado, passando à denominação de Colégio Estadual Prof. Deraldo Campos³⁹, vindo a assumir sua direção – desde a criação da instituição escolar em 1964 - o ex-militar santanense Mileno Ferreira da Silva⁴⁰.



³⁹ Secretário Estadual de Educação no período compreendido entre 31/01/1961 e 11/02/1966, a denominação seria uma homenagem ao instituidor da escola.

⁴⁰ Membro da Aeronáutica Brasileira, seu período de atuação à frente do Colégio Deraldo Campos, na condição de 1º diretor, é de 1964 a 1984, coincidindo com o período da Ditadura Militar. Cabe ressaltar que o Prof. Mileno Ferreira da Silva já havia assumido, no período compreendido entre 1956 a 1961, a direção do Ginásio Santana, o que inevitavelmente lhe conferia experiência, além de confiabilidade, para assumir o cargo na recém criada instituição escolar.

Ilustração 25 - Mileno Ferreira da Silva, primeiro diretor do Colégio Deraldo Campos, em foto oficial no ano de 1946 e à paisana.

Acervo: José Peixoto Noya

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=187 e galeria de fotos dos diretores da Escola Prof. Mileno Ferreira da Silva, respectivamente.

Em 1990, o Colégio Estadual Prof. Deraldo Campos teria nova mudança em sua nomenclatura, a partir da aprovação da Lei Nº 5.158, de 27 de setembro de 1990, passando a ser denominado de Escola Estadual Prof. Mileno Ferreira da Silva, numa homenagem póstuma ao Prof. Mileno Ferreira que, por mais de vinte anos, esteve à frente da direção escolar.

O colégio, para além do Pedagógico, voltado à formação de professores primários, iria ofertar também os cursos Primário, Ginásial e Científico, tornando-se inclusive um centro de atendimento a alunos e alunas oriundos dos municípios circunvizinhos de Maravilha, Olho d'Água das Flores, Ouro Branco e Poço das Trincheiras. Estes municípios, mesmo emancipados politicamente, continuavam a depender de Santana para o acesso a níveis mais elevados de escolarização.

Segundo Verçosa (2001), referindo-se a esse período,

A rede de escolas secundárias públicas, antes ainda restrita, seria expandida através da construção de novos colégios na capital e em cidades importantes do interior, como Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e **Santana do Ipanema (grifo meu)**, incluindo-se, neles, evidentemente, cursos normais para formar professores necessários à demanda, sendo o Instituto de Educação a referência que todos queriam emular. (VERÇOSA, 2001, p. 174)

Em entrevista concedida, a Professora Zaira Monteiro⁴¹, enumerou nomes e respectivos componentes curriculares ministrados pelo corpo docente do curso normal em Santana do Ipanema (1962 a 1964), a saber:

Dona Magda Wanderley (esposa do médico Dr. Jório) ensinava SOE/Serviço Social; Margarida Cintra ensinava Língua Portuguesa; Salete Bulhões (esposa do ex-padre Alberto) lecionava as Didáticas específicas e a Geral; Silvio Bulhões (filho do cangaceiro Curisco) ensinava Matemática e Estatística; Olga Souza lecionava Língua Portuguesa e Produção Textual; Ernande Brandão ensinava Geografia do Brasil e História de Alagoas; Dr. Henaldo Bulhões Barros lecionava Organização Social e Política Brasileira. Dr. Isnaldo Bulhões Barros lecionava História do Brasil e História de Alagoas; Dr. Everaldo Bulhões era professor de História Geral; Marcia Telma ensinava Didática específica da Matemática; Valter Barbosa Guimarães lecionava Música; Dr. Aldo Casado docente de Biologia e Ciências Naturais; Padre Alberto (ex-padre casado com a Professora Salete Bulhões) lecionava Literatura; Renilde Salgueiro Silva (hoje Dr^a Renilde

⁴¹ Zaira Monteiro foi aluna do antigo curso normal no Colégio Estadual Professor Deraldo Campos (atualmente denominada Escola Estadual Mileno Ferreira da Silva) no período compreendido entre 1962 a 1964, exercendo, ainda hoje, a Coordenação Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Santana do Ipanema/AL.

Bulhões, prefeita de S. do Ipanema) lecionava Puericultura; Dona Zélia Araújo Silva e José Pinto Araújo (ambos foram diretores do Ginásio Santana entre as décadas de 70/80) ensinavam Artes e Artesanato; Onilda lecionava Produção Textual, Redação, Ortografia e Elaboração dos Trabalhos das Disciplinas.

Segundo a Professora Zaira “todos eram de famílias muito tradicionais e de forte influência política e social na nossa cidade”.

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série
Língua Portuguesa	X	X	X
Matemática	X	X	X
Psicologia	X	X	X
C. Físicas e Biológicas	X	X	X
Didática Geral	X		
Geo. do Brasil e de Alagoas	X		
Música e Canto	X	X	X
Hist. do Brasil e de Alagoas		X	
Ed. Artística (Desenho)	X	X	X
Filosofia e Sociologia da Educação		X	X
Didática da Linguagem		X	X
Didática da Matemática		X	X
Ed.M. e Cívica			X
Didática das Ciências			X
Didática de Est.Sociais			X

Quadro 03 – Estrutura curricular do curso de formação de professores (1968 a 1970)

Fonte: Arquivos do Colégio Estadual, a partir de ficha individual de uma Normalista que estudou no período de 1968 a 1970

Na década de 1970, um evento de grande pompa para Santana do Ipanema era a realização da formatura dos concluintes dos diversos cursos secundários então existentes. Tanto o Ginásio Santana, quanto o Colégio Deraldo Campos não economizavam esforços para as festividades. No primeiro a festividade era alusiva à conclusão do antigo ginásial, no segundo as comemorações eram representativas da conclusão de formação das normalistas como futuras professoras.



Ilustração 26 – normalistas em festa de formatura.

Acervo: Carlos Henrique de Melo Brandão

Fonte: <http://www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=213>



Ilustração 27 - Turma de alunos do, então, denominado Colégio Estadual Deraldo Campos, ano de 1966.

Acervo: Gilson Farias

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=6



Concluintes

eLza maria da Silva
 eUnice santana duarte
 faTima chagas duarte
 margArida helena brandão
 cíeeRa de souza aquino
 benEdita alcântara rodrigues
 lúcia Maria aquino
 rOsângela b. wanderley madeiro
 iSabel nery araujo

ilka c. Pontes
 eva nEry araujo
 maria Lêda de o. chagas
 franciscA ma. Azevedo menezes

maria Genilde freire dias
 Rose ma. bastos silva
 gilyAnete de oliveira
 Nilza abreu maciel
 hilDa alves ferreira
 sEbastiana firmino de lima
 maria Zélia ferreira
 margArida chagas da silva

vailDe barbosa abreu
 marinEte cabral da costa

ivâNia dos santos
 Olga gomes soares
 ma. do Socorro c. almeida
 ma. do Socorro araujo
 yAnuzia de melo chagas

zélia elPidia santos
 mariA do socorro correia alves
 ma. de fáTims martins
 maRia josé novaes
 ligla maria Barros
 mariA de Lourdes rocha

Ilustração 28 – Convite da solenidade de formatura da turma 1971.
 Fonte: Arquivo pessoal de Maria Aparecida de Oliveira.

SANTANA DO IPANEMA - AL.

CONVITE

A diretoria e as professorandas de 1975 do referido colégio têm a elevada honra de convidar V. Excia. e Exma. família, para assistirem as solenidades de sua formatura.

<u>Dia 21 de dezembro de 1975</u>	<u>Local</u>
8 h. - Culto de Ação de Graças	Igreja Batista - Rua Benedito Melo
10 h. - Aula da Saudade Prof. Maria Salete B. Bulhões Margarida Maria Lima	Colégio Estadual
A seguir, será servido um coquetel aos presentes.	
17 h. - Missa solene em Ação de Graças	Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana
20 h. - Colação de Grau	AABB

QUADRO DE HONRA

<u>HOMENAGENS ESPECIAIS</u>	<u>RESPEITO E CONSIDERAÇÃO</u>
<i>Dr. Divaldo Sautagy (Governador do Estado)</i> <i>Dr. Murilo da Rocha Mendes (Sec. da Educação)</i> <i>Sr. Adelmo Nepomuceno Marques (Prefeito de Cidade)</i>	<i>Deputado Geraldo Bulhões Bastos (Paronino)</i> <i>Deputado Nelson Costa (Patrão)</i>

PREITO DE GRATIDÃO

Aos nossos pais e esposos, mais que as palavras falem os nossos corações agradecidos.
 Aos professores, que nos deram alento para o estudo e esperança para o futuro, o nosso profundo respeito.
 A ti, inesquecível COLÉGIO, nossa gratidão e saudade.

JURAMENTO

Prometo cumprir a lei e os deveres de professor e devotar-me à educação e instrução dos que me forem confiados e inculir-lhes o amor a Deus e à Pátria Brasileira.

Turma Prof. Silvio Hermano de Bulhões

Ana Maria Soares Montetro	Maria Irena Azevedo Menezes
Ana Lindinalva de Miranda Rocha	Maria Ivete de França
Ana Maria Pereira Santos	Maria José Bezerra Melo
Ana Maria Queiróz Barbosa	Maria José Quintela
Ana Maria Teodoro	Maria da Luz Oliveira
Adilça Sobreira Freire	Maria de Lourdes Oliveira
Benedita Rodrigues Rocha	Maria Lúcia Carvalho
Benedita Soares de Melo	Maria Luciana dos Santos
Cláudia Soares Campos	Maria Salustiana dos Santos
Calaste Maria Melo Moreira	Maria do Socorro Brito
Dânia Maria Aquino	Maria do Socorro Queiróz Lima
Diva Menezes da Silva	Maria Solange Melo
Gedalva de Alencar Monteiro	Maria Soares da Silva
Jilza Soares de Melo	Mariza Soares de Lima

Ilustração 29 – Convite da solenidade de formatura da turma 1975.
 Fonte: Arquivo pessoal de Maria Aparecida de Oliveira.



Ilustração 30 - Normalistas do Colégio Estadual Prof. Deraldo Campos, turma de 1971 em pose oficial.
Fonte: Arquivo pessoal de Maria Aparecida de Oliveira, componente da turma.



Ilustração 31 - Formandas do Curso de Habilitação para o Magistério do Colégio Estadual Deraldo Campos, em 1975.

Acervo: José Peixoto Noya

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=763

Em depoimento, a normalista Maria Aparecida de Oliveira revela que no ano de 1971 fez parte da formatura da turma de Normalistas do Colégio Deraldo

Campos, composta por 34 moças oriundas dos municípios de Santana do Ipanema, Canapi, Olho d'Água das Flores, Dois Riachos. O curso definitivamente não atraía o interesse dos rapazes para a formação docente, o que não chega a ser uma novidade para a realidade nacional e estadual. Desse modo, na programação de formatura do Colégio Deraldo Campos, no ano de 1974, continua chamando à atenção a composição da turma apenas por moças, o que caracteriza a especificidade de uma profissão ocupada, àquela altura, na sua quase exclusividade, pelo sexo feminino.

De qualquer modo, para se ter noção do quanto a formatura das professoras, em Santana, era um evento concorrido, basta mencionar que os homenageados da festa na posição de padrinhos e paraninfos eram, frequentemente, o Governador do Estado e o Secretário de Educação do Estado, respectivamente.

Importa aqui assinalar que até a aprovação da LDB Nº. 5.692, de 1971, as instituições escolares existentes no campo do ensino básico – então chamados Primário e Secundário – eram mantidas pelos Estados. Desde a Lei Orgânica de 1934, a oferta destes níveis de ensino estava sob a responsabilidade dos Estados. No Art. 20, a Lei 5.692/71, será determinado que “[...] O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula [...]”.

Isto representa, de forma mais do que tardia, a eliminação do Exame de Admissão ao Curso Ginásial – um dos primeiros níveis do Secundário, sem que, contudo, se tenha provido os municípios para lidar com a oferta do ensino, então acrescida pela eliminação de uma barreira para muitos intransponível. Assim, sem possuir, em seus quadros, professores com a formação exigida pela referida lei, os municípios vão assumir, de forma amadora⁴², a oferta de escolarização no primeiro nível da estrutura organizacional da educação.

⁴² Refiro-me a precariedade como se deu a assunção pelos municípios da responsabilidade pela oferta do 1º grau – que englobaria os antigos Cursos Primário e Ginásial – num só ciclo de 8 anos de escolaridade. Mesmo que o Governo Militar tenha fornecido os recursos financeiros para a construção dos prédios escolares, a manutenção ficaria a cargo dos municípios. Em Alagoas, desprovidos das condições para a manutenção das instituições escolares recém-criadas, e com a insuficiência de professores com formação profissional, os municípios iriam atuar com “professoras” que se fazem no processo diário de sua atuação e recebem por seu trabalho apenas salários simbólicos. Isso inclusive iria provocar um fenômeno que representa hoje uma matrícula de cerca de 85% do Ensino Fundamental nas redes municipais.

De qualquer modo, a legislação em pauta, ao tratar da formação de professores, em seu Capítulo V, estabelecia, no Art. 30:

[...] Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:
a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau, obtida em curso de curta duração [...]

Aliado a essa condição some-se, a transformação do curso Normal na HEM - Habilitação Específica para o Magistério e o fim dos cursos de formação em nível ginásial. A HEM era um curso de formação de professores de 1ª a 4ª série do 1º grau, realizado em três anos. Na verdade, em dois anos, já que o 1º ano – chamado de Básico – fazia parte do núcleo comum das habilitações profissionais do 2º grau e destinado à formação geral. Não é demais observar que dessa forma, as Escolas Normais acabam perdendo a identidade de instituição voltada para a formação de professores e esta, não tendo mais seu lócus específico, se resume a mais uma habilitação dentre tantas outras do ensino de 2º grau com profissionalização obrigatória imposta pelo regime político autoritário vigente no Brasil no início dos anos de 1970.

Nesse sentido, Tanuri (2000, p. 82) afirma que

O agravamento nas condições de formação do professor em âmbito nacional, a queda nas matrículas da HEM e o descontentamento relativamente à desvalorização da profissão levariam a um movimento em âmbito federal e estadual, com discussão de projetos de estudo, pesquisas e propostas de ação freqüentemente denominados de “revitalização do ensino normal”, propiciando iniciativas por parte do Ministério de Educação e de Secretarias Estaduais no sentido de propor medidas para reverter o quadro instalado.

Em Alagoas, a exigência da legislação educacional frente à situação decadente dos municípios, força a tomada de medidas com foco na formação de professores em serviço através de projetos suplementares a exemplo do HAPRONT e do CHAMA.

2.4 Os projetos HAPRONT e CHAMA: formação de nível médio para professores em serviço

De acordo com dados do relatório do MEC (1979), o Projeto HAPRONT (Habilitação de Professores Não-Titulados), testado inicialmente no Estado do Paraná, foi expandido para Alagoas no ano de 1978 e abrangeu, inicialmente, 1.000 cursistas de 51 municípios, dentre os quais Santana do Ipanema.

O número de professores, em Alagoas, sem a habilitação necessária para o exercício da docência, sempre foi muito grande e serviu como justificativa para a penosa situação educacional vivenciada historicamente pela população alagoana. O HAPRONT foi implantado como iniciativa para a formação de professores em nível então denominado de 2º grau e atendia a duas importantes demandas do estado alagoano no quesito formação de professores, pois, além de habilitar um número significativo de professoras leigas, também possibilitava economia na operacionalização da formação, fazendo uso de novas metodologias e conteúdos condensados em módulos de baixo custo e que poderiam ser até reaproveitados. Alagoas importava, assim, um modelo de formação de professores à distância no formato de educação supletiva.

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, com o crescimento da oferta de ensino desde os anos de 1950, tornou-se comum, no Brasil, que os cargos de professor fossem ocupados por meio da indicação de algum chefe político, sem considerar a necessidade de formação para a docência do pretense professor, vindo a reforçar as características de apadrinhamento já peculiares ao Estado alagoano desde a colônia, quando se criaram as Aulas Régias.

Prova disso era, por exemplo, a doação de terrenos por algum fazendeiro para a construção de escolas públicas, vinculada aquela doação à garantia, pelo Estado, de vaga de professor para parentes ou aderentes dos doadores. Essa prática, aliada à carência de profissionais habilitados que se dispusessem a exercer a docência no distante interior de Alagoas, vai gerar um número significativo de professores semialfabetizados, frente ao que se justificariam essas tais formações em serviço.

2.5 A nova LDB e a formação de professores em nível médio

A Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que hoje rege a educação escolarizada em toda a nação, especialmente em seu Art. 62, iria determinar, finalmente, que

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

O artigo 87, inciso 4º da mesma LDB 9.394/96, por sua vez, assegura que somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. Estes dois artigos vão gerar uma grande corrida em busca da formação exigida, primeiro em nível médio, posteriormente no ensino superior.

Além disso, modifica a formação mínima admitida anteriormente de “habilitação específica de 2º grau” (Lei 5.692/71) para a “formação [...] oferecida em nível médio, na modalidade normal” (Lei 9.394/96). Não se trata apenas de uma mudança terminológica, mas de uma mudança estrutural, organizacional e conceitual.

Com a exigência estabelecida pela nova LDB, de que a formação mínima para o exercício da docência seria o curso normal de nível médio e Alagoas tendo em praticamente todos os seus municípios um quadro de professores em serviço que não atendiam à essa exigência, a Secretaria de Estado da Educação cuidará de prover o Curso de Habilitação para o Magistério – CHAMA. Afinal, como visto, a carência de habilitados com a formação mínima, exigida pela legislação vigente, para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental é uma realidade no estado alagoano. Prova disso é a existência ainda de oferta do Curso Normal Público pela rede estadual em nível médio em dez das quinze Coordenadorias de Ensino/CE, como se pode ver na Ilustração a seguir:

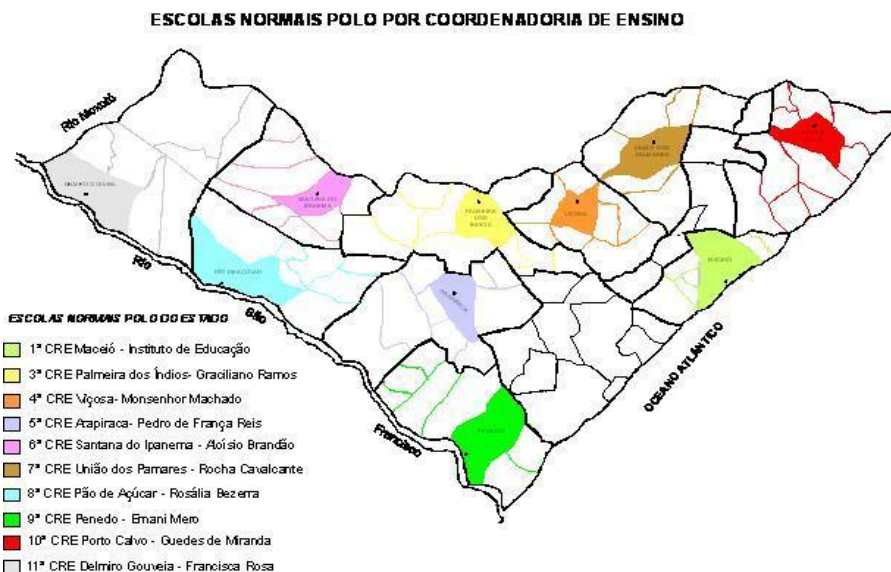


Ilustração 32 – Mapa de Alagoas com localização de Escolas Normais por Coordenadoria/2009.
Fonte: <http://www.educacao.al.gov.br/educacao-basica/ensino-medio/escola-normal/>

Segundo as informações disponíveis no *site*⁴³ oficial da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, “o Curso Normal em nível médio tem o objetivo de formar o Educador que pensa, age e transforma o cotidiano da Escola”. Aqui cabe uma reflexão: considerando que o ingressante deste curso é o concluinte do ensino fundamental, teria este aluno do curso normal a maturidade e a compreensão acerca do objetivo que é posto para a sua formação? Mas, diante da função de formar professores para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é proposta como missão da Escola Normal, “contribuir no exercício da atividade docente, para a produção de conhecimentos que favoreçam as leituras e as mudanças da realidade e, também, influenciar no processo de seleção do que representa a experiência coletiva e a cultura viva e uma comunidade”.

De qualquer modo, frente uma nova realidade prevista na legislação educacional vigente, a Escola Prof. Mileno Ferreira da Silva encerra sua atuação no Magistério com a formatura da turma de 1999. No ano de 2000, será a Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão⁴⁴ que assumiria a formação de professores na modalidade normal de nível médio em Santana do Ipanema, com o Curso Normal apresentando uma significativa evolução no número de matriculados.

⁴³ www.educacao.al.gov.br

⁴⁴ Fundada pelo decreto Lei nº. 35.344, de 09 de abril de 1992, a escola tem como patrono o santanense Aloísio Ernande Brandão, graduado em Economia pela Universidade Federal de Alagoas, retornou à cidade como docente das disciplinas de Geografia e Matemática no então Colégio Estadual Deraldo Campos, atualmente Escola Estadual Mileno Ferreira da Silva.

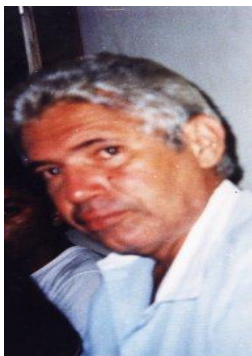


Ilustração 33 - Professor Aloísio Ernande Brandão

Acervo: Carlos Henrique de Melo Brandão

Fonte: www.maltanet.com.br/galeriadefotos/

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1º	185	345	167	144	300	211	319	170	191	265	213
2º		90	174	93	106	224	175	224	143	126	175
3º			67	130	80	99	173	155	193	132	92
4º				54	116	75	79	142	127	185	123

Quadro 04 - Demonstrativo de matrículas no Curso Normal de nível médio em Santana do Ipanema - 2000 a 2010.

Fonte: Secretaria da Escola Estadual Normal Prof. Aloísio Ernande Brandão

No período compreendido entre os anos de 2000 e 2010 a Escola Estadual Prof. Aloísio Ernande Brandão, como se pode ver dos dados apresentados, registrou 6.062 matrículas do 1º ano ao 4º. A cada ano, a procura pelo curso de formação de professores em nível médio vem aumentando. A Professora Cícera Gomes da Silva, Coordenadora Pedagógica e ex-diretora da referida escola, relata que “se fossem ofertadas dez turmas para o primeiro ano do curso, haveria demanda suficiente”. Torna-se importante destacar que, de acordo com o seu projeto pedagógico, os alunos das turmas do Curso Normal, em sua maioria, são trabalhadores do comércio local, alguns são funcionários públicos e outros desenvolvem alguma atividade informal, dentro ou fora de casa, para ajudar na renda de suas famílias⁴⁵. É possível que o maior atrativo do curso esteja no seu caráter profissionalizante e na “facilidade” em conseguir uma vaga de professor tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais do ensino fundamental.

⁴⁵ Os números do *Educacenso* de 2009 indicam em Alagoas o total de 289 professores do Ensino Normal em nível médio.

FUNÇÃO	Nº	FORMAÇÃO
Diretor	01	Graduação – Geografia
Diretor Adjunto	01	Graduação – Pedagogia
C. Pedagógico	04	Graduação – Pedagogia Especialização - Administração Escolar
Professor	11	Ensino Médio – Magistério
Professor	07	Graduação – Pedagogia
Professor	03	Graduação – Letras
Professor	02	Graduação – Zootecnia
Professor	02	Graduação – História
Professor	01	Graduação – Biologia
Professor	01	Graduação – Matemática
Professor	01	Graduação – Psicologia
Professor	01	Graduação-Biomedicina

Quadro 05 – Professores da Escola Prof. Ernande Brandão por função, quantidade e formação⁴⁶
 Fonte: Secretaria da Escola Estadual Prof. Aloísio Ernande Brandão

Como é possível observar, em se tratando da formação do corpo docente da instituição, está constituído por graduados em diversas áreas, inclusive sem licenciatura.

Em sua organização curricular – exceto pelos componentes curriculares específicos do nível médio – é possível afirmar que o Curso Normal em nível médio muito se aproxima do Curso de Pedagogia. Mesmo assim, há uma grande discussão em torno da formação de professores em nível médio. Constantemente ela vem sendo colocada em “cheque” por não dar conta das especificidades da formação docente, uma vez que trata de forma superficial as questões relacionadas

⁴⁶ A leitura das informações aqui apresentadas precisa levar em conta que a Escola Estadual Prof. Aloísio Ernande Brandão oferta, além do Curso Normal em nível médio, os anos iniciais do ensino fundamental, justificando o expressivo número de componentes do quadro de professores apenas com a formação mínima aceita pela legislação vigente. Vale destacar ainda, a existência de professores denominados, pela Rede Estadual de Ensino, de Monitores. Trata-se na verdade de professores – muitos sem licenciatura completa inclusive - contratados por meio de seleção, mas sem o vínculo efetivo com a rede e naturalmente sem os direitos trabalhistas previstos em lei. Arrisco-me em dizer que o número expressivo de monitores atuando no Curso Normal, acaba funcionando como um mecanismo eficiente de precarização da formação de professores ofertada.

à teorização da prática docente. Essa tem sido uma discussão travada, inclusive, no Curso de Pedagogia do Campus II/UNEAL – que fica em Santana do Ipanema -, já que o Curso Normal de nível médio é campo para a realização do Estágio de Magistério da Formação Pedagógica, enquanto componente curricular obrigatório do referido curso. O resultado desses estágios, enquanto espaço de investigação e intervenção dos alunos de Pedagogia, tem revelado importantes elementos de análise desse nível de ensino enquanto *lócus* para a formação mínima admitida pela legislação educacional vigente.

Não é demais dizer que a percepção destes pedagogos em formação é contraditória em relação à relevância do curso normal, no formato em que se apresenta. Quando estes alunos têm acesso ao espaço de formação de nível médio, encontram muitas fragilidades, tanto de ordem estrutural, quanto conceitual, o que poderá contribuir para um resultado de formação docente, traduzido em um trabalho extremamente fragmentado.

Na verdade, o próprio perfil desses alunos revela a condição social, política e econômica na qual estão inseridos, sendo que o que vai existir é um acúmulo de limitações, gerado desde o início do processo de escolarização dos cursistas do normal. Essas discussões têm suscitado inclusive a proposta de extinção desse curso.

Em contraposição, há um argumento muito forte que é o de que, mesmo com o curso em funcionamento, ainda existe uma demanda crescente de profissionais formados para a atuação na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. O fechamento do curso provocaria uma situação ainda mais complexa, traduzida no aumento da demanda de professores habilitados, mesmo em nível médio.

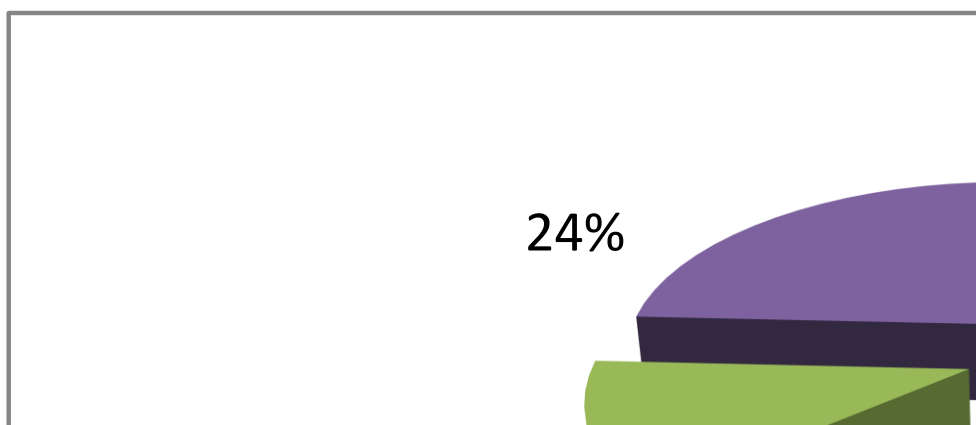


Gráfico 01 - Escolaridade dos Professores de Educação Infantil em Alagoas - 2009

Fonte: Educacenso/2009

De fato, se observemos o gráfico 01, construído com base nos dados do *Educacenso* 2009, referentes ao nível de escolaridade dos professores de Educação Infantil em Alagoas, teremos revelado o grande percentual de professores no Estado, atuando na educação infantil, com a escolaridade apenas de nível médio, atendendo ao mínimo exigido pela legislação em vigor.

A Educação Infantil registrou 4.578 professores, destes apenas 24% tinham o nível superior, o que representa uma grande demanda pela formação em nível superior. Os outros 76% estão distribuídos entre a escolaridade apenas de ensino fundamental com 2%, de nível médio 12% e o de Normal/Magistério representado um total de 62%. Por outro lado, é preciso que olhemos com cautela a existência (ainda) de professores com ensino fundamental e com o ensino médio, num total de 654 professores. É um número alto, se considerarmos o que determina a legislação vigente. Este dado traz uma nova reflexão: para o bem ou para o mal, parece que o ensino normal em nível médio ainda se faz necessário, já que não existe a universalização de professores, em atuação profissional na educação infantil, com a mínima formação exigida em lei.

Os alunos matriculados nesta etapa da educação básica, segundo dados do *Educacenso/2009*, em Santana do Ipanema, somam, entre Creche e Pré-Escola, o número de 1.384 alunos, o que também não representa a universalização de atendimento educacional às crianças na faixa etária que deveria ter acesso a esta etapa da educação básica. Mesmo havendo uma evolução no número de matriculados no período compreendido entre os anos de 1999 e 2009, passando de uma matrícula de 675 para 1.384, respectivamente - o que corresponde a uma evolução que ultrapassa os 105% - a oferta de educação infantil não atende à sua demanda, principalmente na creche, destinada às crianças de 0 a 4 anos de idade,⁴⁷

⁴⁷ Este dado remete a análise dos condicionantes envolvidos nesta situação. O primeiro indicador é o fato de a Educação Infantil ter sido incorporada à estrutura da educação básica, no Brasil, somente a partir da Lei Nº. 9.394/96. Talvez essa informação ajude a compreender os números reduzidos de matrícula, justificados pela pouca tradição dos sistemas de ensino em ofertar Educação Infantil antes da LDB. Um segundo elemento para análise está relacionado ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental/FUNDEF que não direcionava recursos para a citada etapa da Educação Básica. E um terceiro ponto tem relação com a condição estrutural de nossas escolas que não foram criadas para atender a esta faixa etária. Somado a estes fatores, junte-se a compreensão – criada – de que a possibilidade de ter um filho em creche ou pré-escola era algo desnecessário. Sendo supérfluo, o acesso ficava condicionado aos que dispusessem de recursos financeiros. O que nos leva a afirmar que para os poucos santanenses abastados a pré-escola não era novidade para sua formação.

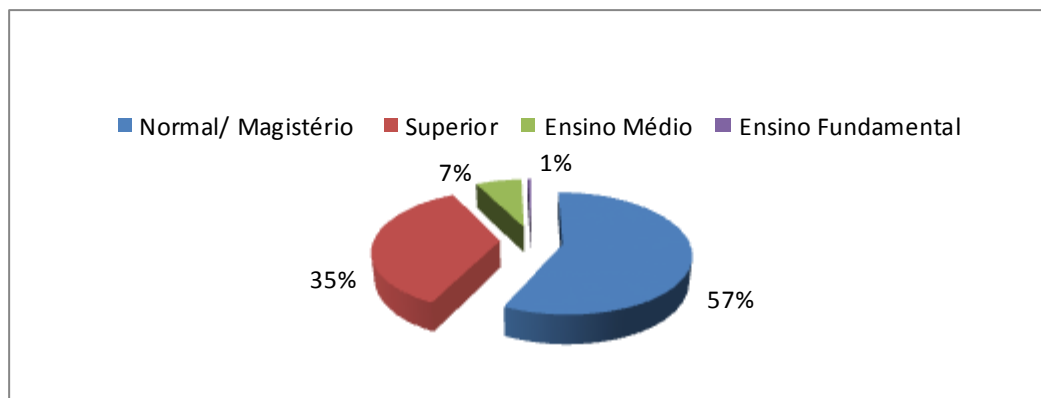


Gráfico 02 - Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, segundo nível de formação, em Alagoas – 2009

Fonte: Educacenso/2009

Em se tratando da porcentagem de professores dos anos iniciais do ensino fundamental, segundo nível de formação terá a seguinte situação: dos 12.036 professores que lecionam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o total que possui somente escolarização de nível médio soma 7.708 docentes - representando 64% do quadro de professores alagoanos. A demanda de professores para o acesso ao ensino superior chega a 65%, o que representa um dado complicador para a caótica situação educacional do Estado, se levarmos em consideração a oferta e acesso a esses cursos num Estado que, talvez por seus governantes não compreenderem como prioridade a qualidade da escolarização para os que fazem uso das instituições escolares públicas, também não elegem como prioridade a formação de seus mestres.

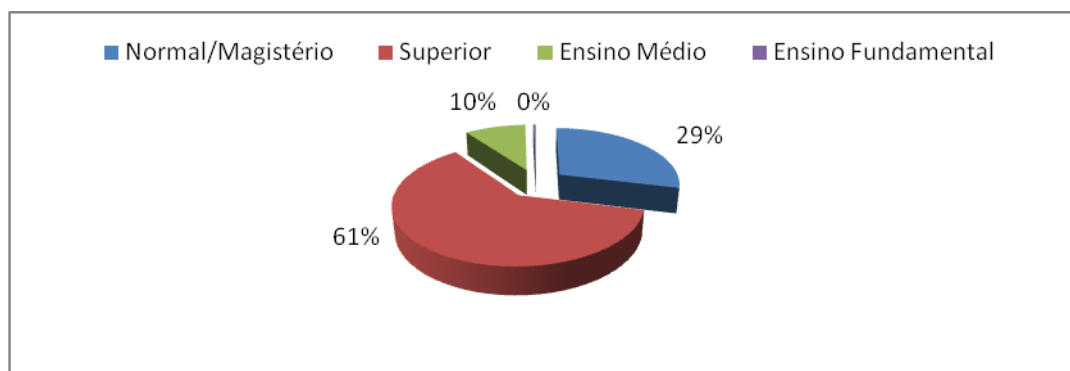


Gráfico 03 - Professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental, segundo nível de formação, em Alagoas - 2009

Fonte: Educacenso/2009

Completando o panorama de formação dos nossos quadros docentes, em relação à escolaridade dos docentes nos anos finais do ensino fundamental, os dados do *Educacenso* revelam mais um complicador: de um total de 12.256 professores, 39% não possuem o ensino superior e dentre os 61% que possuem o nível superior, nem todos tem formação em sua área de atuação.

Esses dados oficiais trazem à reflexão a gritante necessidade de acesso dos docentes à formação em nível superior e à formação continuada em serviço. Podemos dizer que, a formação de professores, em nível superior, em todas as áreas do conhecimento – e não apenas em Pedagogia – frente à grande demanda de professores habilitados em suas respectivas áreas de atuação, é um grande desafio para os poderes públicos de Alagoas.

Daí por que se torna importante compreender, como a UNEAL, tendo como carro-chefe de sua existência as licenciaturas, está atendendo ou poderá atender à demanda de professores habilitados no Estado de Alagoas. Além da oferta regular das licenciaturas em Letras, Matemática, História, Geografia, Ciências Biológicas, Química e Pedagogia, a UNEAL também vem contribuindo de forma efetiva com a formação de professores por meio do Programa Especial para Graduação de Professores/PGP que, embora não seja objeto deste estudo, merece ser mencionado⁴⁸, porque, juntamente com o curso de Pedagogia presencial, está presente também em Santana do Ipanema, como um de seus pólos.

Reconhecendo a UNEAL como IES pioneira na oferta de ensino superior no interior alagoano e considerando os inúmeros desafios impostos à sua existência, elegemos o próximo capítulo para entender os caminhos percorridos pela então FUNESA, para a implantação de uma unidade, denominada ESSER – hoje chamada de CAMPUS II, dentro da estrutura da agora UNEAL, na região sertaneja.

⁴⁸ Criado a partir da sempre urgente necessidade dos municípios de Alagoas, de qualificação de seus quadros docentes e para atender o que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394 de 1996, que no artigo 87, inciso 4º estabelece: “até o fim da década da educação só serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamentos em serviço”, o PGP tem seu início em 2002, com a então, FUNESA – instituição que antecedeu a UNEAL⁴⁸ - em parceria com as Secretarias Municipais de Educação. O PGP, por sua atuação, vai licenciar em Pedagogia 3.793 professores da rede pública de 49 municípios. Atualmente em sua segunda edição, o programa está instalado em oito pólos geo-educacionais, que são: Pólo I/Arapiraca, Pólo II/Santana do Ipanema, Pólo III/Palmeira dos Índios, Pólo IV/São Miguel dos Campos, Pólo V/União dos Palmares, Pólo VI/Viçosa, Pólo VII/Delmiro Gouveia e Pólo VIII/Matriz do Camaragibe. Por meio de convênio firmado em 2007 entre UNEAL, FADURPE e Municípios, o PGP atende a 54 municípios, totalizando 1775 alunos/professores, através dos cursos de Pedagogia, Letras, Matemática e Ciências Biológicas.

3 AS CIRCUNSTÂNCIAS DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA EM SANTANA DO IPANEMA – AL

Os anos 1990 chegam e a população santanense permanecia carecendo de *lôcus* para a formação profissional de professores, agora não mais em nível médio, mas em cursos de nível superior. O marco se dará com a implantação do ensino superior em Santana do Ipanema, através da então Fundação Universidade Estadual de Alagoas – FUNESA, com uma unidade de ensino denominada Escola Superior de Ciências Humanas, Físicas e Biológicas do Sertão – ESSER, ofertando inicialmente, a partir de 1996, os Cursos de Pedagogia e Zootecnia.

A influência política do Governador Geraldo Bulhões, que tem em Santana sua base política, será a alavanca para se instituir ali o ensino superior, inclusive em um prédio próprio, o único dentre as unidades integrantes da FUNESA por quase três décadas. Essa condição, que a princípio parece mínima quando se trata do ensino superior, em Alagoas aparece como privilégio, se considerarmos a crise fiscal⁴⁹ vivenciada pelo Estado alagoano na época em que surgiu a ESSER.

3.1 O significado do ensino superior para a região

Concentrando o ensino médio já bastante consolidado nas escolas públicas estaduais Prof. Mileno Ferreira da Silva, Prof. Aloísio Ernande Brandão e Prof^a. Laura Chagas e nas escolas de natureza privada denominadas Colégio Cenecista Santana⁵⁰ e Divino Mestre, Santana do Ipanema carecia da oferta do

⁴⁹ Por conta do que ficou conhecido como a crise fiscal do Estado de Alagoas, engendrada desde o acordo com os usineiros, celebrado pelo governo Fernando Collor de Melo (1987-1990) e agravada nos governos Geraldo Bulhões (1991-1994) e Divaldo Suruagy (1995-1997), que levaria o Tesouro estadual à bancarrota, a Funesa não apenas não desfrutaria do financiamento público de que necessitava para o seu desenvolvimento como universidade, como seria uma das instituições estaduais que mais sofreu com o Programa de Demissão Voluntária (PDV), criado pelo governo estadual, como estratégia desesperada para contornar a crise de indigência do erário público. Sendo, pela sua própria natureza, uma instituição cujas atividades demandavam intenso aporte de mão-de-obra, não havendo qualquer restrição para se aderir ao PDV e encontrando-se os servidores sem os seus salários por, praticamente, um ano inteiro, esse programa levado a efeito nos anos de 1996 e 1997, atingiu a IES com um impacto de efeito tão destrutivo que quase a fechou de vez (VERÇOSA, 2008).

⁵⁰ Segundo o resultado do ENEM/2009, o Colégio Cenecista Santana esteve entre as 10 (dez) melhores escolas do Estado de Alagoas.

ensino superior tanto para seus munícipes, quanto para os moradores de municípios adjacentes.

A formação de professores estabelecida inicialmente nas dependências do Ginásio Santana - no Curso Normal Rural Padre José Bulhões, seguido do Colégio Normal de Santana – que posteriormente foi denominado Colégio Estadual Professor Deraldo Campos, mudando sua nomenclatura para Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva - e depois da Escola Estadual Ernande Brandão, que concentra atualmente o curso Normal de Nível Médio -, não era suficiente para atender as expectativas do que podemos chamar de pólo geo-educacional, considerando a posição de liderança exercida por Santana do Ipanema em relação aos municípios circunvizinhos.

Além do mais, havia um grande complicador para a época, que era a interiorização do ensino superior. Para a maioria da população sertaneja, o fato de não ter nascido em berço esplendido e residir no interior alagoano, tornava remota a possibilidade de acesso a níveis de escolaridade que ultrapassasse o antigo segundo grau.

O ensino superior vai chegar ao interior de Alagoas na década de 1970, por meio de duas IES privadas voltadas para a formação de professores – em Arapiraca e Penedo. Em Santana, porém, chegaria somente na década de 1990, como desmembramento do que resultou da IES antes criada em Arapiraca, com o Curso de Pedagogia, juntamente com Zootecnia, e com oferta pública e gratuita, representando um divisor de águas não só na história da escolarização em Santana do Ipanema, mas principalmente na formação docente local.

Nesse sentido, a Professora Maria do Socorro Barbosa⁵¹, em entrevista para este trabalho, relata que

Na tentativa de trilhar esse percurso de implantação de um Curso Superior no Sertão de Alagoas, vivenciamos muitas dificuldades, ao mesmo tempo em que identificamos variadas e positivas impressões acerca da vontade de estar passando por uma formação superior. Inicialmente a Instituição FUNEC, passou por um processo de expansão em ritmo acelerado e

⁵¹ Maria do Socorro Barbosa Macedo é alagoana, graduada em Pedagogia e em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas/UFAL, respectivamente nos anos de 1988 e 1993. Implantou e coordenou o Curso de Pedagogia da ESSER no período de 1996 a 2006. Docente da Universidade Estadual de Alagoas e do Programa especial para Graduação de Professores/PGP/UNEAL. Integra a turma de Mestrado em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do CEDU/UFAL, na linha de Currículo e Práticas Pedagógicas (Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4261263A5>)

Santana foi à precursora dessa empreitada, posteriormente vieram outras Escolas; pois no momento era essa perspectiva de instituições isoladas. [...] Chegamos em Santana no final de 1995 para coordenar toda a logística do primeiro vestibular, tivemos oportunidade de perceber todo o respeito da população em relação a Instituição, já que uma quantidade significativa de pessoas com nível superior era formada na FFPA, vindo todas as noites para cursar em Arapiraca essa formação. Então já apresentavam um conhecimento do funcionamento institucional.

A possibilidade de acesso ao diploma de ensino superior vai gerar grande expectativa para a crescente demanda de docentes qualificados para o exercício profissional, mas sem graduação. Assim como para aqueles que, no desejo de um grau superior de escolaridade, não se vendo num curso com as especificidades do curso de Zootecnia, vislumbravam a docência como meio de galgar um lugar socialmente mais elevado.

Definida a implantação de uma IES em Santana, o prédio que lhe serviria de sede tinha sido inicialmente construído com a intenção primeira de servir como sede para uma escola de educação básica que atendesse alunos de Santana e região. Mas, como se necessitava de um prédio para sediar a Escola Superior do Sertão, foi por meio da influência política, tanto do Secretário de Estado da Educação, quanto do Governador do Estado – ambos santanenses - que o prédio em construção, localizado às margens da BR 316, no bairro de Bebedouro, teve como destino abrigar o ensino superior da região.

A escolha do local se deu em razão da visibilidade proporcionada pelo terreno doado, em meio a serras e mandacarus. Chama a atenção a arquitetura maçônica, influência advinda da Loja Maçônica Benfeitora da Ordem Amor a Verdade, existente no município.

O *hall* de entrada da IES, no canto esquerdo, abriga, em um console, a imagem de São Francisco de Assis e a Bíblia Sagrada, com paredes adornadas por salmos, demonstrando a fé católica de seus fundadores e a contradição de uma instituição que, sendo de ensino superior público, deveria ser laica. Para o bem ou para o mal, essa tradição pode se justificar quando Burke (2005, p. 39) afirma

Em primeiro lugar, uma aparente inovação pode mascarar a persistência da tradição. A persistência de atitudes religiosas sob forma secularizada já foi observada em muitas culturas, sejam elas católicas, protestantes, judaicas, hindus e maometanas.

Grande mobilização foi necessária para, num terreno acidentado, erguer as colunas do ensino superior no sertão. Nos depoimentos de *Bugica*⁵² e de *Vanda*⁵³ é possível perceber quão importante era a construção daquele prédio, pois já no aplainar do terreno havia trabalho para jovens e adultos, todos parentes entre si. Em 1995 deu-se a inauguração da Escola Superior de Ciências Humanas Físicas e Biológicas do Sertão, ou simplesmente ESSER, o berço de implantação dos cursos de Pedagogia e de Zootecnia em Santana do Ipanema.

O Professor Manoel Augusto de Azevedo Santos⁵⁴, por ocasião das festividades alusivas aos dez anos da ESSER, relata que

[...] A idéia da ESSER convergiu a partir das aspirações da própria comunidade santanense, principalmente a comunidade jovem estudantil, na década de 80. Ela repercutiu bastante aqui na cidade esse anseio. E nós levamos ao Conselho Estadual de Educação uma solicitação para implantação de uma unidade de ensino superior em Santana do Ipanema. Tivemos o apoio de outros santanenses também que se juntaram a idéia, como o Dr. Eraldo Bulhões, que era Procurador Geral do Estado na época, Nenoí Pinto, que era Prefeito de Santana do Ipanema, José Carlos Azevedo e outros santanenses. [...] Optamos então por vinculá-la à FUNESA, porque já naquela época o Governador Geraldo Bulhões sonhava com a transformação em uma universidade estadual de Alagoas, o que vem acontecendo gradativamente nesse tempo e hoje já podemos considerar como uma idéia praticamente consolidada.

Tendo como primeiro Diretor o Professor Manoel Augusto de Azevedo Santos, a ESSER inicia suas atividades acadêmicas com os cursos de

⁵² José Antônio da Conceição Santos (*Bugica*), muito conhecido por todos que passaram pela ESSER e também pelos que freqüentam o atual Campus II/UNEAL, representa na verdade, a mão-de-obra do início da construção do prédio institucional e que consegue emprego no serviço de apoio quando a IES inicia suas atividades acadêmicas. É ilustração prestativa e competente no que faz, porém em todo o período dedicado ao trabalho no ensino superior não consegue alcançar o nível de escolarização fundamental (1º ao 9º ano), fator que o excluiu do concurso público realizado pela UNEAL recentemente e o levou, em fevereiro de 2010, a ser dispensado de suas atividades profissionais, juntamente com os 169 funcionários técnico-administrativos da UNEAL que não passaram por concurso público para ocupar os cargos até então assumidos.

⁵³ Gedalva Maria da Conceição (*Vanda*), mulher sertaneja e, como tantas outras, também analfabeta. Esteve a serviço do Campus II da UNEAL desde o começo de suas atividades acadêmicas, no ano de 1996. Em 14 anos de serviços prestados a IES faltou oportunidade para sua alfabetização. Assim como *Bugica*, também foi dispensada em fevereiro de 2010.

⁵⁴ Manoel Augusto de Azevedo Santos, natural de Santana do Ipanema/AL, graduado em Economia e em Administração Pública, especialista em Engenharia de Sistemas aplicada ao Planejamento e em Didática. Mestrado em Gestão Empresarial – Marketing, pela Universidade de Évora-Portugal/Unifal (Tese em elaboração). Dentre as funções públicas exercidas, foi Assessor de Planejamento da DETF-MEC e Chefe da Assessoria de Planejamento e Supervisor do GT de reforma administrativa do DEC-MEC (1970/71); Delegado Federal do MEC em Alagoas (81/85); Conselheiro Estadual de Educação; Secretário de Estado da Educação e Desporto, membro do Consed; Co-fundador e 1º Diretor da ESSER/UNEAL. No Magistério Superior, lecionou Introdução a Economia na UNICAP, Teoria Geral de Sistemas na UDF e na Católica, EPB na UFAL e Ecologia na ESSER/UNEAL

(Fonte: <http://www.maltanet.com.br/colunas/conheca/manoelaugusto>)

Pedagogia/Licenciatura e Zootecnia/Bacharelado⁵⁵. O curso de Pedagogia ficou sob a Coordenação da Professora Maria do Socorro Barbosa Macedo, pedagoga de formação, levada ao cargo por seu tio e também Diretor da FUNESA, o Professor Flaudízio Barbosa Santos.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI da ESSER (2006-2010), esta

foi criada pela Lei Nº. 5.600/94, de 10 de janeiro de 1994 [,,] com os Cursos de Pedagogia e Zootecnia. Autorizados a funcionar através de Decreto Federal de 26 de abril de 1995, respaldado pelo Parecer Nº. 109/94, do Conselho Estadual de Educação de Alagoas, de 08 de novembro de 1994, o curso de Pedagogia foi estendido à Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca - FFPA, com 50 vagas.

Voltando aos primórdios da ESSER, vale dizer que o final das obras da construção do prédio não iria representar o fim do emprego daqueles que, com suas mãos, levantaram as paredes da sede da IES. Os cargos para os serviços de auxiliar administrativo, vigilância, do campo e limpeza serão ocupados pelos atores dessa construção e/ou por seus familiares. Na sua totalidade analfabeta, esses funcionários, agora da rede estadual, mesmo que com contratos que não são formalizados, vão continuar prestando seus serviços à Instituição por quase 15 anos. Em 2009, acontece o primeiro concurso público de nível técnico administrativo da UNEAL em que, nenhum destes funcionários obtém o êxito de aprovação.

O “descarte” destes trabalhadores da Universidade, em sua maioria semianalfabetos, vai se dá dentro de uma instituição de ensino superior, com um curso de Pedagogia que foi considerado o 6º melhor do país pelo Provão⁵⁶, mas que não instituiu uma política de formação em serviço para aqueles que diuturnamente colaboram com a implantação e a consolidação do ensino superior no sertão alagoano. Ao certo, não se sabe o que levou a essa omissão. Pode ter

⁵⁵ Este curso, que vinha para atender a vocação agropecuária da região, foi coordenado pelo Professor Eraldo Saturnino de Almeida, alagoano, graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1977). Professor auxiliar da Universidade Estadual de Alagoas, tendo sido Coordenador do Curso de Zootecnia/ESSER, de março de 1996 a dezembro 2003, passando, em seguida, a ser Diretor da Escola Superior do Sertão – ESSER, até 2006, quando se tornou chefe de Gabinete da Reitoria/UNEAL e Coordenador Executivo do Programa especial para Graduação de Professores/ PGP. (Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4716414A7>)

⁵⁶ Instituído em 1996, o Exame Nacional de Cursos, através do Provão, tinha a finalidade de avaliar os conhecimentos construídos e as habilidades desenvolvidas pelos alunos nos cursos de graduação e era o critério de avaliação, considerado pelo MEC, como indicador de qualidade das IES brasileiras.

sido um reflexo do fosso existente entre a teoria e a prática ou, partindo para outro campo, a sombra de práticas políticas e administrativas da região sertaneja de Alagoas. A ausência de pesquisas, bem como, de ações extensionistas realizadas pela Universidade, tolheram de forma drástica a possibilidade de manutenção, do que o senso comum vai chamar de “ganha pão” destes homens e mulheres santanenses.

3.2 O percurso do curso de Pedagogia rumo à consolidação: resultado obtido nas avaliações do MEC/INEP e o concurso público para professores efetivos

No ano de 1996, foi realizado o primeiro vestibular para o Curso de Pedagogia e ingressaram 40 (quarenta) discentes, eufóricos por representar o desbravamento do ensino superior em terras santanenses. Nas palavras da Professora Socorro⁵⁷

No primeiro ano a precariedade de condições de trabalho era sanada totalmente (dentro das possibilidades) pela participação da Prefeitura Municipal. Inclusive nos salários. Pois a instituição deixava claro nos convênios que se firmavam que trabalharia toda parte pedagógica e o administrativo-financeiro seria das prefeituras. Tivemos um ano de grandes possibilidades, com uma inegável participação dos discentes e um grande empenho dos docentes, que se sentiam muito bem acolhidos por todos os sertanejos que lá estavam. No ano seguinte aconteceram mudanças na administração municipal e estas foram sentidas na ESSER. Saíram funcionários, os salários atrasavam e o repasse passou a não vir mais. Tínhamos reuniões regulares com a administração e esta se mostrava pouco interessada em financiar o ensino superior. Foi um ano praticamente sem salários e recursos para desenvolver os trabalhos acadêmicos.

Mas, em meio a essas dificuldades, o Curso de Pedagogia da ESSER não iria representar apenas a implantação do ensino superior no sertão de Alagoas: traria a obtenção de um resultado inédito para a FUNESA e para o Estado.

Nesse sentido, a Prof^a. Galba nos relata:

O curso era de boa qualidade, tanto que o resultado da prova de avaliação do MEC foi altamente positivo e os alunos egressos do Curso de Pedagogia eram absorvidos no mercado de trabalho como bons professores, ‘bem preparados’ como era comum escutar dos Diretores e coordenadores de escolas locais. Porém, cabe aqui salientar a ausência de

⁵⁷ A presença marcante da Professora Maria do Socorro Barbosa Macedo nesse texto, se justifica pelo período em que passou a frente da Coordenação do Curso de Pedagogia da ESSER (1996 a 2006), correspondente ao caminho percorrido da implantação até a consolidação do curso. Dessa forma, se conllustração em uma fonte primária de pesquisa, na medida em que testemunhou e participou deste processo.

incentivo à pesquisa, com um atenuante, pois os professores, todos contratados, ocupavam suas horas de trabalho em sala de aula. Hoje, embora de forma embrionária, a Universidade, após o concurso para professores, absorvendo Mestres e Doutores em Educação, há uma iniciação à pesquisa, em consonância com os pilares da Universidade, que é a trilogia: ensino-pesquisa-extensão.

Em meio à seca que castiga o sertão alagoano, o ensino superior público representado pela ESSER, teria seu nome divulgado nacionalmente como uma grande surpresa. Após realização do Provão no ano de 2002, o curso de Pedagogia seria classificado como o 6º melhor do país, alcançando o conceito A, considerada a nota máxima dentro dos critérios avaliativos adotados pelo INEP. Para a IES e para a região, o resultado foi inédito. Porém, não representou a FUNESA em sua totalidade, já que em suas demais unidades e cursos o resultado ficou muito abaixo do conceito auferido pela ESSER.

Classificação	Média	Nome da instituição	Administração	Localização
1º	66,5	Universidade São Francisco	Privada	Itatiba /SP
2º	58,8	Universidade de Caxias do Sul	Privada	Guaporé/RS
3º	58,1	Faculdade de Educação de Taquara	Privada	Taquara/RS
4º	58	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Federal	Porto Alegre/RS
5º	55,7	Universidade Federal Fluminense	Federal	Angra dos Reis/RJ
6º	54,8	Escola Superior de Ciências Humanas Físicas e Biológicas do Sertão	Estadual	Santana do Ipanema/AL
7º	54,4	Universidade Federal da Bahia	Federal	Salvador/BA
8º	53,7	Universidade Federal de Rondônia	Federal	Ji-Paraná/RO
9º	53,2	Fundação Universidade Federal do Maranhão	Federal	São Luís/MA
10º	52,8	Universidade Federal de Uberlândia	Federal	Uberlândia/MG

Quadro 06 - Os dez melhores Cursos de Pedagogia – Provão 2003

O quadro acima⁵⁸ apresenta os dez melhores Cursos de Pedagogia do país, elencados a partir do resultado no Provão, divulgado em 2003.

Como é possível visualizar, o Curso de Pedagogia da ESSER seria o único estadual dentre os dez primeiros colocados, ficando atrás apenas das instituições particulares e federais do sul e sudeste do país, reconhecidamente as que possuem as melhores estruturas, o quadro de docentes mais bem qualificados e, por conseguinte, os melhores resultados.

Em tese, os melhores resultados advêm dos melhores cursos, com professores altamente titulados que, desenvolvendo o tripé de sustentação da universidade, a saber, ensino, pesquisa e extensão, qualificam de forma efetiva os resultados alcançados nas avaliações às quais os cursos de graduação periodicamente são submetidos⁵⁹. O curso de Pedagogia de Santana do Ipanema, de qualquer modo, vai ser uma exceção. Considerando o corpo de docentes da IES formado por profissionais que possuíam, como nível de formação, apenas pós-graduação *lato sensu* e sujeitos a um regime de trabalho precário, pois a maioria não tinha vínculo empregatício efetivo, sendo sua condição de trabalho realizada a partir de contratos não formalizados, como horistas, recebendo por seus *pro labore* um valor muito aquém do que faz jus o professor do ensino superior.

Em entrevista, a Professora Socorro Barbosa nos relata que

Com a realização do vestibular em início de 1996, começamos os trabalhos [...]. Os professores eram todos de Arapiraca, fazendo diariamente o traslado. Em sua maioria tinha especialização, nenhum com mestrado ou doutorado. Duas professoras eram efetivas já da instituição, que eram as professoras Angela Marques e Juracilene Ramos, os demais, inclusive a coordenação eram professores contratados. Havia um processo simplificado de seleção de professores, de rápida divulgação no limites da própria instituição, em virtude da leitura de que era ilícito tal procedimento, segundo o Governo do Estado. Então eram poucos candidatos e sempre trabalhávamos com uma análise mais rigorosa do currículo de cada profissional, nosso maior interesse era a experiência de prática docente. Mesmo que esta fosse na educação básica. O quadro era muito pequeno, às vezes os docentes trabalhavam com duas disciplinas e o salário era muito baixo. Muitos estavam pela experiência com o Ensino Superior.

⁵⁸ Construído a partir da publicação da revista VEJA que, com o resultado do Exame Nacional de Cursos, divulga o ranking dos melhores do Brasil.

⁵⁹ Com isso não estou deixando de considerar que o boicote ao Provão por estudantes de um significativo número de IES, muitas vezes expresso pela entrega da prova em branco, à qual o INEP atribuía nota zero, pode ter feito com que diversos cursos de Pedagogia, que poderiam ter uma colocação mais alta, possam ter tido conceitos abaixo de C – considerado a posição média que vai de E a A.

Essa situação profissional, ao tempo em que limitaria a realização de pesquisas e de atividades extensionistas, vai incentivar o ensino, ao ponto de mediar a construção de um aporte teórico e conceitual refletido na posição alcançada.

De acordo com a Professora Divanir Maria de Lima⁶⁰,

Quando de minha entrada na ESSER (atualmente denominada Campus II), no mês de setembro do ano de 2000, o quadro docente era composto por professores contratados selecionados por uma banca definida pela coordenação do curso a época e também analisando o currículo dos professores. Apesar de docentes de diferentes cidades e áreas do conhecimento, o que havia entre eles era a crença de que o curso de Pedagogia localizado naquela região seria um diferencial na área de educação. Assim, todos os docentes trabalhavam na crença de que teriam que fazer seu melhor em busca do melhor para o curso, visando a melhor formação para os discentes.

Ao que parece, segundo o depoimento da Prof^a. Divanir, a partir da seleção desses professores e da composição do quadro de professores do curso, havia uma mobilização de esforços dos profissionais no intuito de fazer com a formação ofertada lograsse êxito diante das condições impostas. Nesse mesmo sentido e ainda tratando sobre a composição, perfil e origem do quadro docente, a Prof^a. Galba Tereza nos relata que

O quadro de professores era formado por profissionais de várias áreas de conhecimento, com pós-graduação, no mínimo a especialização. Havia em comum entre os docentes a vontade de aprender para dar uma boa aula e que os alunos aprendessem para serem bons professores. A formação dos docentes que ministravam aulas, quando a instituição era fundação, são as seguintes: Psicólogos, Pedagogos, Assistente Social, área de Direito e Letras. Havia um grande compromisso e envolvimento dos professores com o curso e este comprometimento evidenciava-se pela presença constante dos docentes em suas salas de aula e os resultados apresentados no curso. Salientando também para a atuação da coordenação, que priorizava a qualidade do curso e, concomitantemente, o impacto trazido para a educação local mediante o egresso dos profissionais formados na instituição no campo de trabalho.

Não será essa situação de instabilidade profissional que vai interferir no desempenho destes docentes na mediação da construção do conhecimento desse corpo discente, com uma posição que deixa para traz a única universidade pública/federal - a Universidade Federal de Alagoas/UFAL - que, submetida àquela

⁶⁰ Graduada em Pedagogia pela então FFPA, na extensão do Curso de Pedagogia da ESSER, ingressou na IES por meio de seleção simplificada e vivenciou a condição de professora contratada até a realização do concurso público. Atualmente é Professora do quadro efetivo da UNEAL, atuando no mesmo curso de sua formação, no Campus II/Santana do Ipanema.

avaliação obteve o conceito C, claro que sem esquecer das limitações a que o próprio instrumento de avaliação encontrava-se condicionado.

Nesse sentido a Professora Divanir relata que

Nos anos 2000, lembro-me de como tínhamos alunos comprometidos com seu processo de formação. Eram alunos de classes sociais e culturas bem diferentes. No entanto, comungam do mesmo ideal: a formação para a docência. Primávamos pelos melhores índices de qualidade possível, não no sentido de nos preocuparmos apenas com isto, mas no sentido de despertar o hábito de ler na academia, de promover eventos onde os alunos pudessem socializar suas experiências; no entanto, dada a não formação em nível *stricto sensu* da quase totalidade do quadro docente, as atividades de pesquisa e extensão inexistiam até mesmo pela própria conjuntura de fundação da UNEAL a época.

De qualquer modo, não há como negar que, sendo a maioria destes discentes da Pedagogia da ESSER, também professores formados em nível médio e profissionais no exercício da docência, este pode ter sido um elemento importante para a reflexão acerca da forma como essa condição influenciou o processo de formação no curso de Pedagogia e a obtenção de um indicador de qualidade reconhecido nacionalmente. Esse grupo de alunos vai ter como grande incentivadora a Professora Maria do Socorro Barbosa Macedo, Coordenadora do curso e do processo de avaliação desde o cadastro destes no sistema até a divulgação de seus resultados. O destaque obtido na avaliação do MEC é demonstrado através do empenho destes concluintes em conhecer como se daria a aplicação da avaliação, mobilizando os conhecimentos construídos, bem como as habilidades desenvolvidas no decorrer do curso e a participação em massa no Provão, tendo a maturidade, inclusive para, diferentemente dos discentes de muitas IES, entender que não responder a prova não representaria qualquer coisa de positiva para si e para a IES.

O fato é que a posição no *ranking* nacional, levantado através dos instrumentos avaliativos do Ministério da Educação, não tiveram qualquer valor para os administradores do Estado que, fazem vista grossa, sequer tiveram a preocupação em dar a visibilidade merecida ao feito. Isto, talvez, se justifique pelo fato de que o resultado alcançado pelo curso de Pedagogia da ESSER não representasse a realidade de todos os cursos e de todas as unidades de ensino da FUNESA, a exemplo da maioria dos estudantes de ensino superior da Região Nordeste que, obtendo os conceitos D e/ou E, eram considerados de qualidade inferior.

Diante de uma condição muito frágil em relação ao número de professores do quadro efetivo existentes na IES, já que parcela significativa dos docentes aderiu ao Programa de Demissão Voluntária – PDV, o Governador Ronaldo Lessa, que assumiu em 1999, viu-se pressionado pela comunidade acadêmica a realizar concurso público de provas e títulos para o provimento das vagas ociosas. Verçosa (2008), se referindo às duas IES públicas estaduais, dentre as quais a FUNESA, no intuito de justificar o lugar de indutor dessa política de constituição de um quadro regular e efetivo para a IES, afirma que,

Como expressão de seu apoio, o Conselho Estadual de Educação de Alagoas passou a tratar os cursos e as próprias IES de um ponto de vista emancipatório, desenvolvendo uma avaliação para fins de regulação que buscava induzir qualidade e, dessa perspectiva, priorizava, pela ordem, a necessidade de realização imediata de concurso para a regularização dos quadros docentes e o aparelhamento das IES para maior ampliação, diversificação e um melhor desempenho do ensino, com a institucionalização da pesquisa e da extensão.

Assim, contando com o apoio do Conselho Estadual de Educação que estabeleceu, como condição para o reconhecimento ou a renovação do reconhecimento dos cursos da FUNESA, a realização de concurso para efetivação do corpo docente, majoritariamente contratado de forma precária, no ano de 2003, o concurso foi realizado, representando uma melhoria significativa tanto no número de docentes, quanto na titulação dos professores. A então FUNESA iria, a partir do concurso realizado, ter em seu quadro professores com titulação de mestre e de doutor, sem que para isso tenha, ela mesma, investido na qualificação dos docentes. Na verdade, foi um grupo de profissionais, oriundo de outros Estados do Nordeste, a exemplo de Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia e também de Estados do Sudeste como São Paulo e Rio de Janeiro que já chegam à IES com a titulação de que ela carecia.

Em 2005, discentes ingressantes e concluintes do curso de Pedagogia da ESSER, submetidos ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/ENADE⁶¹,

⁶¹ O ENADE, como parte do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, às suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e às suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados às realidades brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (Relatório do Curso de Pedagogia/INEP, 2006).

apresentam, segundo o Relatório publicado pelo INEP em 2006, conceito 4, numa escala de 1 a 5, tendo sido o melhor resultado obtido no Estado de Alagoas. Essa posição, infelizmente, não se mantém, no ano de 2008, quando o Curso de Pedagogia, agora do Campus II/UNEAL, é novamente submetido ao ENADE e, segundo relatório do ENADE/2008 apresenta conceito 2:

Mesmo relativizando o teor dos resultados decrescentes obtidos pelo referido curso, nos anos de 2003, 2005 e 2008, fica claro que, a depender da organização⁶² - maior ou menor - dos estudantes na participação das avaliações instituídas pelo MEC, pode haver resultados positivos ou negativos.

Ainda em 2006, como parte das comemorações da ESSER por “uma década de construção”, a Professora Maria do Socorro Barbosa que, desde a implantação do Curso de Pedagogia, em 1996, vinha assumindo a sua coordenação, diria:

Hoje, está presente uma sensação muito boa, muito interessante, muito prazerosa, que é a sensação de estar falando de uma escola que nós ajudamos a construir. Óbvio que esse projeto não é inacabado, mas esse projeto já atingiu índices de maturidade de tal maneira que é preciso que cada um que esteja á frente desse projeto possa perceber-se como sujeito histórico dele. Essa instituição tem importância *sine qua non* para a região do sertão de Alagoas e principalmente para a formação de sujeitos capazes de ocasionar mudanças significativas. Todas as lutas que nós travamos no cotidiano da instituição nos dão muita satisfação. Porque nós temos aliados que até então eram nossos alunos e que hoje estão aqui conosco, participando dessa alegria, e nos ajudando a fazer dessa instituição, uma instituição séria e respeitada por todos. Eu espero que todos os profissionais que aqui estejam possam acreditar e ter esperança, porque todas as dificuldades de hoje não se assemelham a tudo que nós passamos para começar essa instituição.

O depoimento da Professora Socorro, ao tempo em que reflete o sentimento de satisfação em ter participado ativamente da história da ESSER e, evidentemente, do curso que coordenou por dez anos, demonstra também uma preocupação com o rumo institucional. Sua fala era, na verdade, um chamado ao compromisso e à responsabilidade de cada um que agora constituía o quadro permanente de profissionais da IES.

Como vivenciei pessoalmente este momento, não nego que para nós que tínhamos chegado via concurso a uma instituição que, mesmo instalada numa

⁶² Como testemunhei a realização do ENADE, tanto em 2005 quanto em 2008, posso afirmar que não houve, nos momentos distintos, a mesma mobilização e empenho, numa participação mais efetiva do alunado. Ouviam-se alunos mencionarem que iriam boicotar a prova e, como assinalado anteriormente, o boicote deve ter acontecido, o que resultou num conceito considerado insatisfatório.

região castigada pela seca e por processos excludentes de acesso aos bens sociais, tinha em sua história dois importantes feitos, tornando-se um enorme desafio a implementação de um trabalho construído em meio às dificuldades enfrentadas na implantação do ensino superior, assim como na sua relevância estratégica para a região, já que, segundo dados a seguir, até 2008, existia a presença de apenas uma IES pública instalada no interior do Estado de Alagoas, sendo ela a UNEAL:

CATEGORIA ADMINISTRATIVA		TOTAL GERAL		Universidades		Centros Universitários		Faculdades		CEFET/IFET	
		CAPI	INTER	CAPI	INTER	CAPI	INTER	CAPI	INTER	CAPI	INTER
P Ú B L I C A	Federal	2	-	1	-	-	-	-	-	1	-
	Estadual	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
P R I V A D A	Particular	13	5	-	-	-	-	13	5	-	-
	Comun/Confes/Filant	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-

Quadro 07 - Instituições de Educação Superior em Alagoas, por organização acadêmica e localização (Capital e Interior) segundo a categoria administrativa das IES – 2008

Fonte: MEC/INEP/ Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação

Mesmo que o quadro traga também a existência de 07 (sete) IES, mas precisamente faculdades de natureza privada, não é demais dizer que, no sertão alagoano, até o ano de 2008, apenas a UNEAL se fazia presente com a oferta de três cursos, sendo duas licenciaturas e um bacharelado.

3.3 Mapeamento do perfil dos discentes do Curso de Pedagogia em dois tempos distintos: 1996 e 2009

A formação de professores em nível superior vai chegar até o médio sertão alagoano com o Curso de Pedagogia, representando um divisor de águas na história da formação docente em Santana do Ipanema. A possibilidade de acesso ao diploma de ensino superior vai gerar grande expectativa para a crescente demanda de docentes qualificados para o exercício profissional, mas ainda sem acesso à licenciatura. Assim como para aqueles que, no desejo de um grau superior de escolaridade, vislumbravam a docência.

Com o propósito de construir o perfil dos discentes do curso de Pedagogia, selecionei duas turmas, como fonte de pesquisa, a primeira com entrada em 1996 e a última com entrada em 2009. Essas turmas foram selecionadas por se caracterizarem, na primeira, como desbravadora e, na segunda, como resultado de um curso, em tese, consolidado.

Realizei um mapeamento de categorias que considerei fundamentais, a saber: sexo, idade, estado civil, profissão, origem, profissão da mãe e a formação em nível médio. São elementos que definem o perfil desses discentes, quando do período de acesso ao curso de Pedagogia, em dois tempos distintos. Como fonte de pesquisa, utilizei as fichas de matrícula, disponibilizadas, para a realização deste trabalho, pela Chefia do Registro Acadêmico do Campus II da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

Inicialmente, chama atenção a permanência da presença feminina nesse intervalo de tempo, como grande maioria, chegando a 85% em 1996 e diminuindo levemente para 83% em 2009. Na verdade, o reflexo de uma profissão assumida pela expressividade feminina se traduz também na busca das mulheres por formação, em níveis mais elevados de escolarização, a exemplo do que já acontece, no Brasil, desde o início do século XX – a mulher ocupando, cada vez mais, os postos do magistério: essa realidade se apresenta também no Curso de Pedagogia em Santana do Ipanema.

Outro dado importante percebido diz respeito à variada origem econômica das duas turmas. Em ambas as turmas, encontrei filhos/as de Professoras, “Senhoras do Lar”, aposentadas, costureiras, funcionárias públicas e autônomas.

A pesquisa revelou que na primeira, a ocupação de 58% das mães dos/as discentes é o cuidado com a casa e com a família. Segundo professores da época, os alunos desta turma eram visivelmente favorecidos economicamente, inclusive

ocupando elevados cargos públicos em Santana do Ipanema e na região. Provinham de famílias consideradas abastadas economicamente e com prestígio social e político. Nessa mesma função, na última turma, o índice cai para 15%. Revelador é o aparecimento, na categoria profissão, do exercício da agricultura somente para a recente turma de 2009.

Ora, na região sertaneja do Estado de Alagoas, a agricultura ainda é a atividade produtiva que ocupa boa parcela da população. Mesmo assim, não apareceu na turma primeira enquanto ocupação profissional nem dos discentes nem de suas genitoras. Possivelmente - naquele momento histórico, social, político e econômico – o acesso ao ensino superior não era uma possibilidade real para os sertanejos calejados. Nesse sentido e com base nos dados coletados, afirmo que em 2009, 23% dos/das discentes do Curso de Pedagogia do campus de Santana do Ipanema se declararam agricultores e que 40% das mães dos/as discentes dessa turma, tem a agricultura como meio de subsistência econômica. Arrisco dizer que estas novas características são resultado de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento da agricultura e para a progressiva universalização do ensino médio e vem contribuindo para que agricultores/as e seus filhos/as também ascendam no nível de escolarização.

Por outro lado, há de se convir que esses dados deixam pistas para que outros pesquisadores continuem a discussão, trazendo novas contribuições acerca do destino educacional, em nível superior, dos estudantes santanenses das classes economicamente favorecidas. Minha hipótese inicial é de que, em busca de cursos valorizados culturalmente pela sociedade sertaneja – Curso de Direito, entre outros - os jovens santanenses estão se deslocando para outras instituições, inclusive privadas - em outras localidades, a exemplo do município de Arapiraca⁶³ que atualmente se configura em um importante centro educacional do estado alagoano, já que além da pioneira UNEAL, também conta com a UFAL e o IFAL (públicas) e com o Instituto de Ensino Superior Santa Cecília – IESC, o Centro de Ensino

⁶³ Arapiraca, segunda maior cidade do Estado está localizada no coração de Alagoas na região Agreste, a 137 Km da capital, Maceió, possui uma população de 214.067 habitantes (conforme o Censo IBGE 2010). É uma das principais cidades do Nordeste e é passagem obrigatória para o escoamento de produtos do sertão e do próprio agreste onde se encontra situada, abrangendo a rota de grandes centros econômicos. Sua localização geográfica privilegiada interliga as demais regiões geo-econômicas do Estado e caracteriza-se como pólo de abastecimento agropecuário, comercial, industrial e de serviços (**Fonte:** www.arapiraca.al.gov.br/v3/acidade.php).

Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca – CESAMA, o Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC, a Faculdade de Ensino Regional Alternativa – FERA, entre outras que também oferecem o ensino à distância, todas de natureza privada. Um indicador para essa hipótese são os inúmeros veículos, do tipo lotação, que facilmente são encontrados fazendo o percurso Arapiraca – Santana – Arapiraca, com estudantes de ensino superior.

É possível afirmar, pelo levantamento, que a questão de idade nos revela um dado importante: a maturidade da primeira turma em relação à segunda. Na primeira, 40% da turma eram de discentes na faixa etária de 30 a 39 anos e 30% tinham até 24 anos de idade. Em 2009, registrei uma mudança significativa, pois 62% tinham, na data de matrícula, até 24 anos. Uma turma mais jovem que, diferente da primeira, chega ao curso de Pedagogia sem a experiência de exercício da docência que possuíam os 66% da pioneira turma de 1996, ainda que represente acesso a um direito – cursar o ensino superior – na idade apropriada para tal.

Se, por um lado, esses números representam o quão tardiamente os professores sertanejos de Alagoas tiveram acesso ao ensino superior público e gratuito instalado na região, por outro, nos dão conta de um perfil de discentes com experiência advinda não só da faixa de idade, mas principalmente do exercício profissional. Neste sentido os/as professores/as e os alunos/as da primeira turma do Curso de Pedagogia da então ESSER, tinham a docência como eixo comum da relação professor/aluno, o que, possivelmente, trouxe ganhos para ambas as partes, já que aquela formação se dava entre colegas de profissão. Esse elemento traz, aos encaminhamentos do curso, uma valoração muito maior. De acordo com o relato de professor da época, o nível de discussão, de análise textual e de produção acadêmica superava as expectativas dos sujeitos envolvidos naquele processo de formação.

Sobre a formação em nível médio, constatei que na turma dos desbravadores, 70% já haviam cursado os antigos cursos denominados Pedagógico ou Magistério. Esse indicador cai para 40% na turma de 2009, que chegou ao Curso de Pedagogia tendo frequentado o Magistério ou o Curso Normal de Nível Médio. Assim é possível afirmar que, para um número significativo dos primeiros discentes do curso de Pedagogia da ESSER, o curso se apresentou muito mais como um curso de formação continuada, do que como uma formação inicial em nível superior

propriamente dita. Isto porque, os primeiros alunos já atuavam profissionalmente como docentes, tendo o que Kullock (1999) chama de “licença” para a docência, tanto para a educação infantil quanto para as séries iniciais do ensino fundamental. Este pode ser um elemento que aproxime da compreensão acerca do êxito do curso, a ponto de ser considerado um dos melhores do país, na avaliação do MEC.

Na mesma direção de pensamento e de acordo com depoimentos de docentes da época, as aulas se configuravam em momentos de aprendizagem mútua, já que tanto os professores do curso quanto a maioria dos discentes em processo de formação tinham em comum a “licença” para o exercício da docência e alguns anos de experiência profissional. Indica também a possível vivência de processos sociais e econômicos que levaram ao ingresso e a permanência profissional na docência.

Para a Professora Maria do Socorro,

Na condição de docente do curso desde o seu nascedouro, sempre tive muita satisfação em fazer esse trabalho no sertão, percebia um nível maior de envolvimento e de leitura por parte dos discentes. A percepção que se estabelecia era que o momento de formação era extremamente importante nas suas vidas. Explicitavam em suas ações essa vontade de compreender os processos pedagógicos, bem como uma inesgotável vontade de mudança. Esses regressos hoje estão todos nos cargos de gestão macro junto as Secretarias de Educação dos municípios da região. Tinha muito prazer em constituir trabalhos ainda incipientes de extensão universitária, mas com relevante participação da comunidade acadêmica.

Esta maturidade vai se refletir também quanto ao quesito estado civil. Mesmo que as duas turmas tenham a maioria declarada como solteira nos dois tempos selecionados para a pesquisa, o índice aumenta de forma relevante, passando de 52%, em 1996, para 80% em 2009. Possivelmente um indicador não apenas das mudanças ocorridas nos modelos dos compromissos afetivos, mas também como reflexo da característica juvenil da referida turma.

Tratando da origem⁶⁴, os dados demonstram que, em 1996, dos alunos matriculados em Pedagogia, 52% eram provenientes do município santanense. Esse índice é diminuído para 42% em 2009. A primeira turma tinha a maioria de seus alunos concentrada na zona urbana do município santanense. Com base nesses números, não é demais dizer que o número de profissionais formados e em

⁶⁴ Estou considerando origem o município de proveniência do estudante de Pedagogia do Campus II/UNEAL.

formação no curso de Pedagogia não está concentrado apenas na sede do Campus II/UNEAL, mas pulverizado por toda a região sertaneja.

Dito isto, fica claro que, no sertão, a Universidade Estadual de Alagoas tem uma atuação que pode ser localizada em vários municípios além de Santana do Ipanema. O que não significa dizer que vem dando conta de formar em nível superior todos os docentes necessários à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental, mas que sua presença tem sido decisiva nesse processo de formação de professores. E que, até bem recentemente era a IES que vinha conseguindo democratizar o acesso ao ensino superior público e gratuito no sertão alagoano, possibilitando que as camadas menos favorecidas economicamente, historicamente excluídas de níveis mais elevados de escolarização, tenham acesso à graduação.

Nesta perspectiva, a Professora Socorro argumenta que

As mudanças trazidas por essa formação são, a meu ver, extremamente significativas para a região, mesmo que ainda não tenhamos índices que mensurem positivamente esses indicadores, penso que levaremos ainda algum tempo, pois as mudanças não se conllustraçom apenas na postura do docente, mas também deveremos levar em consideração os modelos de gestão e de capacidade técnica dos que estão conduzindo os processos de gestão educacional.

O fato de não haver aumento de vagas na única IES pública até então existente na região e a crescente demanda dos que desejam também o acesso ao ensino superior, Santana do Ipanema registra ainda uma tentativa frustrada de implantação de um curso de formação de professores em nível superior. Tendo como mantenedora uma sociedade, de natureza privada, denominada Sociedade de Educação e Cultura do Vale do Ipanema Ltda, o Instituto de Educação e Cultura Vale do Ipanema - IESVI⁶⁵, não tendo sua autorização de funcionamento deliberada pelo MEC, abre suas portas de forma arbitrária, transformando a nova possibilidade dos sertanejos de acesso ao ensino superior um grande pesadelo. O “investimento” financeiro – inclusive de professores das redes municipal e estadual - resulta em inúmeras frustrações e em apelos judiciais em vão, pois a última palavra da lei é

⁶⁵ Uma escola de ensino superior privada que, mesmo sem autorização de funcionamento, oferecia o curso Normal de Nível Superior a 50 alunos. Esses graduandos não terão direito de aproveitar seus estudos em nenhuma IES. Para os órgãos regulamentadores do ensino superior, como a IESVI não existia nada havia a ser aproveitado. É a partir desse argumento que nenhum dos discentes da referida IES irá usufruir do investimento financeiro no sonhado diploma, sequer terão direito ao aproveitamento dos estudos realizados em outra IES.

que como a IES não tinha autorização de funcionamento, para efeito de ordem legal, sua condição era de inexistência. Trata-se de uma experiência malograda vivenciada pelos sertanejos santanenses.

3.4 O lugar ocupado pela formação docente na melhoria dos indicadores de escolarização

Da mesma forma que não é possível negar o quanto a existência dos cursos de formação de professores em Santana do Ipanema, tanto em nível médio, quanto em nível superior, têm contribuído com a melhoria dos indicadores da escolarização no município, também não há como omitir os indicadores que apontam a quantidade e a qualidade dessa escolarização.

Em abril de 2010, o Tribunal Superior Eleitoral/TSE registrava para Santana do Ipanema o número de 29.901 eleitores. Deste colégio eleitoral, 78,92% não completou o ensino fundamental, um percentual que por si só é capaz de retratar a que distância a sociedade santanense está de alcançar níveis de escolarização mais avançados. As estatísticas do município trazem ainda mais preocupação quando mostram que apenas 5,34% dos eleitores têm o nível médio completo e somente 0,94% concluíram o ensino superior.

Esses dados alarmantes nos levam a refletir até que ponto a formação de professores, sozinha, é capaz de reverter os baixos indicadores de escolarização – em quantidade e qualidade – vivenciados pelo município santanense.

Da criação da Escola Normal de Santana do Ipanema⁶⁶, no ano de 1964, até a implantação e a consolidação do curso de Pedagogia, não foi possível, ainda, atenuar os efeitos dos indicadores de qualidade e quantidade educacional necessários ao desenvolvimento social do município.

Se considerarmos que estas instituições formadoras de professores são, na verdade, o produto da instância social na qual estão inseridas, poderemos afirmar que apenas a existência desses cursos não significa a possibilidade de reverter os baixos indicadores de qualidade da educação básica. Mesmo que seus egressos

⁶⁶Em 1969 denominada Colégio Estadual Deraldo Campos e, em 1990, nova mudança de nomenclatura, agora Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva, foi considerada uma referência para a região na oferta da formação de professores e do então 2º grau, até a decadência dos anos de 1990, com a irregularidade dos salários e a constância de greves dos docentes por garantia de seus direitos, frente à crise fiscal que assolou o erário estadual de Alagoas.

sejam profissionais qualificados profissionalmente, se não houver o acesso da população a outros bens e serviços sociais, a exemplo de alimentação, saúde, moradia, segurança e emprego, Santana do Ipanema permanecerá muito atrás quando se tratar de evolução nos níveis de escolarização.

Nesse sentido, é necessário que os gestores públicos – nas esferas federal, estadual e municipal, comprometidos com o desenvolvimento social - não percebam as fragilidades e limitações da educação pública como a causa das mazelas que nos atinge, mas como resultado de um contexto que não elege como prioridade as políticas públicas voltadas para a realidade local.

De qualquer modo, convém salientar que as possibilidades de formação docente na educação escolar local, ofertada tanto em nível médio – pela Escola Estadual Ernande Brandão - quanto em nível superior - pelo curso de Pedagogia da UNEAL – ainda não atendem na totalidade a demanda por professores habilitados, ainda que tenham contribuído com a sempre urgente necessidade de formar professores em Alagoas e por extensão em Santana do Ipanema.

De qualquer sorte, e no intuito de caminhar para um encerramento, ainda que provisório, da discussão aqui enfrentada, importa reafirmar que a formação docente, ainda que uma condição necessária, capaz de contribuir com a melhoria dos níveis de escolarização e conseqüentemente com a melhoria dos indicadores de qualidade do ensino alagoano medido MEC/INEP, frente à realidade social do município de Santana do Ipanema, é insuficiente para debelar a baixa produtividade da educação escolar ali praticada, visto que não se trata de uma questão que diz respeito apenas ao desempenho de professores, mas resultada de um conjunto de fatores, dos quais a educação não se separa e a formação adequada dos docentes entra, mas apenas como um dos elementos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar uma incursão de natureza sócio-histórica, pela educação escolarizada no município alagoano de Santana do Ipanema e tratar acerca das implicações da formação docente, buscando os elementos capazes de dar conta da atual situação educacional representada pelos baixos indicadores apresentados pelo INEP, parece ser possível afirmar que a condição cultural, econômica e política em muito contribuíram no frágil alicerce de escolarização da população santanense desfavorecida economicamente. A grande maioria de crianças e jovens foi relegada à exclusão dos processos de escolarização, que possibilitassem o acesso aos níveis mais elevados. A inexistência de vagas para todos em idade escolar, a localização das escassas escolas existentes apenas na cidade e mesmo a falta de roupas, de calçados e de material escolar contribuíram para potencializar a ausência de escolarização para a maioria dos santanenses.

Posteriormente, essa exclusão se deu com nova roupagem: as limitações de um sistema escolar que acumula deficiências de ordem estrutural e pedagógica, refletida nos baixos níveis de aprendizagem e alarmantes índices de analfabetismo registrados no município. Salvo alguns poucos sobreviventes da rede pública de ensino, o fato é que a grande maioria sofre de um fracasso subjacente, pois não conseguem, com a escolaridade ofertada, as condições básicas de permanência e êxito nos sistemas educativos públicos. Muitos dos que conseguem alçar os níveis mais elevados de escolarização ofertada – educação superior - amargam uma condição de deficiência na aprendizagem, fruto das precárias condições educativas a que foram submetidos durante a educação básica.

Mesmo em situação de submissão às legislações federal e estadual, cada município brasileiro - dentro de seu contexto social, político e econômico - vivenciou iniciativas muito particulares em relação à educação. No caso específico de Santana do Ipanema, com posição geográfica estratégica, servindo como porta de entrada do sertão alagoano e gozando de autonomia político-administrativa, com forte base econômica na agricultura, na agropecuária e no comércio, é possível afirmar que o movimento de imigração para a cidade, provocado principalmente pelo “cangaço” contribuiu de certa forma, com as condições objetivas de criação de grupo escolar para atender a nova demanda existente na sede do município.

Mesmo assim, a baixa condição educacional vivenciada pelos santanenses foi e continua sendo fruto de um sistema educacional que por diversas vezes foi relegado a último plano.

Outro elemento, que para nós, justifica o atraso refletido nos baixos indicadores de qualidade educacional, tem suas raízes fincadas no início tardio do processo de formação docente. Nem todas as normalistas que chegam ao município, no final da década de 1930 – por ocasião da inauguração do Grupo Escolar Padre Francisco Correia, o primeiro de Santana – irão se adaptar as condições oferecidas pela cidade sertaneja. Distante da capital e sem nenhum indicio de desenvolvimento, as cadeiras de instrução primária irão se esvaziar, pois não apresentavam atrativos às moças recém-formadas pelo Curso Normal, na capital. Para confirmar o que estamos apresentando basta dizer que o então ensino secundário – correspondente ao ensino do 6º ao 9º ano - terá início em Santana do Ipanema, no final da década de 1930, assim mesmo, sendo de iniciativa privada, não conseguindo sobreviver e logo fechando suas portas.

Somente com a CENEG, na década de 1950, o município considerado um dos mais desenvolvidos da região, terá de fato a implantação do ensino secundário. Ora, mesmo emancipado político-administrativamente, o município santanense leva aproximadamente 75 anos para oferecer em sua sede o ensino secundário, diga-se de passagem, de natureza privada, o que revela não ser uma possibilidade de acesso para todos em idade escolar, à época.

De qualquer modo, o fato de Santana do Ipanema não obter, no decorrer de sua história educacional, o êxito de indicadores plausíveis de qualidade na educação básica, não deve ser atribuído unicamente aos sistemas escolares e aos cursos de formação de professores. Na verdade é o reflexo da sociedade sertaneja e alagoana que tem seus pés fincados numa condição de submissão política e econômica alijada e incapaz de prover à sua população os meios necessários de desenvolvimento que precisa ser trazido à baila. Junte-se a isso o apadrinhamento e o filhotismo como única via de acesso aos bens sociais que, em tese, deveriam ser públicos, mas que na realidade, durante parte significativa de sua história, estiveram intimamente condicionadas às relações onde público e privado se confundem ao prazer de quem ocupa as posições de mando na região, segundo nos demonstra Verçosa (2004).

Mesmo assim, a despeito do descuido dos governantes públicos e em vista da condição econômica, política e educacional de outros municípios alagoanos, é possível afirmar que Santana do Ipanema, em relação à educação, quando comparada com muitos outros municípios alagoanos, acabou sendo privilegiada, pois possui rede pública de ensino – básico e superior - nas instâncias municipal, estadual e federal, com escola de formação de professores desde a década de 1960, recebendo, depois, também uma instituição de formação em nível superior.

Se, trazendo à tona as questões que geraram esta pesquisa - Por que em Santana do Ipanema ainda há um atraso tão grande quando se procura avaliar os resultados da educação escolarizada ou como a história e a cultura santanenses influem/interferem nos processos educativos, a ponto de, mesmo dispondo de escolas de formação de professores, ter-se ainda indicadores tão expressivos de exclusão, via evasão, repetência ou sub-escolarização? – não foi possível mensurar uma relação direta, parece ser possível pôr um ponto final neste estudo afirmando que o problema de atraso educacional vivenciado por Santana do Ipanema tem suas raízes fincadas, além da formação adequada dos docentes, também na ausência de políticas desenvolvidas pelo poder público no sentido de prover o acesso de todos aos bens sociais garantidos pela Constituição Federal. O fato da presença do poder público não se restringir ao interesse coletivo, agindo de modo a confundir os interesses gerais com as ambições particulares, me leva a afirmar que não basta o esforço de uma sociedade para resolver os problemas que a aflige por meio do aperfeiçoamento de situações específico – no nosso caso a boa formação dos professores como condição suficiente para uma educação escolar de qualidade e, portanto, produtiva para todos a que a ela se submetem. As iniciativas que foram tomadas no decorrer da história da escolarização em Santana e as implicações da formação docente na educação escolar, à contra-luz dos demais indicadores sociais apresentados pela sociedade no seu conjunto, nos revelam que o desempenho de professores é apenas uma dimensão para a existência do sucesso desejado na permanência na escola e sua frequência com sucesso. Assim, a existência de formação de professores em nível superior é uma condição necessária e influencia na melhoria da qualidade de educação escolarizada. Outros fatores, como a exclusão, via evasão, repetência e sub-escolarização, interferem e, num certo sentido, são determinantes no alcance da qualidade da educação desejada.

Podemos dizer que apesar de algumas rupturas políticas terem sido alcançadas no decorrer de nossa história, a permanência de apadrinhamentos, filhotismos, violência e o poder de mando ainda é uma condição que caracteriza a sociedade alagoana e por extensão a sociedade santanense.

Dito isso, espero que a leitura deste trabalho tenha apresentado pistas acerca do entendimento do lugar da formação no sucesso alcançado na escolarização das nossas crianças, dos nossos jovens e mesmo dos adultos alagoanos e as implicações da formação docente na educação escolar, despertando a curiosidade de novos pesquisadores para as determinações da educação escolar dos alagoanos e das alagoanas, seguindo adiante com novas contribuições.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Mensagem apresentada pelo Rev. Cônego Manoel Capitolino de Carvalho**. Maceió: Imprensa Oficial, 1921.

ALAGOAS. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Alagoas, Agostinho da Silva Neves**, 1839.

ALMEIDA, Luiz Sávio (Organizador). **Dois Textos Alagoanos Exemplares**. Maceió: FUNESA, 2004.

ARAÚJO, José Pinto. Roteiro Histórico-Cronológico do Colégio Santana In: MELO, José Marques. GAIA, Rossana (orgs.) **Sertão glocal: um mar de idéias brota às margens do Ipanema**. – Maceió: EDUFAL, 2010.

ARAÚJO, Sérgio Onofre Seixas. **A herança conservadora no comportamento político alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escolas primárias In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, Vol. III: século XX. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus**. Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº. 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei de 15 de outubro de 1827**.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** - tradução Sérgio Goes de Paula. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos *Analles* 1929-1989**; tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

COSTA, Craveiro. Instrução Pública e Instituições Culturais em Alagoas. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (Org.). **Caminhos da educação em Alagoas: da colônia aos dias atuais**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

CUNHA, Luís Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação como desafio na ordem jurídica In: VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; TEIXEIRA, Eliane Marta (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; TEIXEIRA, Eliane Marta (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. rev. ampliada. – Rio de Janeiro: Fronteira, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____. **O Aparecimento da Escola Moderna**: uma história ilustrada. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KULLOK, Maísa Gomes Brandão. **Formação de Professores**: do nível médio ao nível superior. Maceió: Edições Catavento, 1999.

LEBENSZTAYN, Ieda. Graciliano Ramos e a revista Novidade: contra o lugar-comum. **Estud. av.**, São Paulo, v. 23, n. 67, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300029&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 mar. 2010. doi: 10.1590/S0103-40142009000300029.

MARROQUIM, AD.(org.). **Terra das Alagoas**. Roma: Editori Maglioni & Strini, 1922.

MELO, Floro de Araújo. MELO, Darci de Araújo. **Santana do Ipanema conta a sua História**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1976.

MELO, José Marques. GAIA, Rossana (orgs.). **Sertão glocal**: um mar de idéias brota às margens do Ipanema. – Maceió: EDUFAL, 2010.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias**: subsídios para a história de educação no Brasil (1834 – 1889) - 1º vol. Das Amazonas as Alagoas. Companhia Editora Nacional: São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre, 1939.

PARECER nº 9/2001 CNE/CP, aprovado em 08/05/2001.

RICARDO, Maria do Socorro Farias. **Diálogos com Santana iconográfica**: de Zabé Brincão aos nossos dias. Florianópolis: Literatura em Santa Catarina, 2009.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, Vol. III: século XX. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SANTANA DO IPANEMA. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva**, 2010.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão (Org.). **Caminhos da educação em Alagoas: da colônia aos dias atuais**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

_____. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. 4. ed. – Maceió: EDUFAL, 2006.

_____. TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Educação superior pública em Alagoas – 10 anos pós-LDBEN: da predominância da ação profissionalizante ao alargamento das condições de produção e socialização do conhecimento In: BITTAR, Marilice; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB** - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

VILELA, Humberto. **A Escola Normal de Maceió**. Maceió: Publicação da Secretaria de Educação, 1982.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Entrevista semi-estruturada 01

Roteiro (Professor)

1. Até a implantação do Ginásio Santana em 1950, qual é o destino dos santanenses mais abastados para a formação secundária e a continuidade dos estudos?
2. Como o exame de admissão, enquanto mecanismo de seleção, era visto pelos alunos, professores e familiares santanenses que vivenciaram esse marco na estrutura educacional da época?
3. Que expectativas eram veiculadas - a partir da implantação do Ginásio Santana - por alunos, mestres e familiares? Como os alunos do ginásio se percebiam?
4. Na década de 60, quais são os atributos que levam à indicação da primeira inspetora (6ª CRE) e também do Diretor Mileno Ferreira (Colégio Deraldo Campos) a ocupar cargos tão importantes no cenário educacional do município e por que não dizer da região?

APÊNDICE B - Entrevista semi-estruturada 02

Roteiro (Mapeamento das impressões/memórias dos processos de escolarização)

1. Considerando os primeiros cursos de formação de professores em Santana do Ipanema - Curso Normal Rural Padre José Bulhões, Colégio Normal de Santana e Colégio Estadual Professor Deraldo Campos - de acordo com suas memórias/vivências, relate:
 - a) A composição do quadro docente (breve perfil): quem eram os professores? Onde foram formados? Quais as suas origens?
 - b) Quem eram os discentes dos cursos de formação de professores (trace o perfil)
 - c) Relato (memórias) de alguém que estudou na Escola Normal.

2. Santana do Ipanema é um município que, inegavelmente tem tradição cultural.
 - a) Como essa tradição se manifestava na profissão docente?
 - b) Como o/a professor/a era visto socialmente?
 - c) Em relação aos salários. A remuneração recebida era suficiente? Trazia algum status social exercer a docência?

3. Na década de 20 é fundado o Instituto São Tomás de Aquino. Existe algum testemunho oral sobre esse instituto?

4. Existe alguma memória/impressão/lembrança das escolas que funcionavam na casa dos próprios professores?

APÊNDICE C - Entrevista semi-estruturada 03

Roteiro (Vivência em momentos históricos do Curso de Pedagogia)

1. Como estava composto o quadro docente? O que havia de comum entre eles?
2. Qual a formação?
3. Qual o nível de envolvimento/comprometimento com o curso?
 - A partir de sua vivência/experiência enquanto docente do Curso de Pedagogia da UNEAL/Santana do Ipanema, relate livremente as impressões/memórias.
 - Na sua perspectiva, o que circundava no imaginário das pessoas que vivenciaram a implantação da formação de professores em nível superior, o que isso representava?
 - Como a tradição cultural de Santana do Ipanema se manifestava no curso?

APÊNDICE D - Questionário

O PERFIL DO PROFESSOR DO CURSO NORMAL DE NÍVEL MÉDIO EM SANTANA DO IPANEMA/AL EM 2009.

Prezado/a Professor/a,

Tendo como objetivo identificar o Perfil do Professor do Curso Normal de Nível Médio que atua no Município de Santana do Ipanema/AL, solicito que as questões acerca de suas características individuais e profissionais, sejam respondidas. Saliento que este perfil irá compor a dissertação de Mestrado intitulada A EDUCAÇÃO NO MÉDIO SERTÃO ALAGOANO: a escolarização em Santana do Ipanema e as implicações da formação docente na educação escolar local, de minha autoria.

Contando com sua participação, agradeço antecipadamente.

Prof^a. Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

QUESTÕES

1. Sexo:

() masculino.

() feminino.

2. Idade:

(a) até 24 anos.

(b) de 25 a 29 anos.

(c) de 30 a 39 anos.

(d) de 40 a 49 anos.

(e) de 50 a 54 anos.

(f) 55 anos ou mais.

3. Origem

(a) Santana do Ipanema

(b) outro município do estado alagoano

(c) outro estado da federação

4. Qual é a sua habilitação de nível superior?

(a) estou em processo de habilitação

(b) licenciado/a em pedagogia

(c) outra licenciatura_____

(d) bacharelado_____

5. Entre as modalidades de cursos de pós-graduação listadas abaixo, assinale a opção que corresponde ao curso que você completou.

(a) não fiz ou ainda não completei nenhum curso de pós-graduação.

(b) especialização (mínimo de 360 horas).

(c) mestrado.

(d) doutorado.

6. Há quantos anos você está lecionando no curso normal de nível médio?

(a) há menos de 1 ano.

(b) de 1 a 2 anos.

(c) de 3 a 5 anos.

(d) de 6 a 9 anos.

7. Qual é a sua situação trabalhista?

(marque apenas uma opção)

(a) efetivo.

(b) monitor.

(c) clt.

(d) outros: _____

8. Você está satisfeito(a) com sua profissão de professor?

(a) sim.

(b) não.

9. Você pretende mudar de campo de atuação, do curso normal de nível médio para outro nível ou modalidade de ensino?

(a) sim.

(b) não.

Obrigada pela colaboração!